

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.ºs 6 e 7

Junho e Julho de 1919

Ano LXXI

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL
pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

Consagrado ás forças portuguezas
que combateram em França e em Africa,
(1914-1918)

REGRESSO À PATRIA

*Esta é a ditosa pátria minha amada,
À qual se o Ceo me dá, que eu sem perigo
Torne, com esta empresa já acabada,
Acabe-se esta luz ali comigo.*

AO VALOR

*Além disso, o que tudo emfim me obriga
E' não poder mentir no que disser,
Porque de feitos tais, por mais que diga,
Mais me ha de ficar inda por dizer.*

CAMÕES, *Os Lusíadas*, cant. III

GLÓRIA DOS FERIDOS

Qual de vós se não preza mais do sangue derramado na guerra que do que traz vivo nas veias? Até no amolgado da espada, no acutilado da rodela e no passado da malha se estimam as feridas, ainda que sêcas. A maior gala do vencedor são as feridas e o sangue: nem ha modo mais airoso de sair da batalha que vitorioso e ferido. Como os sucessos felizes da guerra muitas vezes são liberalidades da fortuna e não merecimentos do valor, as vitórias acreditam de venturoso, as feridas de valente. Quem venceu podia não pelejar, e é a vitória alheia: quem saiu ferido pelejou, e fez com o sangue a vitória sua.

PADRE ANTÓNIO VIEIRA — *Sermões* — Tomo VIII. 33

Portugal na Guerra Mundial

Uma nação é desprezível, quando recusa combater pela sua própria defesa. Uma nação só é absolutamente admirável, quando resolve lutar desesperadamente por um grande ideal, sem a menor sombra de interesse material.

TEODORO ROOSEVELT—*O Dever da America em face da guerra.*

As palavras do grande patriota, que foi o Presidente dos Estados Unidos, recentemente falecido, e vão precedentemente transcritas, melhor do que a outra nação, no conflito findo, devem ser applicadas a Portugal. Na guerra se lançou êste intemeratamente, sem medir a desproporção de fôrças com o seu poderoso adversário, nem contar com os recursos, de que dispunha, para alimentar a primitiva acção belicosa. Sentiu-se injustamente agredido, julgou em perigo o prestígio da sua fiel e secular aliada, viu as fronteiras dos seus domínios invadidas por audaz e cobiçoso estrangeiro, observou os tramas e incitamentos por êste urdidos, com o fim de também aniquilar a sua própria independência continental, e, tanto bastou para recordar e executar a eloquente apóstrofe, que o grande épico pôz na bôca de D. João I, quando acudia na batalha de Aljubarrota à ala do Condestável, fortemente perseguida e rôta pelos castelhanos:

Ó fortes companheiros, ó subidos
Cavaleiros, a quem nenhum se iguála,
Defendei vossas terras; que a esperança
Da liberdade está na vossa lança.

Tanto mais heroico foi êste procedimento, quanto que não exigiu, para que se tornasse efectivo, longos e tenazes incita-

mentos. A preparação da guerra, por meio da adequada propaganda patriótica, que é de uso e necessidade ser realizada em todos os Estados para exaltamento da Alma Nacional, foi aqui incipiente e mal dirigida, visando mais a acobardar os que contestavam a oportunidade da empresa, do que a levantar os ânimos e exaltar o patriotismo dos que nela deviam ou queriam tomar parte.

Era liberal e oportuna a discussão acerca do ensejo da entrada na luta, enquanto a decisão formal dos poderes públicos não havia sido tomada, afim de, na controversia, serem devidamente ponderados os prós e contras, que do procedimento a adoptar se poderiam derivar. Momento era êsse para discutir, quando menos, o teatro em que a nossa intervenção armada se deveria manifestar. Mas, afirmada a resolução dessa intervenção, onde quer que fôsse julgada profíqua, só havia então lugar para honrar, com as tradições nacionais, a palavra dos poderes do Estado, qualquer que ela fôsse.

E assim procederam todos aquêles a quem as preocupações sectaristas não fizeram calar os incitamentos do mais puro patriotismo. O que foi para admirar, consistiu em vér, como um povo enervado por largos anos de absoluta tranquilidade; adormecido pelas facilidades da vida, derivadas dos progressos da civilização; fanatizado pela palavra sugestiva dos modernos pacifistas, se ergueu audacioso, acordando em si próprio os sentimentos atávicos, que sempre foram peculiares da raça portugueza, demonstrando com tal procedimento o muito fiel que havia sido o grande épico, quando, exaltando o valôr dela, assim descrevia o procedimento dos nacionais, sempre que a voz da Pátria os chamava em sua defesa, sem jámais receárem dos perigos com que procurávam amedrontá-los:

Olhai que lêdos vão, por várias vias,
Quais rompantes leões, e bravos touros,
Dando os corpos a fomes, e vigias,
A ferro, a fogo, a sétas, e pelouros;
A quentes regções, a plagas frias,
A golpes de Idólatras e de Mouros
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a peixes, ao profundo.

Brava, generosa e cordata raça é a nossa, que sómente se desmanda quando atrevidos exploradôres, aproveitando da sua simplicidade e inconsciência, a arrastam a empresas condenáveis para nestas auferirem interesses inconfessáveis, êles, os verdadeiros sacrificadôres dos legítimos interesses populares!

Nas frias plagas do norte, como nas quentes regiões africanas, toda a espécie de inclemências e sofrimentos os nossos soldados atravessáram, sempre sorridentes, sempre confiados na benéfica sorte da Pátria amada, a qual com o seu heroico esforço procuráram libertar de toda a acção opressôra do inimigo, inspirando-se incessantemente no pensamento da exortação de guerra de Gil Vicente, que dizia:

Avante! avante! Senhores
Que na guerra com razão
Anda Deus por capitão!

E não podia o adversário ser mais audaz, forte e dominador. Absolutamente convictos da superioridade da própria raça; dominados pela fé na missão para a qual esta se tem julgado providencialmente reservada, de exercer a mais perfeita hegemonia sobre as demais raças; devotados ao culto da força e ao da guerra; educados no desprezo por todos os direitos, que não sejam apoiados na Energia, na Vontade e no Poder, os germanos reuniam a êstes tão poderosos sentimentos uma preparação material para a guerra, como a história jámais rememorou, desde a mais vetusta antiguidade, tornando-se assim por tal modo temida a sua acção, que por largo tempo não tiveram povo que ousasse defrontá-los para os deter na execução do plano, que não duvidavam proclamar por todas as vias de publicidade, de avassalar toda a mais humanidade para a reduzir à servidão.

E, para os vencer, tornou-se indispensável que, não só as mais poderosas nacionalidades europeias, como as asiáticas, americanas, e até oceânicas, se erguessem impávidas na ânsia violenta de os aniquilar.

Por último, para auxiliar a dar-lhes célere o golpe de morte, tornou-se ainda indispensável o grandioso auxílio dos Estados Unidos, visto como quatro anos ininterruptos de cruenta luta,

embora não houvessem bastado para lançar o desânimo no espírito dos adversários dos germanos, lhes haviam reduzido os recursos e fôrças físicas, sem as quais súpero lhes seria consumir o epílogo da mais famosa, ingente e cruenta contenda humana, que se tem travado na terra.

Não está ainda feita a história desta intervenção, e é necessário que ela se faça, para que os vencedôres possam prestar a devida homenagem de reconhecimento ao personágem illustre, que preparou esse acto de tantas consequências, não só para o término da guerra, mas ainda para a obra da reconstituição dos Estados, profundamente dilacerados e abatidos pelo colossal esforço realizado para a conquista da vitória.

É da natureza humana votar maior reconhecimento aos que se empregam na ceifa de prometedoras messes, e aos que se dedicam à respectiva debulha dos grãos amadurecidos, do que áqueles que primitivamente se votaram às bem mais difíceis operações da lavra dos terrenos e execução da sementeira, trabalhos êstes de cuja perfectibilidade tanto depende a colheita final.

Assim sucede igualmente na vida política e moral. Não são os que preparam pela acção de persistente e levantada propaganda as grandes convulsões e reformas sociais os mais aclamados pelas multidões inconscientes, mas sim aquêles que, sem esforço maior, conseguiram a realização do pensamento, que só logrou triunfar à custa de poderosos e anteriores esforços de audácia e de estímulos do génio.

Um exemplo de tal facto aí está bem evidente no sucedido com a intervenção dos Estados Unidos na luta, que recentemente findou. Todas as aclamações das multidões, todas as vibrações das almas colectivas, bem como os simples hosanas individuais, se dirigiram a Wilson, o herói do dia, não havendo quem ousasse erguer a sua voz para honrar um outro nome, bem mais digno dessa solene apoteóse. Procurará a nossa modesta individualidade redimir esta flagrante injustiça, sendo-nos tanto mais agradável a missão, quanto se trata de glorificar um homem, que já não pertence ao número dos vivos.

Efectivamente, se a intervenção dos Estados Unidos poupou o sacrifício de muitas vidas, e contribuiu eficazmente para

o mais rápido aniquilamento das terríveis hordas germânicas, o início e consumação dessa gloria não cabe ao intransigente e devaneador pacifista, que é Wilson, mas sim ao seu audacioso e másculo adversário Teodoro Roosevelt, que, desde os primeiros instantes da luta na Europa, se pronunciou na America franca e intemeratamente em favor da intervenção do seu país ao lado dos aliados, para assim punir os germanos pela afronta feita à humanidade com a invasão da Belgica.

Que grande e poderoso espírito o dêste antigo Presidente dos Estados Unidos, tão digno sucessor de Washington, Lincoln, e outros chefes illustres, os quais, com mão firme, outrora seguraram e manejarão as rédeas do poder americano, tornando o seu país um dos mais prósperos do mundo!

Que grande patriota êle não era, pois nem o sangue teutónico, que lhe corria nas veias, foi suficiente para o arredar da direcção de uma propaganda, com a qual só tinha em mira engrandecer a terra em que nascera, dirigindo os espíritos dos seus concidadãos no sentido mais útil ao triunfo dos grandes ideais humanitários!

Confessando audaciosamente, que nas suas veias corria sangue teutónico, como identicamente sucedia nas de grande número dos seus mais íntimos amigos, Roosevelt declarava logo, que — «o patriotismo devia fazer parte contínua e integralmente do carácter» não se podendo admitir na qualidade de cidadãos americanos aquêles que, pela duplicidade da consciencia, se pertendiam considerar semi-americanos e semi-estrangeiros. Como pura e simplesmente deviam ser classificados os que assim pensavam, era como traidores.

Dotado de um espírito sinceramente cristão, a sua regra de proceder conformava-se inteiramente com a doutrina de Abrahão Lincoln, quando proclamava: « — Fraternalizai com aquelle que seja justo! Acompanhai-o, enquanto êle pugnar pela verdade, e separai-vos dêle logo que proceda erradamente! A infidelidade a este princípio, sob a alegação de simpatias ou afinidades, é a demonstração de indignidade para poder ser considerado como um homem e como um americano».

Por isso, porque o art. 6.º da Constituição dos Estados Unidos prescreve que — «os tratados são a Lei Suprema da nação» e ainda porque a Convenção da Haia, a que os ame-

ricanos aderiram, era um tratado dessa espécie, na qual estava contida a garantia de que os alemães não violariam as fronteiras das nações neutras, especialmente as da Belgica, Roosevelt sustentou, desde o primeiro momento, a indispensabilidade do seu país se manifestar em favor dos aliados.

Não houve censura que lhe não acudisse aos lábios e à pena, visto como a campanha encetada em favor do triunfo das suas ideias foi simultaneamente verbal e na imprensa, ao observar que o Presidente Wilson, nem sequer protestára contra a violação de um tratado, que a constituição proclamava «lei suprema da Republica», limitando-se a anunciar ao mundo que — «os Estados Unidos se conservariam neutros, tanto por actos como por palavras» entre o opressor e oprimidos.

A propaganda desenvolvida, desde então, contra Wilson foi das mais vivas, tenazes e violentas, que a história americana regista. Está ela exposta e condensada em dois volumes, nos quais se não encontra página que não vibre dos mais intensos sentimentos patrióticos e humanitários, o primeiro daqueles intitulado *A América e a Guerra* e o segundo *O Dever da America em Face da Guerra*.

Póde assegurar-se, sem perigo de fundamentada contestação, que a tão dura campanha, dirigida por um homem do valôr de Roosevelt, foi devida a conversão do governo, que só após ela se manifestou decendidamente contra a Alemanha por actos violentos, e deixando de inundar de notas intimidativas o ministério dos negócios estrangeiros de Berlin, onde elas já eram recebidas, senão zombeteira, pelo menos com a mais absoluta despreocupação.

Nem os ultrajes e assassinatos cometidos por instigações germanicas no México contra subditos americanos, com o fim de promover a guerra contra esta nação, desviando-lhe a atenção da Europa; nem os crimes cometidos contra os estabelecimentos industriais americanos, ocupados na preparação de material de guerra para os aliados; nem a morte de numerosos americanos vítimas de grande numero de torpedeamentos; nem sequer a magestosa tragédia, que representou o afundamento do *Luzitania*, demoveram o Presidente Wilson da atitude neutral primitivamente assumida. Mas, quando a onda da opposição, exaltada pela palavra eloquente e patriótica de Roosevelt, ameaçou sériamente a popularidade daquele es-

tadista, foi que êle assumiu a atitude mascula, que surpreendeu os alemães, já descrentes de que ousasse tornar effectivas as ameaças, que se entretinha a conceber na sua residencia da *Casa Branca*.

Se tal attitude decidida houvesse sido pronunciada aos primeiros atentados contra o comércio americano, grande numero de vítimas e consideraveis quantidades de riqueza teriam deixado de ser imoladas pelos alemães. E, para justificar a sua intervenção na guerra, além do argumento aduzido precedentemente, bastaria que os americanos alegassem que os tratados de 1785, de 1799 e de 1878 com a Prussia, e ainda vigentes com a Alemanha, haviam sido tratados por esta como novos *chiffons de papier*.

Mas nenhum de tais factos demoveu o governo da sua attitude de indiferença pelo ocorrido. Ainda após a tragédia do *Luzitania* o Presidente pronunciou um discurso, no qual se continha a seguinte frase; que tantos reparos e doestos lhe causou na sua própria patria: — «Somos demasiado altivos para combater!».

Por tudo o exposto foi que entendemos haver chegado a hora da justiça, consagrando à memoria do homem, que mais concorreu para a intervenção americana, a homenagem que lhe é devida.

É certo que a hora do triumpho já estava marcada pela Providencia, quando se deu a intervenção dos Estados Unidos na guerra finda, como sustentámos em artigo publicado nestas mesmas colunas¹, e confessaram os generais alemães Hindenburg e Ludendorf, já depois de assegurada a suspensão das hostilidades.

Mas êste epilogo ainda havia de ser consumado à custa de ondas de sangue e de sacrificios de toda a natureza, que foram evitados com aquella intervenção, e que mais cedo ainda o teriam sido, se o autorizado e varonil conceito de Roosevelt houvesse sido devidamente atendido.

Debalde êle clamou longo tempo, não só contra os paci-

¹ General Moraes Sarmiento. As Causas Eficientes da Terminação da Guerra e a Preparação da Paz Geral — *Revista Militar*, n.º 12, de dezembro de 1918.

fistas profissionais, mas especialmente contra os chefes do movimento pacifista nos Estados Unidos. Debalde êle demonstrou, que os povos que se erguem altivamente para sustentar os seus direitos ou os dos seus semelhantes revelam as nobres virtudes da coragem, da providencia, do ardôr em enfrentar os perigos e os esforços, que tão essenciaes são à vida moderna.

Em vão êle sustentou que os chefes, ou as pessoas que os representam, merecem a reprobção geral, quando se servem da palavra para adormecer a energia dos concidadãos, quando lhes asseguram que é do seu dever pautar o próprio procedimento pelo pernicioso egoismo, quando lhes amolecem o caracter por meio de frases que, embora soem alto, encobrem a renuncia cobarde dos deveres duros e penosos.

Aludindo à intimidação feita pelos Estados Unidos à Alemanha de tornar esta responsavel, se mais um unico americano fosse morto pela guerra submarina, demonstrou como, seguidamente, se havia passado cerca de um ano desprezando alemães e austriacos tal ameaça, afundando uma série de navios e sacrificando por tal modo mais de 2.000 subditos americanos, isto é, numero superior àquele que havia custado o conflicto com a Espanha. E, recapitulando logo o numero de vidas americanas sacrificadas desde o começo da guerra, em 1914, demonstrou que êle era o duplo das perdas totais sofridas pela marinha inglêsa nas três grandes vitórias de Nelson: em Trafalgar, em Aboukir e no Baltico. Era ainda muito superior ao numero de mortos das esquadras dos dois partidos adversos, durante toda a guerra civil separatista.

Repleto de indignação, ao remomorar tais feitos, Roosevelt clamava que nenhuma nação poderia conformar-se com êles sem abdicar todo o respeito que lhe devia ser consagrado, e sem incorrer no desprezo da humanidade. A morte de tantos cidadãos americanos devia ser essencialmente atribuida à politica seguida pelo governo americano, a qual representava a combinação da timidez com a fraqueza.

O sentimento popular de uma nação joven e viril, como os Estados Unidos, não podia deixar de se pronunciar fortemente perante uma campanha tão audaciosa e convincente, como a desenvolvida por Roosevelt, da qual apenas deixamos

transcritos alguns ligeiros topicos, e foi assim que o Presidente Wilson se viu obrigado a modificar a sua primitiva attitude, terminando por lançar a espada americana na balança, em que se defrontavam os esforços dos dois blocos combatentes, fazendo inclinar rápidamente o respectivo fiel para o lado em que se englobolavam as fôrças aliadas.

Les morts vont vite, diz o conhecido proloquio francês. Mas, por mais verdadeiro que êste seja, em hora tão apropriada como a actual, parece de justiça recordar a memória do grande patriota para a glorificar. Sendo o numero dêste jornal destinado à consagração das fôrças portuguezas, que combateram tanto em França (C. E. P.), como na Africa (Angola e Moçambique), onde tanto sangue derramaram e tantas inclemencias sofreram, procurando sempre honrar a Patria que representavam, justo se nos afigurou dispensar algumas palavras para honrar a memória de tão grande espírito, cujas doutrinas, se houvessem sido oportunamente atendidas, muito haveriam concorrido para minorar os aludidos sofrimentos, para poupar muito sangue, e para evitar grande parte dos perigos, que o prolongamento da guerra fez surgir.

Não seria Roosevelt, por certo, se estivesse à frente do conclave, que nêste momento solene decide dos destinos do mundo, quem permitiria fosse duramente esquecida, na concessão das devidas reparações, uma nação que, com o seu franco e desinteressado procedimento, logo no inicio da guerra, havia honrado as afirmações tomadas para epigrafe do presente artigo.

O Presidente da direcção

General MORAES SARMENTO.

A invasão da Africa Oriental Alemã pelos portugueses. O esforço da expedição de 1916.

No actual momento histórico em que se extinguem os derradeiros écos da temerosa e cruenta guerra que, durante mais de quatro anos, paralisou a vida mundial, e em que as Nações aliadas, que tomaram parte nessa luta, a mais terrível e sanguinaria de que resam as crónicas guerreiras, estudam as laboriosas negociações da paz, procurando cada uma delas fazer valer e sublimar os seus serviços e pugnar pelos seus sagrados direitos, não devemos nós os portugueses deixar no olvido a grandeza e elevação do nosso esforço para nela participarmos também, honrando os compromissos tomados e as velhas alianças.

Não devemos igualmente permitir que seja esquecido mas antes exaltado e agradecido, o heroísmo dos nossos soldados que, nos campos de batalha da Europa e da Africa, souberam, como sempre, honrar a Patria e exaltar os brios do exército e do povo luso.

É por isso que, tendo-me cabido a honra de ser nomeado para comandar a Expedição a Moçambique de 1916, que operou na colónia alemã da Africa Oriental, vou esboçar apenas nas suas linhas gerais o proceder da gente que tive sob o meu mando, para que o País saiba quão digna de louvor e reconhecimento foi a sua acção.

Na exposição singela e rápida dos principais feitos de armas ocorridos na desoladora região do Rovuma, no desenvolver dessa campanha tão apaixonadamente discutida e apreciada, outro intento não tenho que não seja o de mostrar também — no cumprimento dum dever sagrado — como foi importante, valioso e digno de consideração, o auxílio que, no limite das nossas fôrças, dos nossos apoucados recursos, prestamos aos aliados nessa homérica contenda.

Ao assumir tão grave responsabilidade, não desconhecia que a luta em que iam nos empenhar era bem mais difícil e perigosa do que aquelas que anteriormente se haviam efectuado, com exito glorioso e brilhante, no Continente Negro.

Não nos defrontariamos com pretos sem organização e sem preparação militar, pelo contrário, teríamos de medir-nos com um inimigo numeroso, audaz, valente e maravilhosamente educado e aprestado para a guerra, e ainda com o traíçoeiro, envenenador e mortifero clima africano.

Não importava.

Punha a mais ardente fé no triunfo da nossa causa, contando para isso com o saber profissional, valôr e patriotismo dos chefes e dos quadros, e com a lendária resistencia, inextinguível valentia e admirável e estóica sobriedade dos soldados. Contava, e devia contar, com as virtudes guerreiras ingenuas na lusa gente, nunca até hoje desmentidas e nunca até hoje ultrapassadas.

Elas supririam até certo ponto os predicados militares e uma cuidada instrução que, por ventura, faltassem às tropas que iam entrar em operações.

A composição e efectivo do corpo expedicionário, em harmonia com a missão que lhe era atribuída, bem como a escolha do mais conveniente objectivo a alcançar e o plano de campanha a seguir, operando de acôrdo com os ingleses e belgas, os quais já havia tempo tinham invadido a vasta colónia alemã, foram previamente combinados entre o govêrno da republica e o general sr. Garcia Rosado, um dos nossos mais distintos profissionais, que primeiro foi convidado para chefe da expedição.

Como objectivo para a coluna portuguesa adoptára o ministro das colónias os portos do litoral da possessão alemã para o norte do Rovuma—afóra Kionga ao sul, que já tinha sido occupada por um destacamento da expedição de 1915—isto é Mikindane, Lindi, Quilôa, (Kisivane) e Quilôa (Kiwingi), até ao delta do Rufigi, a partir donde se procederia conforme as circunstâncias: ou avançando para Oeste, sôbre Liwale, importante posto militar; ou sôbre Mahenge.

Fôra julgado preferível e escolhido êste objectivo depois de uma troca de telegramas com o Governador Geral de Mo-

çambique que, por seu lado, estivera em comunicação e troca impressões com o alto comando inglês.

A principal missão da pequena hoste portuguesa, cooperando com os aliados, consistia em atrair para si parte das forças adversas conduzindo-as ainda a maior dispersão do que a que naturalmente seria determinada pelas cinco colunas inglesas e belgas que, por pontos diferentes, investiram com aquela colónia, e por isso o que importava principalmente era acelerar de preferencia a data em que ela invadisse o território alemão, do que aproxima-la da direcção a seguir por qualquer das referidas colunas, sem probabilidade de fazer sentir a sua acção em tempo util.

Infelizmente tudo se havia de conjurar para que essa data se retardasse mercê de circunstâncias várias, avultando como principal a falta de transportes marítimos. Surgiram ainda dificuldades e deficiencias de tal natureza, tão insuperaveis, que a maior energia, dedicação e patriotismo não conseguiram dominar e vencer.

E depois para firmarmos os nossos créditos de potencia colonial de primeira grandeza, para exaltarmos o valôr do nosso exército, para garantirmos a posse da Provincia de Moçambique, cubiçada por tantos, muito nos conviria conquistar parte da zona litoral do Rovuma ao Rufigi. Nesse sentido deviam orientar-se os esforços da expedição, dentro dos limites do possivel, e não nos escasseando os meios de o podermos fazer, se não com gloria pelo menos com honra.

Nela tremulára ovante, em tempos idos, a épica bandeira de Portugal, desde a data gloriosa em que as caravelas do Gama sulcaram aqueles mares em demanda da India das lendas e das especiarias, até que, séculos depois, fomos compelidos pela invasão das tribus tão aguerridas como selvaticas, vindas do centro do Continente Negro, a abandonar aquelas paragens.

A verdade, porém, que ninguem pode destruir porque se não ofusca o sol da história, é que diversos monumentos por lá se encontram ainda, como em toda a costa africana, até à embocadura do Mar Vermelho, que atestam as nossas antigas grandezas, falam bem alto das nossas façanhas imorredouras, no que nenhuma outra nação nos iguala, e demonstram à saciedade a prioridade dos portugueses na descoberta

e ocupação da maior parte da costa africana beijada pelas águas do Indico e do Atlantico.

Organizado o corpo expedicionário que tinha a seguinte composição: quartel general, 3 batalhões de infantaria, 3 baterias de metralhadoras, 3 baterias de artilharia de montanha, 1 companhia mixta de engenharia e o competente serviço de saude, administrativo e de transportes, no total de 4.642 homens, 945 solipedes e 159 viaturas¹, partiu o seu primeiro troço nos paquetes «Portugal» e «Moçambique» da Empresa Nacional de Navegação, respectivamente nos dias 28 de maio e 3 de junho, em demanda da Baía de Tungue, sendo Palma também previamente escolhida para base marítima das operações.

O embarque das forças nos paquetes *Portugal* e *Moçambique*, fez-se sem a mais leve nota discordante. Nêste último vapôr seguiu o quartel general.

Ninguém faltou à chamada. O aspecto das tropas, a sua apresentação marcial e a despreocupação que se lia em todos os rostos, sorridentes e alegres, produziram a mais lisongeira impressão entre a numerosa assistência que fôra despedir-se dos que partiam em defesa da honra nacional.

Eles, os que embarcavam, sabiam bem que os esperava a imensidade inóspita dos sertões africanos; que seguiam para os bivaques na atmosphera envenenadora dos pântanos, para uma rude e asperrima campanha emfim. Que importava!

Exigia-o a honra da Pátria. Era o dever partir e o exército lusitano não sabe e nunca soube furtar-se ao seu dever. Se lho impõe a disciplina e a honra, exige-lho também o coração.

No dia 3 de julho, fundeava na Baía de Tungue o *Portugal* e no dia 5 o *Moçambique*.

¹ As unidades que a constituíam eram: —

Infantaria—Os terceiros batalhões dos regimentos 23, 24 e 28.

Metralhadoras—As primeiras baterias do 4.º e 5.º grupos e a 2.ª do 8.º grupo.

Artilharia—As 1.ª, 2.ª e 4.ª baterias do regimento de artilharia de montanha.

Da companhia mixta de engenharia faziam parte: meia companhia de sapadores mineiros e secções de pontoneiros, de telegrafistas de campanha, de praça e sem fios.

No próprio dia da chegada e pouco depois de o *Moçambique* haver lançado ferro, foi o quartel general informado pelo malogrado tenente coronel Moura Mendes, comandante da expedição de 1915, da pouco animadora situação sanitária em que se encontravam as tropas do seu comando. Apesar de permanecerem em Porto Amelia desde que chegaram da Metrópole, até abril de 1915, a marcha sobre Kionga e o violento e extenuante serviço de vigilância nos postos avançados, nas insalubérrimas margens do Rovuma, aonde eram constantemente inquietados por freqüentes ataques do inimigo, tinham-nas por tal forma abatido física e moralmente, que urgente se tornava repatriar todo ou a maior parte do destacamento, e o mais breve possível.

Assim opinava o capitão médico Jaime Ribeiro, chefe do serviço de saúde, profissional que bem conhecia, por uma longa prática, os profundos estragos causados nos europeus pelas doenças próprias dos países quentes.

O hospital de M'Lamba regorgitava de doentes, cheios estavam também os hospitais improvisados em Kionga e Palma, com a circunstância agravante de nestes últimos, faltarem por completo os mais indispensáveis elementos para serem convenientemente tratados os impaludados e desintéricos.

Alguns homens sofriam até de violentos ataques de loucura.

Uma tão confrangedora situação impunha ao comando o dever de mandar substituir, sem delongas, as fôrças em primeira linha, o que se fez realmente, e mostrava-lhe, com uma evidência palpante, o que esperava a gente que tinha sob o seu mando.

E como o comandante da expedição tinha instruções para incorporar a de 1915 na da sua chefia, via-se, como é óbvio, privado do concurso duma bateria de artilharia, duma de metralhadoras e do batalhão de infantaria 21, com que contava, e ainda de algumas companhias indígenas, as quais pela longa permanência em campanha, estavam impossibilitadas de poderem exercer qualquer esforço útil e proveitoso. Eram as primeiras e sérias contrariedades.

Tive depois ocasião de verificar pessoalmente que não eram carregadas em demasia as côres do lúgubre quadro que aquêlê chefe me pintára, e desde então arreigou-se no meu

espírito a convicção inabalável de que conservar fôrças do exército metropolitano, em campanha, nos países tropicais, por mais de seis meses, se humanitariamente é um nefando crime, sob o ponto de vista militar constitui um êrro monstruoso que conduz os chefes às mais difíceis e irreduzíveis situações.

Não há que esperar dêles trabalho aturado e eficiente. A acção do clima é implacável.

Só poderia então o comando contar com o quartel general e com os restos do esquadrão do 3, que ainda permanecia em Porto Amelia, mas desprovido de montadas que só mais tarde foram adquiridas na Africa do Sul, pelo govêrno da Provincia de Moçambique. Prestou ainda assim valioso concurso no movimento de avanço pela colónia alemã, no serviço privativo da cavalaria, difícil e perigoso de executar no mato.

Emquanto se aguardava a chegada do *Zaire*, do *Machico* e do *Amarante*, que deviam conduzir o restante pessoal, gado e material para completo da expedição; enquanto se esperava ansiosamente a remessa de *camions*, trabalhava-se sem descanço, febrilmente, nas construções precisas e fazia-se surgir uma base marítima num local pantanoso e assoriado.

A engenharia, que começou logo a produzir trabalho valioso, levantou pavilhões para os hospitais e anexos, construiu depósitos para viveres, para material e para fardamento, oficinas, *garages*, paiois para munições de guerra, etc., etc.; tudo o que era absolutamente indispensável para resguardo das tropas e para conservação do material e do gado, porque em Palma nada existia. O seu pessoal, inexcédível em dedicação e patriotismo, foi auxiliado neste labôr contínuo, por empregados e operários civis idos de Lourenço Marques.

Para conjurar as inúmeras contrariedades e vencer todas as deficiências determinadas pela fôrça das circunstâncias provenientes do estado de guerra e da enorme distância à Metropole, das quais portanto ninguem era responsável, durante esses intermináveis meses de preparação, todos à porfia, chefes e soldados, empregavam o melhor da sua energia e actividade para que tudo se aprestasse a fim de, sem demora, se iniciá-

rem as operações. Só por isso bem merecem da Pátria êsses valentes que ali sacrificaram quâsi todos a saúde e um grande número a própria vida.

O extenuante serviço de desembarque arrastáva-se com grande morosidade, por falta de material adequado e pela má disposição do local em que se efectuava, apesar do inexcedível zêlo e dedicação, do inteligente esforço e actividade, com que o dirigia o capitão tenente da armada, sr. João Belo, comandante da *Chaimite*, que dêle estava encarregado.

Logo que as circunstâncias o permitiram, foram evacuados os doentes da expedição anterior, em número de 900, aproximadamente, entre oficiais e praças, sendo a maior parte dêles repatriados. Muitos dêsses infelizes não voltaram mais a pisar o sólo querido da pátria, tiveram como rude cemitério, as areias do deserto africano ou o fundo do mar. O que restava dela não merecia confiança pela sua minguada resistência física.

Urgia, pois, reconstituir o destacamento de 1915, para o que foram requisitados telegráficamente, os competentes reforços.

E, porque era minha convicção que as fôrças então chegadas da Metrópole estariam completamente esgotadas, pela influência do clima e pelas agruras duma campanha violenta e prolongada, quando começassem as grandes chuvas, declarei para o ministério das colónias, que julgava necessária a chegada ao teatro da guerra, em princípios de novembro, duma nova expedição, para substituir ou reforçar a do meu comando, que então estaria exausta.

Tudo dependia de, para êsse tempo, estar ou não terminada a guerra.

Não se pode dizer, com verdade, que o quartel general não previa e prevenia, com bastante antecedência, todas as hipóteses.

O estado maior e os oficiais em geral, ao mesmo tempo que procurávam suggestionar a gente que tinham sob as suas ordens para vencer, com a coragem e resignação própria de portugueses, a acção danificadôra do clima, para arcar, em aspérrima luta, com uma natureza tão opulenta e exuberante de vida, como profundamente devastadôra e cruel, não se esqueciam um momento da preparação para a guerra.

Todas as unidades e formações consumiam algumas horas na instrução tática e do serviço de campanha e na teoria e prática do tiro.

Visto que teríamos que medir-nos, disse-o já, com um inimigo tão inexorável e perverso, como exímio na arte de combater, visto que não batalhariamos com pretos selvagens e ignorantes,urgia que nos preparássemos o melhor e mais rapidamente possível. Mesmo porque, se excepcionais eram os predicados do adversário, maior seria a nossa glória submetendo-o.

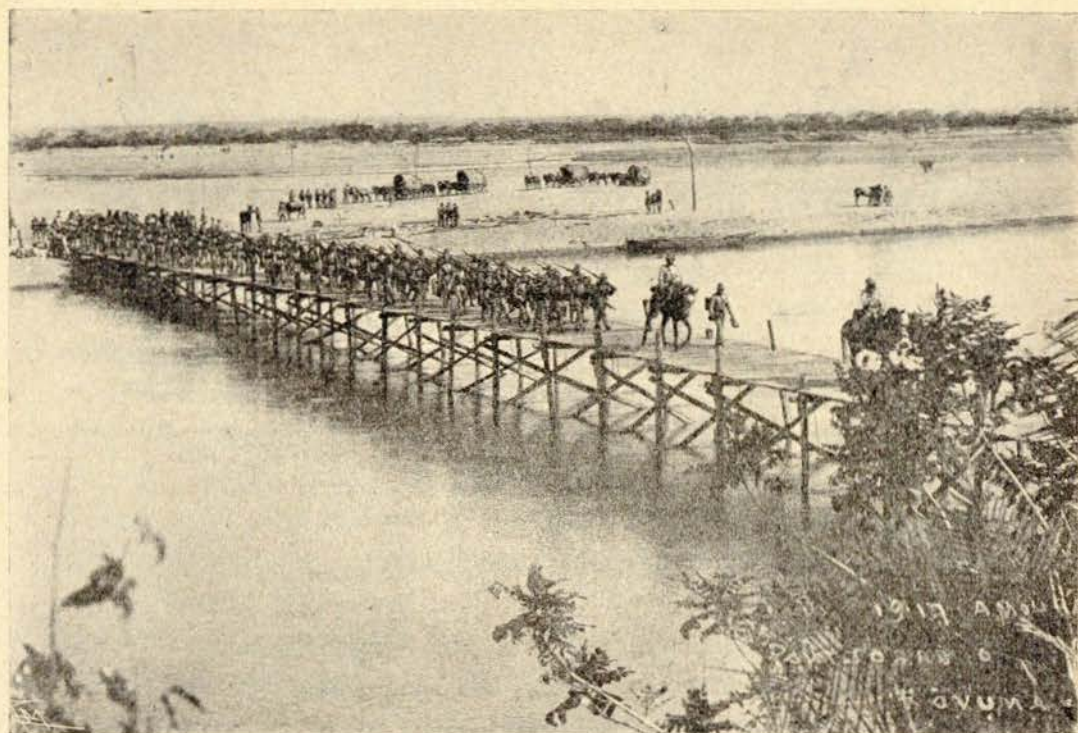
Depois de o quartel general haver procedido ao reconhecimento de Rovuma, para uma passagem à viva fôrça, bem como às posições e postos estabelecidos no território de Kionga, diferentes medidas eram tomadas sucessivamente que constituíam os preliminares, os primeiros preparativos para as operações activas:

Um pelotão de sapadores mineiros foi encarregado de abrir uma estrada directa de Palma a Namôto, a qual facilitava consideravelmente as comunicações dêste posto com a base, e a concentração de fôrças nas proximidades do Rovuma, quando se tomasse a ofensiva; uma brigada telegráfica estabeleceu comunicação directa entre Palma e N'hica; procedia-se ao reconhecimento do terreno ao norte de Palma, até ao Rovuma e dêste N'hica até à foz dêste rio e ao estudo dos recursos da região a atravessar; e efectuava-se o levantamento itinerário das estradas e caminhos que nela se encontravam.

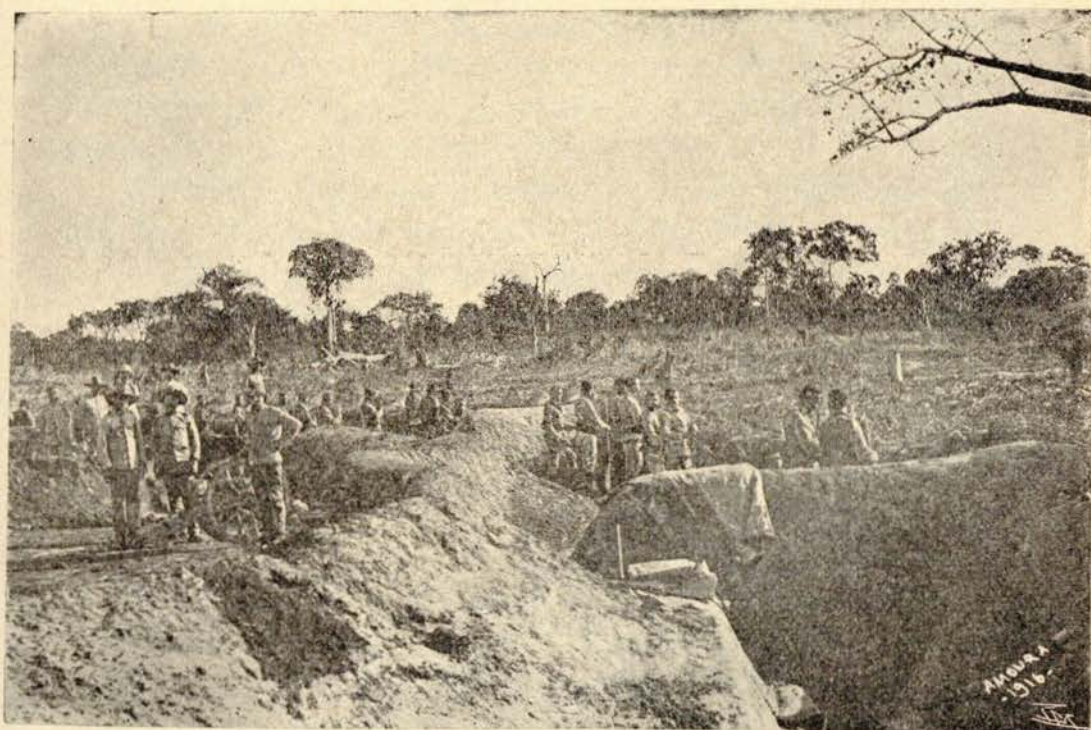
Era também ordenado ao comandante da companhia mixta de engenharia para proceder à escolha do local mais recomendado para o lançamento duma ponte sôbre o Rovuma, destinada a dar passagem a viaturas automóveis e a tropas de todas as armas.

Entretanto os alemães não estavam inactivos além Rovuma. Sempre que podiam, atacavam por surpresa, fazendo uma guerra sem tréguas e de extermínio.

Na noite de 31 de julho tentavam êles surpreender o posto de Nangadi; sendo descobertos, houve ligeira escaramuça. Retiraram. No dia 1 de agosto, atacaram em fôrça o reduto que defendia o posto, depois de préviamente terem cortado a linha telegráfica para isolarem o mesmo reduto. Do nosso lado, ficou ferido um tenente e 3 soldados indígenas. O inimigo teve



Um batalhão de infantaria atravessando a ponte sôbre o Rovuma



Um pôsto português na região do Niassa

um oficial e 5 soldados mortos, 10 soldados gravemente feridos e 1 desaparecido.

A pólvora com fumo, empregada por parte das nossas forças coloniais, não permitiu que se visse o atacante e se podessem conhecer os seus progressos no ataque.

As tropas portuguesas, por seu lado, não perdiam o ensejo de incomodar o adversário.

Em 8 de agosto, o tenente de infantaria Pais Gomes, o 2.º sargento Manuel Ferreira e 20 praças da 21.ª companhia indígena expedicionária, de guarnição em Maziua, atravessaram o Rovuma e atacaram por surpresa o posto alemão, fazendo um prisioneiro e apreendendo armamento, munições e o arquivo. Foram louvados.

Mereceram também louvor o 2.º sargento Quiterio da 21.ª companhia indígena expedicionária, e 40 praças que comandava, pela energica resistência que fizeram a um ataque do inimigo ao posto do Unde, durante 4 horas; e o 2.º cabo Camossi, do corpo de policia dos territórios do Nyassa, porque na mesma ocasião, com 15 soldados, atravessou o rio perseguindo os alemães em retirada, causando-lhe baixas.

No dia 15 de agosto foi atacado um comboio de viveres que ia de Namôto para Nachinamoca. A escolta resistiu, repellido o adversário, mas fugiram alguns carregadores, abandonando as cargas, o que era freqüente.

Antes de se efectuar a invasão da colónia alemã, pequenos recontros se continuaram a dar entre fracções portuguesas e gente alemã, alem daquelas a que venho de fazer referencia, e nas quais o inimigo foi geralmente batido e louvado o proceder dos nossos, em varias ordens de serviço.

*

* *

Emquanto, numa ansiedade mortal, esperavamos que se ultimassem os preparativos para a ofensiva, tudo se ia dispondo também, metódica e persistentemente, para se operar a travessia do Rovuma, primeira empresa a realizar e de não pequena monta. Era de crer que o inimigo procurasse evitar, por todas as formas, pondo em prática os meios mais violentos,

que transpозessemos aquela importante artéria fluvial, ou que, pelo menos tentasse retardar, o mais possível, o nosso intento.

Primeiramente, em agosto, o chefe do estado maior da expedição, tenente coronel do estado maior, Azambuja Martins, e mais oficiais adjuntos, procederam ao reconhecimento do rio, a montante da foz até Nachinamoca, para uma passagem à viva força, explorando os vaus aí existentes que podessem ser aproveitados para a travessia por tropas. E como fosse necessário construir jangadas num dos vaus e preparar o acesso a todos êles, por meio de caminhos cobertos e trincheiras, foi esta missão cometida à engenharia, que dela se desempenhou briosamente.

Operado o reconhecimento e escolhidos os locais de passagem, fixou-se uma das madrugadas da segunda quinzena de setembro para a travessia, e isto tendo em consideração a hora a que se produzia a baixa mar.

Encarada fria e serenamente a situação militar e considerando que o malôgro da tentativa de passagem, em 27 de maio, e a passividade das nossas tropas depois disso, deviam ter levantado a força moral do adversário; considerando ainda que êle dispunha, segundo as indicações da espionagem e as informações colhidas por via dos aliados, de forças importantes nos distritos de Lindi, Quilôa e Mahenge, tudo aconselhava a que a empresa que iam tentar, das mais difíceis na guerra, fosse cuidadosamente preparada e levada a efeito com tropas numerosas.

Nesta conformidade, foram tomadas todas as disposições para se atravessar o Rovuma com um destacamento mixto¹, que pudessem resistir a um forte ataque adverso, nas proximidades de N'hica, 40 quilometros a montante de Namôto, na madrugada de 19. O destacamento devia concentrar-se em Naquidanga e depois demandar o seu objectivo: atravessar o rio

¹ A coluna de N'hica era assim formada: 1 secção T. S. F., 1 pelotão de infantaria montada, 1 divisão de A. M., 1 companhia de infantaria 23, 1.ª bateria do 4.º G. M. e as 19.ª, 21.ª e 24.ª companhias indígenas.

Comandava-a o capitão Gordo do 23, tendo como chefe do E. M. o capitão do E. M. Liberato Pinto e adjunto o capitão de artilharia Zilhão e o tenente Matias.

Estes oficiais ocupam actualmente postos mais elevados.

e seguir para Mikindane, devendo cobrir o flanco esquerdo do grosso das forças, que procurariam alcançar o mesmo objectivo, depois de invadirem a colónia alemã.

Simultâneamente deviam executar movimentos ofensivos forças concentradas em Mocimboa do Rovuma e no Unde, das que guarneciam os respectivos sectores, reforçadas com outras que, porventura, podessem ser dispensados. A gente de Mocimboa procuraria atingir Newala e, sendo possível, Massassi, e a do Unde seguiria na direcção de Sassavára e Songêa.

À coluna do Lago, do comando do major Campos, ordenou-se que marchasse com a possível celeridade na direcção do Lago Nyassa, que invadissem a colónia alemã e procurasse também alcançar Songêa.

Esta coluna ainda chegou a partir de Porto Amelia, mas, em consequência do seu pequeno efectivo e por se aproximar a época das chuvas, teve que retrogradar.

Como só no dia 6 de setembro havia chegado a Palma o paquete "Beira" conduzindo alguma infantaria, a companhia de transportes — que devia ter sido a primeira gente a partir a fim de organizar o importante serviço da sua especialidade — o estado maior dum grupo de artilharia, e muito e vário material de toda a espécie, indispensavel às diferentes unidades e formações; e como só no dia 12 se ultimasse o desembarque, feito febrilmente, tendo até tomado parte nêles soldados do exército metropolitano, só no dia 14 foi possível ordenar a marcha para Namôto, das primeiras fracções do grosso das forças que ali teriam de passar o Rovuma.

Já em dez se tinham deslocados algumas unidades do destacamento que devia operar a montante de N'hica e que, como sabemos, se devia concentrar préviamente em Naquidanga.

O movimento de concentração continuou nos dias immediatos.

O quartel general seguiu para Namôto em 16.

Tudo assim estava disposto, quando, no dia 13 se recebia, ainda em Palma, um radiograma do almirante inglês comunicando que em Mikindane, que fôra ocupada por forças indianas, ali desembarcadas, já tremulava a bandeira britânica. O inimigo evacuára a cidade dias antes.

Uma tal comunicação que vinha inutilizar todos os esfor-

ços empregados, esforços épicos, de cuja grandeza só pode fazer ideia quem os presenciou, para atravessarmos o Rovuma e seguirmos em demanda do nosso objectivo, deixou o comando deveras embaraçado.

O alto comando inglês, mandando ocupar Mikindane e deixando outros portos mais ao norte em poder do adversário impedia que os portugueses avançassem pelo litoral. Opunhamos uma barreira invencível.

No quartel general houve a impressão, fundamentada, de que se os alemães abandonaram aquele pôrto é porque tinham a firme certeza de que nós, com forças relativamente importantes, iríamos ataca-los além Rovuma e bate-los. Imaginou-se também que êles haviam retirado para o sul a fim de se opôrem com todos os meios de que dispunham à travessia dos portugueses. Tudo o fazia acreditar.

Tinhamos já, pois, prestado, só com a nossa attitude offensiva, um importante serviço aos aliados.

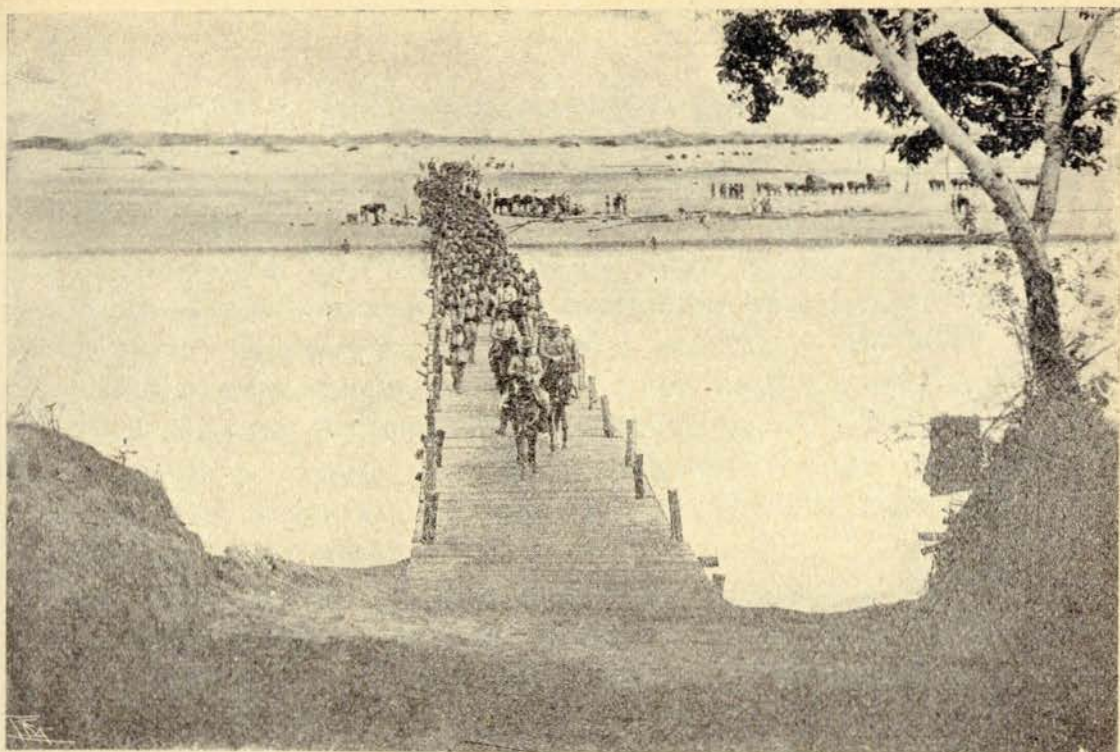
O general Smuts, que sempre se manifestára desfavoravel à nossa acção na zona do litoral, desejava antes que operassemos no vale do Rovuma, isto é precisamente onde ela seria mais difficil, mais demorada e, sem duvida, mais inutil e perigosa. Aquela região é não só insaluberrima, com fálha de vias de comunicação, sem recursos de qualquer espécie e onde a devastadora *tsé-tsé* destrói, implacavelmente o gado cavalari e muar.

Instalado o quartel general em Namôto, foram minuciosamente inspecionados os trabalhos effectuados pela engenharia; procedeu-se ao reconhecimento do rio e dos vaus; e fixaram-se, de acôrdo com o comando respectivo, as posições que a artilharia devia tomar para auxiliar e favorecer o avanço das colunas.

Do nosso lado ignorava-se absolutamente que os alemães tivessem abandonado os postos da margem norte do rio e se tivessem internado.

Ainda no dia 17, pela tarde, foram vistos pelos officiais do estado maior do quartel general, que acompanhavam o comando no reconhecimento, vedetas inimigas naquela margem.

Contavamos pois, ao contrário do que succedeu, que o adversário iria oferecer-nos tenaz opposição. Assim era de supôr.



Um batalhão de infantaria passando o Rovuma na ponte construída no talweg
pela companhia mixta de engenharia



Fôrças de infantaria atravessando o Rovuma em jangada

Finalmente, depois de tão laboriosa preparação, transpuzhamos o Rovuma, junto a Namôto, na madrugada de 19 de setembro, em três colunas de batalhão com metralhadoras¹, sob a protecção da artilharia.

A coluna da direita passou em jangadas, num canal de cento e tantos metros de largura e sete de profundidade, sendo o acesso às jangadas por caminhos cobertos e trincheiras abertas numa vertente escarpada; a do centro, a vau, com água por cima dos joelhos numa extensão de 300^m, chegando a atingir os quadris num trajecto dalgumas dezenas de metros; a da esquerda, também a vau, atravessando vários canais com água pela cintura.

A divisão de artilharia, que havia ficado como reserva, passou à margem norte nas jangadas, e foi posta às ordens do comandante da coluna da direita. A cavalaria transpôs o rio a vau seguindo em reconhecimento para o norte. Foram logo ocupados os postos de Marunga, Migomba e Fabrica, sendo em todos êles asteada a bandeira portuguesa.

Era deveras emocionante o espectáculo que se divisava do local em que se encontrava o quartel general: As tropas, mal esboçadas nos alvôres da madrugada, avançavam para os vaus, caminhavam para o desconhecido, atirando-se à água denodadamente, e, apesar de esperarem ser, a cada momento, alvejadas pelas balas inimigas, progrediam sempre, sem uma hesitação, e com uma energia e um vigor admiráveis.

¹ As colunas eram assim constituídas: *A da direita*: por 1 pelotão de S. M., uma divisão de A. M. a 9.^a, 10.^a e 11.^a companhias do 24, 25.^a companhia indígena e a 1.^a bateria do 5.^o G. M. Comandava-a o major José Pires, do 28, tendo como adjunto o capitão do E. M. Mesquita. *A do centro*: pela 9.^a, 10.^a e 11.^a companhias do 23, companhia indígena da G. R. L. M. e por uma bateria de metralhadoras do 7.^o G. Comandava-a o major Aristides Cunha e adjunto era o capitão do E. M. Brito. *A da esquerda*: pela 22.^a companhia indígena, pela 9.^a, 10.^a e 11.^a companhias do 28. pela escolta do Q. G. e pela 2.^a bateria do 8.^o G. M. Comandava-a o major Gama Lobo, tendo como oficial do E. M. o capitão Machado.

A reserva geral: sob as ordens do general comandante, era formada pela 12.^a companhia do 24, pela 12.^a do 28 e 1.^a companhia expedicionária, além da cavalaria e da artilharia.

A força presente na madrugada de 19 de setembro contava: 120 oficiais 4.060 praças, representando 2.682 espingardas, 10 metralhadoras e 14 peças de tiro rápido.

Se não houve resistencia da parte do adversário, contra a expectativa geral, nem por isso essa acção guerreira deixou de constituir um feito importante pela forma audaciosa e firme como foi executada. Tanto assim o pensou o comando que louvou as tropas pelo seu honroso proceder.

Quando chegou a Migomba, o general comandante dirigiu aos seus soldados palavras de incitamento. Aos do 23 lembrou que eram os mantenedores das heroicas tradições dos valentes que, em Albuera, fizeram, pelo seu homérico esforço, pender a vitória para o lado dos já então aliados, portugueses e ingleses, desses mesmos que hoje combatiam os alemães. Aos do 24 disse que esperava que nesta campanha fossem sempre tão bravos como aqueles seus camaradas, que muito se distinguiram na heroica defesa da Ponte de Amaranthe, contra as hostes de Soult.

A coluna de Nakidanga, depois de reconhecer o vau de Mayembe, no dia 16, sem que o inimigo se denunciasse, explorava, no imediato, o de Nhica, havendo tiroteio.

Em 18, atravessou o Rovuma, sem resistencia, a uns 6 quilometros a montante do posto de N'hica e 40 da foz daqule rio.

No dia 19, ocupou Mayembe, depois de uma penosa marcha em que demorou 9 horas a percorrer 12 quilometros, atravessando vaus com 1,^m20 e 1,^m40 de altura de água, e no dia 20 estabelecia-se em Tschidia, sem combate¹. O inimigo retirou na direcção de Mahuta. A coluna, seguindo primeiro para Curaza, partia depois para Migomba.

*

* *

Não afrouxaram os nossos esforços, depois de efectuada a travessia do Rovuma.

Estabeleciam-se vários postos: um em Madimba, na estrada para Mikindane, o qual dias depois era transferido para

¹ Foram encontradas trincheiras a cavaleiro do rio, fortemente organizadas e, numa altura proxima, um reduto. Era apreendido muito e vário material de guerra. Entre diferentes espingardas Mauser foram encontradas algumas do modelo português. Apreendeu-se uma peça de bordo, sem culatra.

Karibos, 14 quilometros para o norte; outro em Mnasi, na baía do mesmo nome e ainda um terceiro em Tokôto, na foz do Rovuma.

Reparavam-se as estradas da margem norte e ligavam-se pelo telegrafo e telefone os postos conquistados, montando-se tambem uma linha para Mikindâne.

Era enviado um reconhecimento de oficial a esta cidade para se pôr em ligação com as forças britannicas e notificar ao comandante militar inglês quais as unidades de que dispunhamos, naquele momento, para uma acção conjunta ao longo da costa.

O nosso desejo era colaborar eficazmente com os aliados.

Impossibilitados de podermos seguir em demanda do objectivo que nos fôra designado, e constando no quartel general, por informações seguras, que o inimigo retirára para Newala e Massasi, dizendo-se tambem que os prisioneiros portuguezes que estavam em seu poder, desde 27 de maio, tinham seguido de Lindi para a ultima daquelas localidades, deliberou-se, enquanto se aguardavam instruções superiores, enviar um reconhecimento a Newala¹, como preparativo de empresa de maior monta.

Além do dever que assistia ao comando portuguez de perseguir o inimigo, procurando bate-lo, muito desejava êle tambem poder dar a liberdade aos nossos prisioneiros. Urgia resgatar, fosse como fosse, esses desventurados que havia tanto tempo estavam em poder dum adversário que não primava pela generosidade.

Organizou-se o reconhecimento sob a direcção do sub-chefe do estado maior, hoje major Liberato Pinto, sendo a escolta composta de duas companhias indigenas e uma bateria de metralhadoras.

Partiu em 25, chegando a Mayembe em 28; e no dia 30 atingia Miambua. O gado sofreu grandes baixas devido principalmente ao excessivo trabalho, por isso que os caminhos estavam intransitaveis.

¹ Newala era um centro de administração e recrutamento e sede duma missão religiosa.

Sabia-se que nesta praça, assim a denominavam na região, existiam 18 brancos e 300 askaris, com artilharia e metralhadoras.

Os indigenas recebiam os portuguezes amigavelmente.

O inimigo retirava sempre, queimando o que não podia transportar.

No dia 4 de outubro, pelas 15 horas, foi atacada a escolta, quando marchava de Mahuta para Nkundi. Travado o combate era o inimigo desalojado das suas posições defensivas.

A nossa gente veio para Ntshishira e Cikumbiriro por se aproximar a noite e haver falta de água. O combate de Mahuta foi relativamente um dos mais mortiferos de toda a campanha¹.

Ao passo que avançavamos na colónia alemã, era invariavelmente seguida com os indigenas uma politica de atracção e carinho, baseada na mais declarada protecção. Para os cativar, a centenas dêles, que se achavam na mais compungente miséria porque os alemães lhes subtraíam tudo quanto podia servir para alimentar os seus askaris, foram distribuidos panos e alimentos, pelo que se mostravam reconhecidissimos, submetendo-se, sem a menor relutância, ao dominio portugês.

Depois de vários telegramas trocados entre o quartel general e o comando em chefe do exército britânico, fixou-se de comum acôrdo qual devia ser a acção da gente lusitana e a sua colaboração com os aliados. Toda essa correspondencia, que os acanhados moldes dum simples artigo nos não permite reproduzir, constitue a prova provada, de que o comando portugês, sem quebra da mais absoluta independencia, procurou sempre e dentro dos limites do possivel, proceder de acôrdo com o general que comandava as hostes inglesas e usou tambem com êle da mais pura lealdade.

Apesar de se reconhecer a dificuldade do empreendimento, acordou-se, por ultimo, em que os portuguezes avançariam na direcção de Liwale pela linha do Rovuma², precurando alcan-

¹ Perdas dos portuguezes : mortos — 1 segundo sargento, 1 1.º cabo e 30 soldados ; feridos — 1 capitão, 1 2.º sargento e 12 soldados, alguns gravemente desaparecidos — 1 alferes e algumas praças. As baixas do inimigo foram muito superiores.

² Considerando irrealisavel a marcha directa do baixo Rovuma sobre Liwale, por falta de caminhos, o comando portugês propôz que a coluna se-

çar, no mais breve tempo, Massassi e Lukuledi, ocupando também, se possível fosse, Bengala e Tonduruz, e isto com o fim de evitar que fracções alemãs dispersas se podessem fornecer nessa área.

Tendo o reconhecimento que marchava para montante, pela margem norte do Rovuma, encontrado o inimigo em Mahuta, para se proceder em harmonia com os desejos do general Smuts, foi organizada a coluna de Massassi, com o fim de continuar as operações ofensivas. Estabeleceu-se logo uma nova linha de comunicações, por Nangadi, desde Palma para a margem norte do Rovuma, abrindo-se estradas para automoveis, porquanto o reabastecimento para os postos da margem sul daquele rio era feito por caminhos de carregadores.

O comando da coluna foi dado ao então major de infantaria 24, José Pires, tendo como chefe do Estado Maior, o actual major Mesquita. Era constituída pelas unidades do reconhecimento de Newala e mais 2 companhias indigenas, 1 pelotão de infantaria montada, 1 divisão de artilharia, 1 bateria de metralhadoras e uma secção de ambulancias.

Marcharia pela margem norte do Rovuma para Newala e Massassi, atacando o inimigo onde o encontrasse. Logo que a capacidade do reabastecimento de viveres permitiu aumentar as forças da coluna, foi esta reforçada com 2 companhias de infantaria, 1 divisão de artilharia e 1 pelotão indigena.

Comandava o reforço o major Gama Lobo, levando como adjunto do estado maior o capitão Armando Machado. Novas unidades foram ainda postas à disposição do comandante da coluna, assim como uma secção de T. S. F.

Determinou-se depois que o chefe do Estado Maior, tenente coronel Azambuja Martins marchasse com uma escolta¹ a reconhecer a nova linha de comunicações, procurando atingir Newala e cooperar com a coluna de Massassi.

Entretanto era organizada a ocupação dos territórios re-

guisse ao longo da costa, por Mikindane e Lindi até Quilôa, para onde seria transferida a base marítima, internando-se depois. Assim se procurava voltar ao primeiro objectivo. Não foi aceite o alvitre.

¹ Comandava a escolta o capitão de cavalaria Conceição. Esta era constituída pelo 4.º esquadrão de cavalaria 3 e 2 pelotões indigenas, juntando-se-lhe depois a 1.ª bateria do 5.º G. M.

centemente conquistados, ficando a acção politica e civil dos indigenas a cargo do commissario de policia.

A par da occupação militar organizaram-se capitánias mores.

Foi muito demorada a marcha da coluna de Massassi, pois que, tendo partido nos primeiros dias de outubro, só em 18 seguiu de Ntshishira em direcção a Newala, chegando ali em 26. Teve, é certo, que vencer contrariedades e obstáculos de toda a espécie, mas podia muito bem tal demora ter comprometido o bom exito da empresa, pondo em risco a escolta do reconhecimento que, sem duvida, foi bastante mais energico no avanço¹.

O reconhecimento, com a escolta recomposta, partiu de Mocimboa do Rovuma no dia 20; em 21 estabelecia o contacto com o inimigo em Lakalala, forçando-o a retirar; e no dia 22 tomava a Ribeira de Newala, que abastece de água o fortim e a localidade, depois dum violento e demorado combate, obrigando o inimigo a retirar precipitadamente. Apreenderam-se armas e munições.

Tendo-se aguardado a chegada da coluna de Massassi para colaborar no ataque, pelas 18 horas do dia 26, entravam os portuguezes em Newala, depois de se ter travado luta em que tomou parte a nossa artilharia bombardeando a fortaleza.

Foi apreendido muito material de guerra e uma peça. A cavalaria num *raid* audacioso alcançava a vasta região de Lulinde, repelindo o adversário.

Merecido louvôr tiveram muitos dos vencedores de Newala e em especial o tenente coronel Azambuja Martins, pelo acerto e competencia com que dirigiu o reconhecimento e depois o ataque geral.

O alto comando inglês reconhecia tacitamente o successo da offensiva dos portuguezes que, em pouco tempo e com bem poucos recursos, haviam avançado mais de 200 quilometros no territorio inimigo, batendo-o em successivos e sempre violentos recontros, pretendendo mandar para junto do nosso quartel general o major Adler, um colonial de mérito, para auxiliar o comando na administração da zona conquistada.

¹ Foi notavel a marcha efectuada pela 1.^a bateria do 5.^o G. M. de Palma para Pundanhar, percorrendo 60 quilometros em 24 horas.

Assim sucedeu com os belgas, dizia o general em chefe do exército britânico.

Até aqui havia-nos sido propícia a sorte das armas. Levavamos o inimigo de vencida, tendo os soldados de Portugal, dado mostras, nos mais difíceis lances, de suprema tenacidade, abnegação e valor. Não desmentiam as glórias tradicionais da nossa raça, raça de heróis.

Encorporada a escolta na coluna de Massassi, e organizada a linha de comunicações pela margem norte do rio, abriam-se estradas desde a Frabrica até Sicumbiriro. Mas como os ingleses, que estavam em Mikindane e já também em Lindi, não avançassem para o interior da colónia, ficava esta linha muito exposta, pelo que foi adoptada a de Nangadi, dividida em três troços¹, correspondentes a obstáculos que cortavam o movimento de camions.

A coluna de Massassi, cujos efectivos iam sucessivamente diminuindo por doença, baixando aos hospitais dezenas de praças e oficiais em cada dia, era reconstituída com 2 baterias de artilharia e uma companhia de infantaria.

Já começava a sentir-se a falta de reforços.

Depois de concentrados os abastecimentos indispensáveis em Newala, que passou a constituir uma base secundária, e de reorganizadas as diferentes unidades, o destacamento iniciou o movimento de avanço, no dia 8 de novembro, sob a direcção do seu novo comandante, o major de artilharia, Leopoldo da Silva. Encontrando o inimigo no fim da primeira etape, em Kiwambo, bateu-o em profiado combate e repeliu-o na direcção de N. O., para além de Nangôma, a 25 q. de Newala, tendo sofrido perdas importantes.

Foi ferido o comandante da coluna, vindo a falecer em resultado dos ferimentos, e o alferes Leite, seu ajudante. Bem

¹ 1.º troço—De Palma ao alto da Serra do Nangadi: 120 quilometros,

2.º troço—Desde o sopé da Serra ao vau do Rovuma: 12 quilometros;

3.º troço—De Sicumbiriro a Newala: 48 quilometros.

mereceram referencia especial, na ordem de serviço, muitos valentes de Kiwambo.

Causou profundo pesar e geral consternação a perda daquele distinto oficial, um dos mais habéis profissionais da artilharia lusitana e que honrava o exército pelo seu saber e amor à disciplina. Mostrou também naquele lance fatal que era valente até à temeridade e ousado até à loucura.

Foi mortalmente ferido quando, no mais rijo da luta, procurava dar à sua gente um nobre exemplo de heroico valor.

No mesmo dia em que se feriu o combate de Kiwambo atacaram os alemães o posto militar de Mahuta, deixando no campo 2 europeus e 15 askaris mortos e 5 prisioneiros. Foram sem demora restabelecidas as comunicações.

Era também espingardeado um camion que conduzia doentes, havendo mortos e feridos.

Nomeado comandante da coluna de Massassi o hoje tenente coronel Aristides Cunha, de infantaria 23, conservou-se a mesma em Nangôma até à sua chegada.

Em 18 de novembro comunicava de ali que importantes forças inimigas vindas do Norte se estavam concentrando em Massassi e proximidades, preparando-se para cortar as comunicações com Newala e para atacar a praça, que não dispunha de artilharia. No dia imediato, confirmava aquelas informações e declarava que por julgar deveras critica a situação na Ribeira de Newala retrogradava para reforçar Newala, que devíamos manter a todo o custo. Efectivamente os alemães, procedendo a uma concentração de forças, atacavam na madrugada de 22 a Ribeira de Newala, resistindo os nossos energeticamente e só abandonando a posição ao terceiro assalto, efectuado por um adversário muito superior em número¹.

Depois, tendo sido anulado o esforço duma coluna de socorro, constituída por gente combalida, por doentes, cercavam o fortim que os nossos, por falta de água, abandonaram, na noite de 28, com perdas minimas, iludindo o cêrco.

Durante dias permaneceu a fraca hoste em Newala, dis-

¹ As forças alemãs que investiram o fortim e ocuparam a Ribeira eram constituídas por 9 companhias, com avultado número de metralhadoras e artilharia. Eram, ao que parece, na sua maioria tropas vindas de Liwale e Mahenge. Comandava-as um oficial de elevada patente.

pondo sómente de meio litro de água por dia e por cabeça, mas resistia com inegualavel valentia aos constantes ataques do adversário que varejava o defensôr com o fogo das suas numerosas metralhadoras, e suportava com estóica resignação todas as privações, todos os infortunios.

A coluna, que iniciara a marcha mantendo a mais austera disciplina, internando-se no mato por caminhos desconhecidos, fraccionou-se, alguns elementos dispersos desorientaram-se, por lhes faltaram os guias e foram ao encontro dos postos avançados alemães—que só então deram pela saída dos nossos—travando-sé combatê.

Vencendo inumeras dificuldades, guiados pelos officiais e graduados, transpunham os elementos desconexos da coluna o Rovuma nos dias 29 e 30 e chegavam extenuados, famintos, tendo percorrido uma verdadeira via dolorosa, a Mocimboa e Nangadi.

Paralisada a ofensiva dos portuguezes após o bombardeamento de Nangadi, da margem norte do rio, com uma peça de 10,5 centímetros do Koenisberg, o que mostra nitidamente a importancia dos recursos concentrados pelos alemães contra nós, segue-se o movimento retrogrado sobre a base e sobre os postos proximos.

Eis o que foi a retirada de Newala, que como operação de guerra em nada esmoreceu e maculou os tradicionais bríos e o épico valôr da gente portuguesa, mas que até deu causa à pratica de inumeros actos heroicos, da nossa parte. Bem injusta, apaixonada e levianamente, para o pundonor do exército e da Nação, foi julgada esta fase da campanha. E todavia esse passageiro infortunio não atormentou por tal forma a alma dos nossos soldados que se extinguissem néla as sublimes virtudes patrióticas e de valentia que deram aos antigos guerreiros lusitanos a grandesa de semi deuses e dão aos modernos a bravura dos herois.

Nos meados de dezembro, começou a epoca das chuvas na zona de operações, sendo tão torrenciais que as águas do Rovuma rápidamente se avolumaram de modo a constituirem um obstáculo insuperavel. Esta circunstância permitiu que, apesar do esgotamento geral da nossa gente, fossem reocupados os postos da margem sul do rio, transitoriamente abandonados.

Contando que se evolaria breve a nuvem negra que nos apagára momontaneamente a chama fascinadora da vitoria, aguardavam-se os reforços para, em tempo oportuno, se empreender um retorno ofensivo.

São pois dignos de louvor e agradecimento a energia e valor dos chefes e a bravura dos subordinados em tão emocionante campanha. Lutando nas condições mais desfavoráveis, sob a acção do clima dos tropicos, que não só conduz à incapacidade fisica, como tambem à mais terrivel e intensa depressão moral e inutiliza as maiores e mais provadas energias, conseguiram êles levar na ponta das suas baionetas o mais perigoso dos inimigos, só cedendo terreno perante uma superioridade esmagadora e quando já esgotados.

E depois não devemos esquecer que as marchas realizadas, dias e dias, atravez dos matagais africanos, em que a visão se limita a alguns metros apenas, em que o perigo sempre se oculta próximo, sem nunca se tornar visivel, constitue uma tão dura prova que excede os maiores sofrimentos humanos.

Toda a minha admiração pois por esses bravos que, se não alcançaram um triunfo retumbante, pelo seu inegualavel esforço, patriotismo, resignação e valôr, bem merecem o reconhecimento da Patria que nunca negou aos seus filhos o devido galardão.

Maio de 1919.

General FERREIRA GIL.



Rápido bosquejo da Grande Guerra (1914-1918)

Nos campos de batalha

Nas chancelarias—O nosso papel

Quando a Prússia com os seus aliados germânicos, futuros membros dêsse Império alemão, cujo primeiro Imperador foi coroado, como tal, na mesma residência magnificente que resumia em si todos os esplendores da velha monarquia francesa, esmagou a sua adversária, arrancando-lhe os territórios que o partido militar considerava o escudo do Império, logo na Europa se anteviu, como inevitável, a desforra, essa Revanche que foi a bandeira agitada por tantos anos e por tantas gerações na terra francesa.

A luta foi então um simples duelo; ninguém interveiu, e não é êste o momento de esmiuçar a causa dêste facto.

Mas, poucos anos volvidos, a Alemanha um tanto surpreendida com a facilidade do embolso da esmagadora indemnização exigida á sua adversária, pensou em acabar de a sangrar, e já em 1875 uma nova guerra esteve iminente. Parece que a Russia, que se conservára estranha ao duelo de 1870, vira o perigo da omnipotência germânica na Europa, e fizêra sentir ao seu visinho que desta vez desembainharia a espada em favor do agredido. O que é certo é que a viagem do Tzar a Berlim, então realizada, não deixou de exercer uma acção pacificadora.

Dêste modo, Alexandre II teria sido, com o seu gesto, o verdadeiro fundador da Dupla Aliança.

Depois surgiu um ou outro incidente de fronteira, salientando-se o do agente Schnæbelé (abril de 1887), sem consequências de maior.

Mas a Alemanha não renunciava às suas aspirações, e assim foi que, sob o pretexto de manter a paz na Europa, se veio a criar a Tríplice Aliança. Este organismo provocou a constituição da aliança franco-russa, ficando os dois sistemas, pelo menos ostensivamente, em frente um do outro sem novas adesões.

Mas a guerra russo-japonesa, tirando a Inglaterra daquêle «esplendido isolamento» em que parecia comprazer-se a nossa velha aliada, determinou a curto trecho uma nova distribuição das grandes potências, suscitando a aparição da «entente cordiale», que a Gran-Bretanha festejou com a bela exposição franco-inglesa de 1908.

Os materiais da conflagração mundial iam-se acumulando e não era difícil prevêr que ela romperia à primeira faísca. Marrocos, a questão Balkânica, o caminho de ferro alemão da Mesopotâmia, aí estavam outros tantos pontos em ignição. No livro, no jornal, nas revistas políticas, como nas militares, já se não dissimulava o perigo. A «futura guerra» discutia-se como um ponto absolutamente assente; só havia uma interrogação resumida nesta palavra: Quando?

A Alemanha preparava-se. Burlara a tentativa pacifista da Haya, e quando a Inglaterra falava, pela bôca de Asquith, num desarmamento naval mais ou menos extenso; e quando a França depois da longa crise de Dreyfus, e já nas vésperas da guerra, ainda se debatia na grave questão do serviço de dois anos, a Alemanha, com uma constância inflexível e uma confiança inabalável nos seus destinos, continuava a preparar a maior máquina de guerra que registam os anais humanos.

O atentado de Sarajevo foi apenas a determinante próxima da guerra inevitável.

A Alemanha considerava-se pronta, material e moralmente, pois que os seus publicistas civis ou militares tinham submetido o espírito nacional a um verdadeiro *training* de guerra, fazendo do pangermanismo uma religião, do alemão um super-povo, um novo povo escolhido chamado a regenerar a decrépita e gasta Europa, a refundi-la nos moldes duma organização de que a Alemanha seria a alma mater. O profeta dêste novo Evangelho foi na literatura militar o célebre escritor von Bernhardi, verdadeiro criador do neo-militarismo metafísico e terrorista que inspirou a invasão de 1914.

A Grande Guerra ía finalmente iniciar-se. Já depois de realizada a invasão, Maximiliano Harden, especie de von Bernhardt civil e jornalístico, dizia com uma franqueza quási tocante, respondendo aos que mesmo no seu país procurávam alijar as responsabilidades da guerra, que a Alemanha assumia de coração alegre essas responsabilidades; que ela se sentia vigorosa, com o desejo de viver e engrandecer-se, e que o êxito a absolveria.

Por onde se fará a invasão da França?

A fronteira de Leste, obra maravilhosa do general Seré de Rivière, desafia todos os esforços do invasor, de Delle a Mézières; as barragens fortificadas Belfort-Épinal (cortina defensiva do Sul) e Toul-Verdun (cortina defensiva do Norte) são intransponíveis, e as brechas de Charmes ou do Moselle e a de Stenay ou das Ardennes não são convidativas.

O invasor virá por Nancy? Ou entrará pela Belgica? Preferindo êste caminho, aconselhado pelas razões militares e pelas razões políticas, seguirá pela margem direita do Meuse, como pretendia o general Bonnal, o general Maitrot e o tenente coronel Buat, entre outros? Ou virá pela margem esquerda, transpondo o rio próximo de Liège, para cair sôbre Paris por Charleroi, Mons e Valenciennes, como pressentiam o general André depois da sua viagem a Lille, em 1901, e o general belga Brialmont, para só nos referirmos a estes dois nomes ilustres?

O facto é que foi esta última hipótese a que se realizou, e já não com o 1.300:000 homens dos 22 corpos de exército, previstos por Buat, mas com os 2.000:000 dos 34 corpos de exército que efectiváram a invasão.

O alemão contáva com a invasão fulminante, sabia que o caminho da Belgica era o que sempre levára ao coração da França e não ignorava, decerto, que, por aquêle lado, a França se desprevenira algum tanto, desclassificando Lille que cobre a Flandres, abandonando a defesa do Escaut, e mantendo apenas Maubeuge, que fecha a porta do Sambre. Demais, a Belgica era naturalmente o país sonhado pela estratégia.

O plâno alemão era tão simples como audacioso: o ataque em massa contra a França; defensiva expectante sôbre a fronteira polaca, aguardando que o exército austriaco, demorado pela mobilização, pudesse avançar e conter os russos fora

da Galícia; a França esmagada infalivelmente entre quatro a cinco semanas; entrada do Kaiser em Paris; marcha das tropas vitoriosas através da Alemanha delirante; invasão da Polónia; entrada triunfal em Varsovia.

A Europa rojar-se-ia aos pés do vencedor, que lhe ditaria a paz, sonhada pelos evangelizadores da *Kultur!*

O plano falíu; a invasão fulminante, sua condição nodal, pulverizou-se contra a resistência belga, a combatividade francesa, e êsse «rétablissement prodigieux» segundo a expressão de Bonnal, movimento admirável pelo qual se fez frente ao choque alemão a oeste do Meuse.

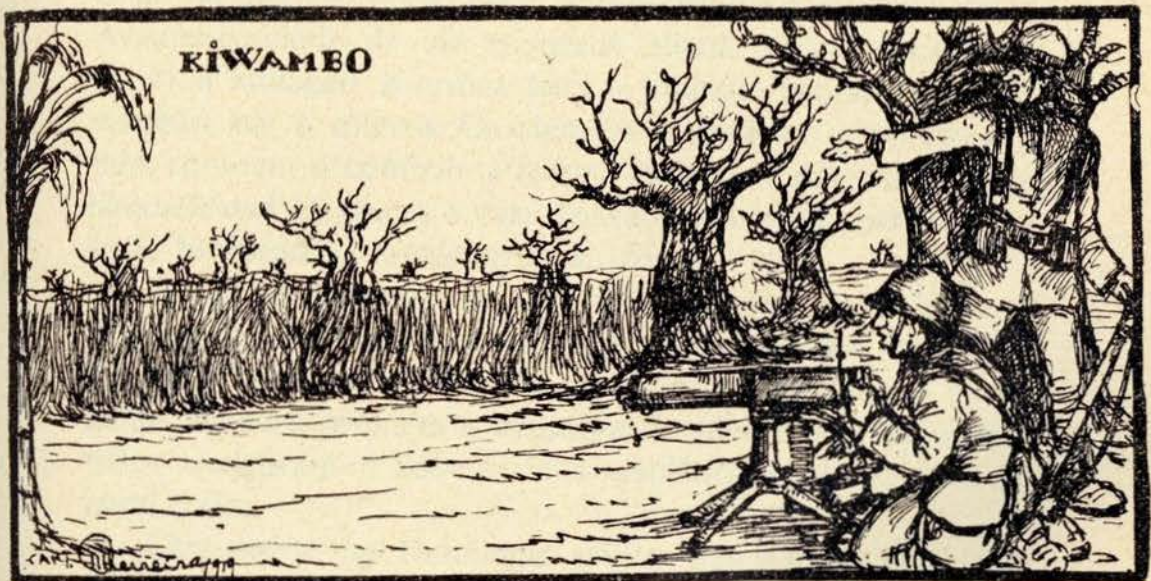
A Belgica oferece-nos então êste espectáculo único: um estado minúsculo, numa época de egoísmo feroz e de baixo materialismo, levantando-se como um só homem, diante do colosso germânico, num irresistível impulso de heroísmo, jogando a sua existência nacional, sacrificando os seus interesses mais sagrados, deixando-se esmagar em Liège, onde Léman assume proporções de uma figura de lenda e de lição viva para todos os tempos.

A resistência dessa «pequenina França do Meuse», demorou quatorze dias a marcha da invasão, ou seja a irrupção alemã na fronteira do Norte ou franco-belga, cabendo dez daqueles dias à defesa de Liège. E êstes dez dias salváram talvez a França.

E foi um pequeno país dilacerado por dissidências de raças entre Flamengos e Valões, embebido na sua grande actividade económica, embalado em pleno sonho pacifista, que realizou êste milagre, alçando no momento supremo as extraordinárias figuras de Alberto I, do cardeal Mercier, de Max e de Léman, dignos evocadores dos nomes gloriosos de Artevelde e de Egmont.

Os alemães pisam finalmente o sólo francês. O momento é decisivo e angustioso.

Numa formidável conversão da frente Bâle-Cologne em que tomáram parte 8 exércitos alemães, procurando realizar a manobra tradicional do alto comando alemão, a manobra — tipo de Cannas, Sadowa, Sedan, a ala direita alemã não consegue envolver o flanco esquerdo dos Aliados, que, não sem combate, retiram para o sul, para a retaguarda da linha defensiva do Marne. O general von Klück que comandava o



exército alemão da direita, tendo atingido Chantilly (41 km. de Paris), e as suas patrulhas de cavalaria, Luzarches (30 km.), convertem-se para sudéste na direcção de Meaux, deixando Paris fora do seu movimento.

Paris não é senão um objectivo geográfico; a seu tempo reaparecerá. O objectivo neste momento é o exército inimigo; é forçoso aniquilá-lo.

Tal é o problema. Foi assim que êle se apresentou ao espírito do estado maior alemão, a von Klück?

Em 5 de setembro, os tres primeiros exercitos alemães, I (von Klück), II (von Bülow), III (von Hausen), transpõem o Marne, de Meaux a Châlons.

Em frente destes exércitos, dispõem-se da esquerda para a direita os exércitos aliados seguintes: o 6.º, do general Maunoury, o exército do marechal French, o 5.º exército do general Franchet d'Esperey e o 9.º do general Foch, restringindo-nos às forças cuja acção principalmente temos a considerar neste momento.

A ofensiva alemã responde a ofensiva francesa, sendo o exército de von Klück atacado de frente pelo 5.º exército e o exército de French, e de flanco pelo 6.º exército de Maunoury. O nó da luta é o duelo entre Maunoury-French e von Klück. A superioridade da ala esquerda aliada afirma-se cada vez mais; a situação é crítica para o inimigo: retirar ou ser esmagado, eis o dilema. Os alemães preferem o primeiro partido, rompem o combate a tempo, evitando a derrota decisiva, irremediável, e, graças a esta decisão, podem ocupar uma posição fortificada à rearguarda do Aisne.

A isto se chamou a batalha do Marne que, se se observa a sucessão dos acontecimentos, é a segunda fase ou estadio da unica e mesma manobra, a manobra estratégica envolvente, sendo a primeira a manobra do Meuse, em que os alemães obrigaram o adversário à «esplêndida retirada» do general Joffre.

Certamente na tecnologia militar não foi esta uma batalha decisiva, como Austerlitz, Iéna ou Waterloo; demos até de barato com os escritores alemães que não foi mesmo uma batalha, figurando os episodios do Marne a título de preludio da manobra do Aisne, denominada pela imprensa germanica *Die Schlacht vor Paris*.

O que é incontestável é que, pelas suas incalculáveis consequências, foi um dos factos culminantes da grande guerra; é que representa o triunfo indubitável e imprevisto, para o adversário, das forças morais sobre as forças mecânicas; é que o velho espírito francês da época de S. Luiz, de Joanna d'Arc e da Revolução, reviveu nos grandes dias de 6 a 12 de setembro de 1914; é que, por último, a invasão foi quebrada mortalmente no seu impeto, e assim desfeito o sonho pangermanico.

Vem de molde fixar nestas páginas e neste lugar a ordem memorável de Joffre (6 de setembro) digna de registar-se ao lado das de Napoleão.

«No momento em que se empenha uma batalha de que depende a salvação da Patria, forçoso é recordar a todos que já não é tempo de olhar para traz; todos os esforços devem convergir para atacar e repelir o inimigo. Uma força que já não póde avançar deverá, custe o que custar, manter-se no terreno conquistado, preferindo morrer a recuar. Nas actuaes circunstancias não póde admitir-se o minimo desfalecimento.»

O bastão de marechal foi a recompensa merecida com que a França galardoou o grande homem.

Canrobert e Mac-Mahon tinham sido os dois ultimos marechais de França. Chanzy, alguns anos depois da catastrophe de 1870, declinára a oferta do bastão, que, segundo elle, pertenceria de direito ao homem que conduzisse a França a desforra vitoriosa.

Estava certo: as profecias cumpriam-se. O heroi da primeira hora não deve eclipsar-se na fulguração que irradia do heroi da vitoria final. Foch veio completar Joffre.

Paris falhou. É necessário mudar de objectivo. O Imperador solta a palavra: Calais! O que significa isto? Mais do que parece. Não se trata apenas de uma simples cidade sobre o litoral da Mancha. Calais é a Inglaterra ameaçada; é o ninho do abutre; dali sarparão os submarinos; dali se lançarão os monstruosos Zeppelins. É o grande projecto de Hoche e Napoleão, o desembarque na Ilha inviolada. Pois não será a Inglaterra ainda o grande inimigo como o foi para o *Petit caporal*?

Os adversários estão frente a frente na linha do Aisne os aliados procuram envolver a direita inimiga e os alemães

tentam a mesma acção contra o adversário. Este *steeple-chase* determina a extensão das duas frentes de batalha, simultaneamente, no sentido do mar do Norte. Esta é que é a *course à la mer* dos escritores francêses.

Depois um novo e imponente exército alemão atravessa por seu turno a Belgica com o objectivo Calais; é este exército que vai esbarrar-se com a linha dos aliados nos plainos da Flandres no duplo recontro do Iser e de Ipres, que constitue o quarto estadio do grande movimento alemão.

Com esta batalha pôz o exército alemão o fecho aos movimentos ofensivos no teatro de guerra ocidental em 1914.

la começar uma guerra nova — a guerra das trincheiras.

A grande ofensiva alemã de fevereiro de 1916, contra Verdun, pôde à primeira vista surgir-nos como um episódio não coordenado com o movimento geral da guerra. Mas os intuitos alemães tornar-se-hão claros, se voltarmos por algum tempo as nossas atenções para o que se passou em 1914 e em 1915 no teatro de guerra oriental. Com efeito, de meados de agosto a meados de setembro de 1914, a ofensiva russa no teatro de operações da Galicia, confiada aos II e III exércitos russos — exércitos Russky e Brussiloff e ao I exército — exército de Ivanoff, projecta respectivamente a massa austriaca sôbre os Carpatos e sôbre Cracovia.

Porem, na Prussia Oriental, Hindenburg comandante do exército de Leste, e o seu chefe de estado maior, Ludendorff, amestrados na admiravel lição da Campanha de França (1814) que, por seu turno, recorda as maravilhas da campanha de Italia, interpõe-se entre os exércitos de Niémen, do mando de Rennenkampf e o de Narew, do mando de Samsonoff, e bate-os separadamente. Daí, as brilhantes vitórias de Tannenberg e dos Lagos Masuricos.

Feito o balanço deste ano no teatro oriental, entrando em linha de conta com as investidas alemãs sobre a Polonia — a de fim de setembro — e depois a de novembro dirigida por Mackensen, com 12 corpos de exército, apura-se um deficit germanico, por isso que os russos se mantem na maior parte dos passos dos Carpatos.

Em 1915, os alemães avançam pela Russia Báltica até Vilna (18 de setembro), desistindo provisoriamente de Riga, cuja defeza paralisou os seus esforços; as investidas sobre a Polo-

nia tinham conduzido Hindenburg triunfante a Varsovia (6 de agosto). Mas os russos, por meio da habil retirada do Grão-Duque Nicolau perante a grande ofensiva austro-alemã (2 de maio) de Mackensen, que atingira Lemberg a 22 de junho, conseguem salvar o seu exército.

O esmagamento trágico da Servia, que assinala o final deste ano, e o isolamento da Rússia, que os Aliados não conseguem evitar, são resultados que, juntos aos anteriores, constituem uma vitória dos Imperios Centrais, mas vitória tão longe de decisiva, que põe a Alemanha na necessidade de tentar um novo e grande esforço na frente ocidental.

A ofensiva sobre Verdun foi a consequência deste estado de cousas, destas grandes mas quasi inuteis vitórias do Oriente, onde a extensão das terras conquistadas não correspondeu uma destruição paralela das forças inimigas. Esta razão junta à riqueza mineira da bacia de Briey e á necessidade de quebrar um saliente poligonal, donde podia partir uma ofensiva dos Aliados, parecia justificar a nova tentativa.

O Kronprinz procuraria por este lado abrir brecha na frente francesa e recomeçar a marcha de agosto de 1914 sobre Paris.

O momento era bem escolhido. Era necessario bater o exército francês antes que os russos se reconstituissem das suas derrotas, e antes que os ingleses atingissem a plenitude do seu desenvolvimento.

O resultado, porem, não respondeu às previsões germanicas.

A 4 de Junho de 1916, os russos, já refeitos, iniciam a estupenda ofensiva de Brussiloff, numa frente de 350 km. desde os pantanos do Pripet à fronteira romena; abrem duas enormes clareiras nas linhas austriacas, e põem 600.000 homens fora de combate.

Emquanto isto se passava no oriente, no ocidente as forças franco-británicas rompem a ofensiva do Somme, que, iniciada a 1 de julho de 1916, pôz termo à ofensiva alemã de Verdun, obriga ao recuo a ala ocidental da frente inimiga do Aisne, e prepara o inicio da retirada alemã no começo de março de 1917.

Ao malogro da ofensiva sobre Verdun tinham os alemães que contrapor uma vitória que levantasse o moral da nação.

Esse resultado procurou-se atingi-lo pela brilhante e rápida campanha da Romania, em que tanto avultou o papel da cavalaria.

As hesitações dos Aliados em operar sobre a Bulgária e Turquia (pois com Sofia era arrastada Constantinopla) pela cooperação dos russos-romenos com os francos-ingleses de Salónica, deixaram ainda desta vez isolada a Romania, como, no fim do ano anterior, tinham abandonado a Servia.

O alto comando alemão planeou essa ofensiva «fresca e alegre», de que falava Hindenburg, e cuja execução perfeita, como sobre um mapa, foi confiada a Mackensen e Falkenhayn.

A 5 de dezembro os germanos-bulgaros entravam em Bucarest e, a 12, eram lançadas pela Alemanha as primeiras propostas de paz.

Alguem observou que o governo alemão fez sempre as suas propostas de paz acto contínuo ao que reputava as suas grandes vitórias.

Foi no meio deste acontecimento que se encerrou o ano de 1916 com um resultado que, de momento, pelo menos, era favoravel aos Impérios Centrais.

O ano de 1917 abre na primavera com tres acontecimentos sensacionais: a revolução russa; o recuo alemão do Somme e do Oise e a entrada dos Estados-Unidos na guerra.

A revolução russa nascida de erros longamente acumulados e que motivaram uma primeira explosão em 1905, atinge o seu paroxismo sob a pressão da Guerra Mundial, em 11 de março de 1917. A Duma insurge-se contra o adiamento, une-se como um bloco e, com a adesão do exército e do operariado, provoca a abdicação do Tzar quatro dias depois.

Foi então que se pôde medir a profundeza dos estragos latentes, que, de ha muito, minavam o imperio moscovita.

A côrte estava sob a influencia alemã e apesar da lealdade do Tzar, as ofensivas russas detinham-se, como por encanto, no momento mais propicio aos interesses alemães. O movimento dos *soviets*, dirigido por Lenine e Trostzky, talvez agentes da Alemanha, pulverisou pela indisciplina o exército russo, que expediu os seus ultimos lampejos nas ofensivas da Galicia, iniciadas a 1 de julho, sob o mando sucessivo de Brussiloff e de Korniloff. Como beligerante o Russo desaparece desde este momento.

Os alemães, em setembro e outubro, varrem a frente russa sem encontrar resistencia, ocupando Riga e a Livonia, fornecendo-lhes aquele porto uma base naval e politica que lhes permitia falar ainda mais de alto aos revolucionarios russos.

A entrada dos Americanos tem um alto significado moral: é a condenação da Alemanha que elles pronunciam, e a solidariedade das nações americanas que se define. E é tambem a certeza, agora iniludivel, do triunfo definitivo.

Se os três anos anteriores se tinham assinalado pelo Marne, Verdun e Somme, o ano de 1917 inicia a rotura do vasto sistema defensivo, que Hindenburg organizára sobre o sólo francês. Este sistema, apoiado sobre os dois pilares de Lille e Metz, compunha-se de uma grande linha com os flancos naquêles dois campos entrincheirados, e que é a linha de Hindenburg (Wotan-Siegfried-Alberic) atrás da qual se estendiam uma segunda linha, a linha Hunding e uma terceira, a linha Lille-Metz, e, finalmente, uma quarta que viria a ser a linha Valenciennes-Givet.

Pela ordem indicada, estas linhas representavam um encurtamento progressivo da frente de batalha, e obedeciam, não à «concepção genial», tão preconizada, de Hindenburg, mas à vantagem de manter a defensiva fora do território alemão, e à dura necessidade a que obrigava a crescente e relativa exiguidade dos efectivos.

A extensão da rotura realizada de abril a novembro pode avaliar-se pela profundidade da penetração, balizada pelos seguintes pontos; a oeste do Oise-Vimy, Monchy-le-Preux, Messines, Cambrai; a leste do Oise-Craonne, o forte de Malmaison, a margem direita do Ailette, os plainos de Laon, e, no sector de Verdun, as obras mais avançadas dêste campo entrincheirado.

Infelizmente, estas vantagens não compensaram êstes dois graves desastres: a deserção russa, agora irremediável, e a grande ofensiva austro-alemã na Italia, de 23 de outubro, que levou de roldão adiante de si o exército italiano até à linha do Piave, confinando-o entre o Monte Grappa e o mar, e que teve a vantagem de, provocando o auxílio franco-inglês de 120:000 homens que transpuzeram os Alpes, fundir numa só frente, pela primeira vez, os três exercitos do ocidente, de Nieuport a Veneza, preludiando de facto a resolução do

Conselho inter-aliado de Versailles que levou ao comando único.

Não terminaremos esta vista retrospectiva do ano de 1917 sem acentuar que as nossas tropas receberam o seu batismo de fogo no troço do 1.º sector da frente ocidental, compreendido entre Armentières e La Bassée, confirmando mais uma vez a sua tradicional bravura, e inspirando a homenagem do marechal Douglas Haig ao feito de Neuve Chapelle (15 de setembro), em que repeliram gallhardamente um *raid* alemão — para não nos alongarmos na menção de outros feitos igualmente dignos de registo.

A 21 de março de 1918, os alemães tentam um supremo esforço, o último. É a batalha do Kaiser, ou a batalha de França.

Não há tempo a perder; os alemães procuram antecipar-se ao concurso efectivo dos norte-americanos.

Uma irrupção violentíssima, com meios técnicos aperfeiçoados, executada numa frente de 60 km., contra a linha Bapaume—Péronne—Saint-Quentin—Tergnier, consegue levar de vencida a ala direita inglesa, primeiro, para o sul do Somme, e, depois, na direcção de Montdidier.

Em poucos dias os alemães reconquistaram todo o terreno abandonado, havia um ano, por Hindenburg. A brecha era enorme e o perigo tal (o caminho de Paris aberto), que o marechal Douglas Haig, em lance tão trágico, recorre a Pétain sem perda de tempo.

O comando francês velava atento e palpitante: fez transpôr o Oise a algumas divisões levadas em *camions*, além duma divisão de cavalaria. A intervenção foi tão rápida, que a artilharia francesa teve de empenhar-se quasi sem o apoio da infantaria, que ia sendo despejada sobre as alturas ao norte de Noyon, ao alcance da infantaria adversa. Foi a célebre jornada de 22 de março.

A batalha prossegue. O inimigo não consegue apoderar-se de Amiens, nem de Arras; o exército inglês forceja por se manter e procura operar com os franceses uma soldadura tão perfeita quanto possível.

Os fins do inimigo pareciam claros: separar franceses e ingleses; lançar estes sobre uma estreita orla marítima, onde se imobilisassem; cair sobre Paris por Amiens avançando sô-

bre o Marne, e, impedir a manobra de 1914, por meio de colunas que descessem até ao norte daquela capital, interceptando-lhe as saídas.

Parafraseando Victor Hugo, que sintetizou o plano napoleónico de Waterloo, dizendo que o pensamento do grande homem era lançar o inglês ao mar e o alemão ao Rheno, pode dizer-se que Hindenburg projectava lançar o inglês ao mar e o francês ao Loire.

O duelo encarna-se: dum lado Foch, já comandante em chefe dos exércitos aliados — enfim! — com os seus assessores Pétain e Douglas Haig; do outro lado Hindenburg, Ludendorff e os Kronprinz da Prussia e da Baviera.

A unidade de comando, finalmente realizada em 27 de março de 1918, fá decidir, a pouco trecho, do êxito da Grande Guerra, e conduzir ininterruptamente para a vitória final.

Não nos devemos antecipar aos julgamentos da história numa prematura apreciação ácerca da direcção da guerra nos povos aliados, antes do estabelecimento da unidade de comando, realizada, dum modo efectivo, neste momento supremo. Lembraremos apenas que o «particularismo» foi, até então, a característica fatal da política militar dos Aliados. Cada uma das potências aliadas fazia «a sua guerra», sem se preocupar com o que faziam as demais. Os resultados são bem conhecidos, como evidencia a derrota da Servia, que ninguem sequer tentou defender, porque, como disse Lloyd George, «ninguem estava especialmente encarregado de tal defesa».

E, só depois de tremendas lições, é que, por fim, se começou a compreender a necessidade de coordenar «os esforços spasmodicos», em que se esgotára, até então, a energia das grandes potências, e de lhes imprimir a indispensável unidade de direcção.

As ofensivas sucedem-se: a primeira, em que a percussão incide sobre Saint-Quentin, campo de batalha clássico, e à qual se segue a investida alemã de 9 de abril, na região de Armentières (canal La Bassée — canal Ipres-Comines), com a defesa heroica da pequena aldeia de La Couture, pelos nossos intrépidos soldados de infantaria 13 e 15; a segunda, a de 27 de maio, caíndo entre Soissons e Reims, seguida do ataque alemão de 9 de junho; a terceira, a de 15 de junho, a última sô-

bre o Marne, que, pela segunda vez, devia ser o calcanhar de Aquilles da omnipotência germânica.

Foch, ao passo que detinha em toda a parte os progressos do inimigo, tratava de reagrupar as suas forças, reconstituir as reservas, consolidar sucessivamente e adequadamente a sua frente, dando-lhe a potência ofensiva necessária para retomar a iniciativa das operações, e impôr até ao fim a sua vontade ao adversário. Em lugar de romper o combate, como fizera Hindenburg no ano anterior, sustentou a luta, opondo constantemente ao adversário forças suficientes, e preparando em segredo, à retaguarda desta cobertura actuante, as grandes linhas da ofensiva geral que devia coroar a guerra.

As ofensivas iniciadas a 18 de julho, e que levaram os Aliados a Soissons, na direcção de Fère-en-Tardenois, e para além de Château-Thierry, obrigaram os alemães a uma retirada precipitada, com o abandono do seu material de guerra, e este facto contribuiria, por uma repercussão fatal, para a capitulação da Bulgaria, seguida da dos Impérios Centrais, e do armistício de 11 de novembro.

Era a agonia do pangermanismo que começava.

A Grande Guerra estava finda; vinha balizar um novo estado na história da humanidade.

Com efeito, servindo-nos das próprias palavras de Poincaré, ela distingue-se de todas as anteriores pelo número das nações beligerantes; pela importância dos efectivos empenhados; pelo gigantesco dos meios postos em acção; pela duração das batalhas; pela cifra prodigiosa das perdas humanas; pela extensão das devastações e a imensidade das ruínas acumuladas; e, finalmente, pela transcendência dos objectivos e dos ideais pelos quais se lutou.

Numa entrevista concedida por Foch a um redactor do *Matin*, o marechal condensava em poucas palavras o segredo da vitória:

A sciência estratégica não é a condição unica do exito, mesmo quando deixa de ser um corpo seco de doutrinas, para ser alguma cousa que se incorpora no espirito do comando, conservando neste a liberdade indispensavel na applicação dos principios às eventualidades. Mas, acima de toda a sciencia estratégica, está a vontade de vencer, essa vontade que se exprime numa só palavra: a fé. E essa o marechal confessa

nunca a ter perdido. É mesmo o unico merito que reivindica para si: tudo o mais se deve ao soldado francês.

Numa conferencia célebre, o general Balfourier quasi disse a mesma cousa, quando afirmou que a Escola de Guerra e o soldado foram os que conduziram a França à vitória, e que Foch não fez mais do que aplicar no campo os principios que transmitiu aos seus discipulos.

Como já dissemos, Foch completou brilhantemente a tarefa iniciada por Joffre. Era justo que a mesma alta recompensa nacional o assinalasse à consideração dos seus concidadãos e do mundo civilizado.

O marechalato estava naturalmente indicado como prêmio condigno. E foi o que a nação francesa pelo seu governo muito bem compreendeu, conferindo-lhe a suprema distinção militar pelo decreto de 6 de agosto de 1918.

Com o armistício tomaram corpo gradualmente os lineamentos de uma Europa futura, tendo em conta, quanto possível, ao factor histórico, ao geográfico, ao étnico e ao moral, entendendo-se por este ultimo o já estabelecido de ha muito no princípio do consenso das populações.

Estas ideias que, por assim dizer, já flutuavam na atmosfera politica da Europa, assumiram uma forma concreta, graças aos quatorze pontos do programa de Wilson lançado à publicidade no discurso, hoje histórico, de 8 de janeiro de 1918. Destes pontos, quatro, principalmente, se referem à remodelação politica da Europa e são os 10.º, 11.º, 12.º e 13.º.

Pelo 10.º se provê à autonomia dos povos que há séculos viviam sob o scetro dos Habsburgos: é a decomposição formal do velho império Austro-Hungaro.

Pelo 11.º se lançam os fundamentos de uma Grande Servia, abrindo sobre o Adriático, e se procura garantir a independencia economica e politica dos Estados Balkanicos.

Pelo 12.º se estatue sobre a Turquia e as condições do seu novo regime, bem como sobre as das nacionalidades que com ela ligaram, em maior ou menor grau, os seus destinos; não esquecendo naturalmente o velho problema da interna-

cionalização dos Estreitos. Já a respeito deste ponto se aventou ulteriormente a ideia da neutralização de Constantinopla, e a de uma divisão parcial da Turquia Asiática e constituição da Republica da Armenia.

O 13.º preceitua a restauração da Polonia, que abrangerá os territorios «incontestavelmente» polacos, com o acesso para o Baltico.

Esta restauração da velha Polonia envolve um problema de maior vastidão e do qual a Conferencia se têm ocupado largamente, e continuará decerto a ocupar-se.

Queremo-nos referir à decomposição do império dos Tzares, consequência inevitavel da fermentação revolucionaria com os seus instintos de particularismo, agora desencadeados francamente.

Pensa-se na constituição de uma cintura occidental, que seria composta da Finlandia, País Báltico (Livonia, Estonia e Curlandia — as duas primeiras com importantes elementos finicos e todas tres fortemente germanizadas), Lituania (Kovno, Vilna e Grodno), Russia Branca (Minsk, Vitebsk e Mohilev, arrancadas pela Russia à Polonia nas duas primeiras partilhas e reunindo condições para uma autonomia apenas administrativa), e, finalmente, a Ukraina (Galicia Oriental, Podolia, Volhynia e Kiew sobre a margem direita do Dnieper e Tchernigov, Poltava, Ekaterinoslav, Kharkov sobre a margem esquerda).

Esta ultima nacionalidade estava já indicada pela etnologia como pela história. O ruteno, malo-russo, ou russinio constitue no mundo slavo um tipo sui-generis: bastante alto, amorenado, cabeça redonda, olhos pardos e cabelo muitas vezes escuro. É talvez o tipo proto-slavo. Fala uma lingua fortemente impregnada de elementos polacos. Possui um *folk-lore* muito original, e produziu no século XIX uma literatura característica, já consideravel. Pela sua imaginação e talentos artisticos contrapõe-se naturalmente ao Grande Russo ou Moscovita, de intelligencia mais apta para os negócios.

Este Grande Russo é o elemento sobre que imperou o velho Tzarismo anterior a Pedro o Grande, o Tzarismo de Ivan o Terrivel, e sobre o qual hoje se exerce a tirania pouco branda de Lenine e dos maximistas. São 50.000.000 de homens que o célebre agitador promete emancipar do «preconceito» da propriedade individual.

Esta cintura das cinco autonomias, impregnada de germanismo no Baltico e de latinismo na Polonia, e, por meio desta, na Ukraina, isolaria do resto da Europa o mundo russo propriamente dito, como este se deslindaria do mundo asiatico por uma cintura oriental de nacionalidades, que só entram na civilização no encaicho do moscovita.

Retrocedamos, para prosseguir na nossa exposiçao, ao 10.º ponto do programa wilsoniano.

É com efeito do imbroglío austro-hungaro que vamos tratar de nos desvencilhar com a possivel clareza.

A 18 de outubro de 1918, isto é, nas vespéras da catastrophe, o imperador Carlos de Austria, numa suprema tentativa para salvar o trono que ameaçava desmonorar-se, lança o famoso diploma pelo qual se procurava satisfazer as ambições separatistas, que de ha muito agitavam os elementos heterogeneos do Império.

Por esse diploma o Imperador convertia a velha monarchia dualista numa confederação de Estados: Estado germanico (Austria alemã com as orlas germanicas da Boemia e da Silesia); Estado Tcheco constituido pela Boemia e Moravia (a Tcheco-Slovaquia); Estado Ukrainio (Ukraina e Galicia Oriental); Hungria; Estado Ilirico (Dalmacia, Carniola, países sul-slavos). Enquanto à Polonia, iria a parte austriaca unir-se à parte prussiana e russa, para reconstituir aquele antigo Estado. A questão romena e a da Bosnia — Herzegovina ficariam suspensas até o fim da guerra.

A Austria alemã logo manifestou as suas tendencias para uma completa secessão, e neste movimento centrifugo a acompanhou o elemento sul-slavo e o tcheco.

O processo de decomposiçao parece ter-se definido quer nas chancelarias, quer na imprensa ou nos meios interessados. Assim a Tcheco-Slovaquia leva geitos de constituir-se com a Boemia, a Moravia, a Slovaquia (designaçao de caracter antropo-geografico) e parte da Silesia. Tal é a opinião do Dr. Sindler de Praga, segundo a qual aquele agrupamento forma uma indubitavel unidade politico-geografica. Contudo a Sileria não ha muito que se manifestou, em peso, pela sua união ao estado Polaco, como se vê das declarações feitas em Paris por Joseph Londzin, presidente da delegaçao silesiana.

O novo Estado servirá naturalmente de laço económico entre os polacos e os sul-slavos.

A Hungria despojada da sua parte transdanubiana pela Tcheco-Slovaquia, que se estenderia até à margem esquerda do grande rio, cederá a Transilvania (que ocupa a concavidade do arco Carpático) à Romania, à qual também se incorporará a Bukovina (da corôa de Austria), abandonando à Sul-Slavia (Yugo-Slavia) a sua parte slava, isto é a Croacia e a Esclavonia, que juntamente com a Carniola, a Bosnia, a Herzegovina, a Servia e o Montenegro deverão constituir a futura Grande Servia, dando agora sobre o Adriático, do Isonzo à embocadura do Boyana (fronteira norte da Albania), com excepção de Zara, da ilha de Cherso e de uma estreita orla costeira, de Trieste a Pola, na península da Istria, ocupados pelos italianos.

A Slovenia (nome étno-geográfico que designa as populações slavas da Carintia, da Carniola, da Styria e da Istria) fica assim dividida entre a Austria alemã e a Grande Servia, separadas pelo Drave, cabendo à Servia a parte oriental da Istria.

Quanto à Dalmacia, o ilustre Gabriel de Annunzio julga interpretar o sentimento nacional — não satisfeito ainda com o Trentino Austriaco e Trieste —, quando afirma, na sua linguagem de fogo, que aquela região será italiana e que está disposto «a dar a vida por cada pedra dessa provincia latina», considerando possível a guerra, pois «toda a Italia está disposta a pegar em armas para a reivindicar», declarando mesmo estar «já pronto com a sua esquadrilha de aeroplanos para essa eventualidade».

Como se vê, o autor do Triunfo da Morte põe o seu subjectivismo de italiano e de poeta acima do objectivismo científico dos professores C. Wallis (The peoples of Austria, in The Geographical Review, julho de 1918) e J. Cvijic, de Belgrado, que demonstram ser a Dalmacia serbo-croata, sob todos os pontos de vista.

Emquanto dêste modo se levanta o edificio da Grande Servia não falta quem aceite a possibilidade, num futuro mais ou menos remoto, de uma união política serbo-bulgara, pois os bulgaros são um ramo turco-fínico slavizado, constituindo-se dêste modo um vasto Império Balkânico com acesso sobre os três mares: Negro, Egeu e Adriático.

Registemos ainda que o problema da Macedônia, com a sua indomita população slava, continua a erguer-se como um pomo de discordia entre gregos, bulgaros e servios.

Digamos duas palavras sôbre a Polônia. Um excessivo nacionalismo, explicavel num povo que tanto sofreu, levou os polacos a reivindicações que se não julgaram aceitaveis e que iam de encontro ao 13.º ponto do programa wilsoniano. A Polônia reconstituída só poderá, segundo êste programa, estender-se sôbre regiões de população incontestavelmente polacas. A Polônia de 1634 que compreendia o ducado da Curlândia, o da Lituania, a bacia do Alto Pripet e ainda a Podolia, não oferecia possibilidades de se reconstituir. A que precedeu imediatamente a primeira partilha (1772) e mesmo a que precedeu a terceira (1795) foram ainda julgadas excessivas, considerando-se que se estenderiam sôbre populações não incontestavelmente polacas. Tudo leva a crêr que a Polônia da futura Europa se alastrará sôbre a terra alemã que vae do Warta ao Niemen, terra que compreende as Prussias Oriental (Kœnigsberg) e Ocidental (Dantzic) e a Posnania, ficando o novo estado circundado pela Pomerania, o Brandeburgo, a Tcheco-Slovaquia, a Ukraina, a Russia Branca e a Lituania.

Um problema que pode ressurgir, no momento em que a carta politica da Europa vai ser remodelada, é o do Schleswig-Holstein, arrancado à Dinamarca pela campanha de 1864.

Diz-se que a Dinamarca pedira à Alemanha a reintegração do Schleswig-Holstein sôbre a base dum plebiscito. É, evidentemente, uma questão pendente, e que se liga com o regime futuro do canal de Kiel. Uma comunicação recente fez saber que o resultado daquele plebiscito já era conhecido quanto ao Schleswig, cuja incorporação na Dinamarca seria um ponto assente.

Vejamos agora, para terminar êste breve relance de olhos sôbre a Europa futura, os dois problemas da organização interna da Alemanha e da constituição da fronteira rhenana.

Não falta quem julgue que a Alemanha se constituirá numa nova federação em que entrariam, evidentemente, a Baviera, a Saxonia, o Wurtemberg com Bade, e três novos Estados que resultariam da decomposição da Prussia. Estes três Estados seriam o de Brandeburgo-Pomerania, o do Hanover-Baixo Elba e o da Westphalia. Está claro que abstraímos aqui da

questão, aliás fundamental, da incorporação ou não incorporação da Austria alemã à nova Alemanha.

Quanto à margem esquerda do Rheno parece não ser duvidoso que se desintegrará completamente da Alemanha.

Efectivamente, pensa-se na organização de um novo Estado Rhenano que compreenderá Treves, Mainz, Koblenz e Köln.

Com a restituição da Alsacia-Lorena, a França voltará a ocupar sobre o Rheno o posto de vedeta da civilização latina, como a Romania sobre o Danubio, outra fronteira da Latinitude, para nos apropriarmos da brilhante expressão de que se serviu o sr. Poincaré, ao saudar a gentilissima rainha Maria da Romania na sessão da Sorbonne, em que foram comemorados os homens de letras franceses que morreram pela Patria.

*

* *

Tendo a Grande Guerra rebentado ao romper do mez de agosto de 1914, logo a 7 desse mesmo mez o Governo da Republica Portuguesa declarou, perante o parlamento, que, em presença daquele facto, Portugal se manteria fiel às obrigações que o ligavam à sua velha aliada, a Gran-Bretanha. Esta declaração não era uma declaração de neutralidade e envolvia implicitamente a possibilidade da intervenção armada.

Nos princípios de 1916 surgia o *casus belli* que foi a requisição, por nós feita, dos navios alemães que se tinham recolhido aos portos portugueses, e de que as nossas autoridades maritimas se apoderaram, por inventario, para regular ulteriormente as indemnizações devidas aos proprietarios alemães.

A Alemanha protestou, e o ministro Rosen, então acreditado em Lisboa, apresentou ao nosso govêrno a declaração de guerra de 9 de março de 1916.

Já antes, porém, desta declaração de guerra, as relações entre Portugal e a Alemanha eram de hostilidade armada. Com efeito, a Alemanha atacára-nos em 24 de agosto de 1914, o posto de Maziua, na Africa Oriental, e, em 19 de outubro do mesmo ano, Naulila, na fronteira de Angola, e, em 30 do mesmo mês e ano, o forte do Cuangar e os pequenos postos de Sâmbio, Bunja e Dirico.

Em 23 de novembro de 1914 o Governo Português apresentou-se ao Congresso da Republica para lhe lêr a proposta segundo a qual o mesmo Governo seria «autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra».

A 18 de dezembro deu-se o sangrento recontro de Nau-lila que, apesar de ter determinado a nossa retirada, não constituiu para o adversário uma vitória decisiva, pois por aquele lado não tornámos a ser inquietados até ao fim da guerra, limitando-se depois a nossa acção a uma simples intervenção repressiva da insurreição dos Cuanhamas, fomentada pelos alemães.

A 7 de agosto de 1916 reuniu de novo o Congresso da Republica (como já reunira em 10 de março para dar conhecimento da nota da declaração de guerra entregue no dia anterior pelo ministro Rosen), a fim de lhe ser presente o resultado da missão portuguesa a Londres, lendo-se então o honroso convite que, a 15 de julho, nos fizera o Governo Britânico para uma maior cooperação militar ao lado dos Aliados na Europa. Nessa mesma sessão o Presidente do Senado apresentou uma moção, pela qual se mantinham ao Poder Executivo as faculdades já anteriormente concedidas para efectivar a nossa cooperação.

Declarada a guerra, foi naturalmente intensificada a nossa preparação militar.

Em agosto de 1916 chegavam a Lisboa as missões militares inglesa e francesa para assentar connosco na melhor forma de levarmos a cabo a nossa colaboração.

Um primeiro contingente, com o efectivo de uma brigada (a 1.^a), tendo sido mandado seguir para França desembarcava em Brest nos primeiros dias de fevereiro de 1917, seguindo-se-lhe as restantes tropas da Divisão que recebera em Tancos uma instrução complementar.

No principio de março de 1917, novas diligencias diplomaticas foram entabuladas no sentido de se elevar a nossa representação militar até um Corpo de exército de 2 divisões, com um Corpo de 10 baterias de artilharia pesada, constituindo 2 grupos.

Organizado êsse Corpo com o efectivo de 54.976 homens

(segundo os quadros de mobilização), foram mandados sucessivamente para a Linha ocidental, juntamente com as tropas inglesas, os elementos da 1.^a Divisão, a partir da primeira quinzena de abril, sendo-lhe confiados os sectores de Ferme du Bois, Neuve Chapelle e Fauquissart, em 16 de junho de 1917.

Entretanto, tendo chegado a França novos contingentes portugueses, as tropas da 2.^a divisão intensificavam a sua instrução e, a 5 de novembro de 1917, o Corpo Português (C. E. P.), com as suas duas divisões na Linha, assumia a responsabilidade da defesa dos sectores de Ferme du Bois, Neuve Chapelle, Chapigny, Fauquissart e Fleurbaix, numa extensão aproximada de 18 km.

Se, por um lado, assim cooperávamos com as forças inglesas, por outro lado constituíamos um Corpo de artilharia pesada independente (C. A. P. I.) que colaboraria com o exército francês.

Pouco mais de um século antes as nossas tropas tinham acompanhado as tropas inglesas, sob o mando de Wellington, a essa terra francesa, que iam novamente pisar, agora como amigos, e, de ambas as vezes, como soldados intrepidos, que tinham de honrar uma tradição secular de heroísmo.

A Flandres francesa, numa das datas mais célebres da história militar da França (a da batalha de Bouvines em 1214), pudera já presenciar a valentia portuguesa num dos nossos mais brilhantes soldados, êsse Infante D. Fernando, Conde de Flandres, cujo heroísmo mereceu ao historiador Le Glay as seguintes palavras: «Dois cavalos lhe morrem durante o combate. Coberto de feridas, escoá-se em sangue. Os cavaleiros Flamengos que ainda sobrevivem, tentam arranca-lo dali, mas é debalde.

O Conde defende-se desesperadamente; a terra está juncada de corpos prostrados sob o seu montante. O sangue jorra-lhe das feridas, e os joelhos dobram-se-lhe.

Contudo, a sua boa lâmina não lhe tomba das mãos; tenta ainda brandi-la. Por fim os olhos turvam-se-lhe, já exausto de forças, e conhecendo que vai perder os sentidos, entrega-a a um cavaleiro chamado Hugo de Maroil».

É nêstes plainos—o recanto do mundo mais embebido de sangue humano—que, varado pelas balas alemãs, tomba o primeiro soldado português, em 3 de abril de 1917.

Até ao *raid* de 9 de março de 1918 efectuado pelas nossas tropas, sob o comando do intrepido capitão Ribeiro de Carvalho, à frente dos soldados de infantaria 21, muitos outros *raids* puzeram à prova os nossos homens, que se distinguiram repelindo um grande número dêles e realizando outros.

Chegámos ao ponto culminante da acção portugêsa. Queremo-nos referir ao ataque (poderíamos chamar-lhe surpresa) de 9 de abril de 1918, um dos lances mais terríveis da nossa história militar. É a batalha de Armentières, dos escritores ingleses, ou a de La Lys, dos técnicos alemães, designação esta que veio a prevalecer.

Más condições de terreno, sôbre o qual comandava a posição alemã de Aubers; a redução dos nossos efectivos, que esgotára os soldados numa faina sobrehumana; a acção de um nevoeiro intenso, mais especialmente favoravel ao atacante, permitindo a infiltração de destacamentos alemães entre os nossos sub-sectores; a violencia inaudita de um bombardeamento que nos cortou as comunicações, e impossibilitou o reabastecimento da nossa artilharia; uma superioridade numerica esmagadora (da nossa parte, 3 brigadas da 2.^a Divisão, apoiadas pela 3.^a da 1.^a — do lado do inimigo, — as 7 divisões de von Quast); e, finalmente, a circunstância, que não deve esquecer-se, de que o ataque incidiu sôbre nós precisamente quando iamos ser rendidos por tropas britannicas e iamos acantonar na região de Desvres, para onde já tinha seguido a nossa 1.^a Divisão; eis aí um conjunto de circunstâncias desfavoraveis no mais alto grau, e a que só pudemos fazer frente por um desenvolvimento de energias, que tanto ingleses como franceses memoraram com o louvor merecido.

No livro de oiro do heroísmo portugêso, ficará eternamente registada a defesa de La Couture, em que os nossos soldados de infantaria 13, sob o impulso eléctrizante do capitão Bento Roma, se mantiveram até à última, até às 13 horas do dia 10 de abril, completamente exaustas as munições; a admirável acção da nossa artilharia, que combateu até esgotar o derradeiro projectil, conservando-se agarrada ao sólo que defendia, chegando na sua extrema esquerda ao corpo a corpo com o inimigo, emquanto, por um nobre espírito de sacrificio e de solidariedade, protegia denodadamente as tropas de infantaria.

Depois desta memorável acção, organizaram-se com as nossas tropas 3 brigadas de infantaria, que se incorporaram nos corpos de exército ingleses, integrando-se na Reserva de exército, e dois grupos de baterias de artilharia (4.º e 3.º G. B. A.), igualmente enquadrados em unidades inglesas.

Com os ingleses entrámos em Lille e com êles atingimos o Escalda, a 10 de novembro de 1918, precisamente na véspera do dia em que chegávam as primeiras novas do armistício.

Emquanto assim nos batíamos na Europa, respondendo briosamente às obrigações de uma aliança secular e ao honroso convite da nossa tradicional aliada, na Africa Oriental o esforço português manteve as tradições gloriosas dos nossos melhores dias.

As tropas portuguesas expedicionárias operaram contra um inimigo (forçoso é reconhecê-lo) de uma tenacidade e perícia admiráveis.

Na manhã de 10 de abril de 1916, tomávamos Kionga; a 27 de maio procurámos transpôr o Rovuma com o auxílio da nossa valente marinha de guerra, o que só nos foi possível realizar, mais tarde, em 19 de setembro, obrigando os alemães a abandonar os entrincheiramentos da margem esquerda daquêle rio; a 26 de outubro caía em nosso poder o fortim de Newala.

Ocupada Newala, a coluna do major Leopoldo da Silva, avançou na direcção de Massassi até Kiwambo. A 8 de novembro deu-se uma das mais belas acções de que pode orgulhar-se a nossa tão rica história das campanhas coloniais.

O heroico major Leopoldo da Silva, rodeado da sua Ala dos Namorados — a flôr dos seus oficiais, esses rapazes imberbes que tanto se tinham já assinalado —, fez alí prodígios de valôr, municando pelas suas próprias mãos as metralhadoras, sob o granizo das balas inimigas.

Os seus jovens companheiros acham que êle se expõe demasiadamente. Não se enganavam: o major Silva, a pouco trecho, caía varado mortalmente.

Depois disto, o centro de gravidade da resistência alemã deslocou-se para o sul, sôbre a nossa provincia de Moçambique. A fôrça das circunstâncias obrigou-nos, portanto, a aguentar a principal impulsão, aliviando na mesma proporção o esforço dos nossos Aliados.

No decurso do ano de 1918, foram os alemães obrigados a transpôr de novo o Rovuma para o norte, invadindo a Rhodesia, onde se internáram até 50 milhas, rendendo-se ao funcionário civil inglês, Mr. H. C. Croad, em 14 de novembro, e, formalmente, às tropas britânicas, em Abercorn, em 25 do mesmo mês.

Não omitiremos a circunstância curiosa de que os alemães tiveram conhecimento do armistício, antes de qualquer dos seus adversários que ali operavam.

O esforço português nas duas Africas, durante a Grande Guerra, representado num efectivo global de 35:000 europeus e 20:000 indígenas, chegára finalmente a bom termo.

Eis, em traços largos, o que se nos ofereceu dizer sôbre o considerável acontecimento, que perturbou tão profundamente o mundo durante mais de quatro anos, e no qual, apesar de pequenos, nos coube um papel não insignificante, correndo a uma das maiores lutas da História, com um espírito de sacrificio e de civismo que não desdiz do nosso passado.

Abril de 1919.

ANTÓNIO MÁRIO DE FIGUEIREDO CAMPOS.

Tenente Coronel do Corpo do Estado Maior
Professor da Escola de Guerra.



A marinha portuguesa na ultima guerra

Tendo a subida honra de fazer parte da actual Direcção da Revista Militar, coube-nos o lisonjeiro encargo, mas difficilimo pela escassez dos nossos recursos, de descrever o papel da nossa marinha de guerra no terrivel conflito que assolou o mundo de 2 de agosto de 1914 a 11 de novembro de 1918 e em que Portugal teve de ser envolvido.

Bem difficil dissemos ser o encargo e, na verdade, porque nas singelas e despretenciosas frases que vamos tentar escrever, apenas nos encoraja e dá animo o nobre esforço, a valentia, o espirito de dedicação e sacrificio que patentearam os nossos officiaes e marinheiros, cumprindo cegamente as ordens recebidas, saindo para o mar em todas as circunstancias, atirando consigo para os sertões africanos, sempre com o sublime fito, sempre com a boa vontade em cumprir o seu dever, servir a sua Patria, e levantar bem alto o nome de Português mantendo-lhe as suas brilhantes tradições.

E foram para o mar arrostar os perigos que hoje profusamente apresenta a guerra moderna, em minusculos navios com peças de pequenissimo calibre. E foram para o mar nos pouquissimos, velhos e cançados barcos que restam do que ainda não há muito foi a marinha de guerra portuguesa.

É necessário irmos viver ao passado, não muito remoto, imaginarmo-nos por um momento transportado ao seculo XVIII, contemplando o vasto e formoso Tejo, coalhado de numerosas naus de guerra e fragatas, corridas de artilharia, com que a Ribeira das Naus em Lisboa e os arsenaes de Goa, Bahia, Pará e Rio de Janeiro, dirigidos por habéis construtores, enriqueceram a Armada Real Portuguesa, pondo-a em honrosa concorrência com as das primeiras potencias de então.

É mister recordarmo-nos de que foi nesses elegantes e donairosos vasos de guerra cheios de grandeza e magestade,

cujos modelos ainda até aos principios de 1916 admiravamos com desvanecimento na vastissima e saudosa Sala do Risco, soberba obra dos portugueses dessa epoca, e que um cruel incendio destruiu em poucas horas, é mister, diziamos, não esquecer de que foi nesses barcos que se criou essa brilhante pleiade de ínsignes manobristas, de valentes guerreiros que, em combates a pequena distancia, nas abordagens, bem mostraram de quanto era capaz esta nobre raça nascida neste canto occidental da Europa, neste Portugal, hoje tão esquecido.

Dessa numerosa falange de antigos marinheiros que tanto lustro e gloria deram á marinha portuguesa e da qual, sem desprimor para muitos e muitos nomes ilustres, recordamos os do Marquês de Niza, Sanches de Brito, Antonio Januario do Vale, José Caetano de Lima, Inacio da Costa Quintela, Manuel da Cunha Soto-Maior, Bernardo Ramires Esquivel, Manuel de Vasconcelos (Barão de Lazarim), Scarnichia e mais proximo de nós Soares Franco, Batista de Andrade, Tomaz Andrea, Duarte Pedroso, Manuel de Azevedo Gomes e Henrique Macieira, saíram os novos officiais que, com tão nobres exemplos e tão admiravel escola haviam de mostrar terem aproveitado bem as lições dos mestres, quando fosse preciso afirmar a sua coragem e valentia.

É esta verdade que vamos diligenciar expor, ao mencionar alguns feitos de armas praticados na ultima guerra pelos nossos officiais de marinha em circunstancias dificeis e com privações de toda a especie.

Mas antes de entrarmos no assunto desta simples narração, e para salientarmos o valor desses feitos, seja-nos permitido que deixemos aqui consignado o que foi o nosso esforço naval na epoca acima referida, não falando por bem conhecido de todos, o que ele representou de grandioso e extraordinario no seculo XVI em que Portugal, com um punhado de arrojados nautas, alcançou o logar primacial entre as potencias maritimas do mundo.

Cabe ele bem nas paginas da Revista Militar que, num periodo de setenta anos tem mantido tão brilhantes tradições

e prestado os mais assinalados serviços ao Exercito Portugues, é-nos grato que na nossa Revista onde temos encontrado o mais franco acolhimento e decidida boa vontade em favor da nossa marinha de guerra, procurando cooperar no seu desenvolvimento e progresso, fiquem registadas algumas breves palavras sobre o que foi outrora a marinha de guerra, para firmarmos que a decadencia observada de 1830 em diante, e cujas causas não cabe aqui apreciar, não veio entorpecer nem abater o brio e valentia dos nossos officiais de mar que para ele foram sem a mais pequena hesitação, que nele exposeram constantemente a vida, tendo sempre em vista o cumprimento das ordens recebidas, sentindo em si a intima satisfação do dever cumprido.

É ao ultimo capítulo *Algum favor á marinha* do tomo III dos *Quadros Navais* do notavel marinheiro e primoroso escritor Joaquim Pedro Celestino Soares, falecido em 5 de agosto de 1870, aos 77 anos no posto de contra-almirante; é ao illustre autor desse precioso monumento, dessa obra prima de literatura maritima portuguesa, que nós, cheios de veneração e respeito pelo bravo comandante da escuna Terceira, e da bateria da Vitoria no Porto, durante as campanhas da Liberdade, vamos pedir auxilio neste nosso empreendimento.

Quem escreveu um livro donde ressalta tão acrisolado patriotismo e tanto amor pela marinha, é bem o heroico official que, debaixo do fogo das baterias miguelistas, estabeleceu a ponte de barcos a ligar o Porto com o baluarte da Serra do Pilar, aquele que com o seu immediato Soares Franco só abandonaram o navio do seu comando quando ele se desfazia e submergia junto á margem do Douro, despedaçado pelos inumeros projecteis que o atingiram.

É uma grande verdade que só homens extraordinarios, guiados por um ideal sublime, por uma verdadeira crença, podem escrever livros que passam através dos seculos, adquirindo em todos os tempos, titulos de gloria para quem os elaborou. E os *Quadros Navais* de Celestino estão indubitavelmente nesse caso. Eles inspiraram o soberbo artigo com que o falecido contra-almirante João Braz de Oliveira, outro infatigavel trabalhador, primoroso publicista e um entusiasta pelas cousas de marinha, inaugurou o *Anuario da Escola Naval*.

Fazem bem á alma, falam ao nosso coração esses scintilantes periodos que compõem esse admiravel quadro, delineado por mão de mestre, em que se descreve o que foi a vida do illustre marinheiro.

Passemos pois, a analisar esse belo artigo dos Quadros Navais. Nele vemos que, de 1716 a 1762 foram lançadas á água, na Ribeira das Naus (hoje Arsenal da Marinha), 20 naus de 62 a 80 peças, 10 de 50 a 58 peças, 9 fragatas e 17 charruas. No intervalo de 1762 a 1778 em que se não publicaram noticias navais, parece terem sido lançados, 18 navios entre naus e fragatas e um bergantim (brigue). De 1778 até aos principios do seculo XIX foram lançadas 5 naus, 7 fragatas, 2 brigues e um cutter.

III A todos estes lançamentos, considerados Festas Nacionais, assistiam as pessoas da Familia Real que muitas vezes foram depois destes actos solenes, assistir ás lições dos alunos da Academia de Marinha, chegando a marcar o ponto sobre que deviam versar essas lições. São inumeras as vezes que se menciona a presença no rio, dos bergantins reais, conduzindo os Reis e Infantes que, a miudo subiam aos navios da Armada e conversavam com os officiaes, inteirando-se e pondo-se ao facto da vida de bordo,

É assim que se faz desenvolver o gosto pela marinha, e isto é uma verdade em todos os tempos, ou ela se refira ás Familias Reais das velhas Monarchias ou aos Altos Dirigentes das noveis Republicas, sempre que eles tomem a peito a representação condigna da Armada Nacional, sacudindo para bem longe a influencia duma falsa politica de curtos horizontes. A politica sã e conveniente era aquella em que no tempo do celebre Ministro Martinho de Melo e Castro, Portugal mantinha duas Armadas com 103 navios de guerra, de alto bordo, a saber 37 naus, 34 fragatas, e 32 brigues e charruas.

Esse grande Ministro que mandou construir o dique do Arsenal, teve de criar um Conselho do Almirantado, presidido pelo Principe Regente e depois pelo Ministro da Marinha, para dirigir os multiplos serviços duma marinha que chegou a possuir, entre todas as classes e tamanhos, 150 navios de guerra.

A retirada forçada da Familia Real para o Brasil para aí le-

vou uma boa parte da esquadra que lá ficou quasi toda. E seja-nos permitido mencionar aqui uma arrojada manobra que por si só basta para avaliar do arrojo e pericia dos marinheiros portugueses dessa epoca. Ao sair a barra e ao encontrar-se a esquadra portugueza com a inglesa composta de seis naus de linha sob o comando de Sir Sidney Smith, a nau almirante inglesa Hibernia trazia um presente do almirante para o Principe Regente, mas o forte temporal impedia o arriar dum escaler para o conduzir a bordo da nau portugueza Principe Real, a nau de maior quilha então existente (61 metros de comprimento por 15 metros de boca) e que conduzia a Familia Real. O almirante portuguez Manuel da Cunha Soto-Maior pede venia ao Principe Regente, faz sinal convidando a collocarem o brinde no lais da verga da Hibernia e manobra com precisão e segurança a Principe Real a passar lais com lais da nau inglesa e recebe por esta forma o brinde. A esquadra inglesa acompanhou em toda a sua força, a esquadra portugueza até á Madeira, seguindo daí por diante 4 naus até ao Rio de Janeiro.

Em 1831, a esquadra franceza de Roussin, entrando pelo Tejo dentro para apoiar uma reclamação do seu Paiz, levou para França todos os melhores navios que tinhamos e haviam ficado no Tejo por falta de guarnições; restituiram depois alguns. Tempos antes, tinha o nosso arsenal deitado ao mar as corvetas Lealdade, Congresso, Constituição, Izabel Maria, brigues D. Pedro, Neptuno e Tejo e o hiate S. Miguel, e depois as corvetas 8 de Julho e Iris, escuna Angra e hiate S. Tomé. Ainda o grande portuguez que se chamou Marquês de Sá da Bandeira mandou construir no nosso Arsenal os brigues Vouga, Tamega, Douro e Mondego e adquiriu o material para a contrução das escunas a vapor Barão de Lazarim e Mariana.

Depois de 1860, foram lançadas ao mar no Arsenal as quatro corvetas a vapor, construidas simultaneamente, por ordem do notavel Ministro Mendes Leal, que teve a auxilia-lo o saudoso e illustre official Marx Sori que muito honrou o botão de ancora; a elas nos referimos no n.º de Fevereiro ultimo da nossa Revista (pag. 121); foram mais lançadas 9 canhoneiras de madeira.

Assim se foi entretendo a construção destes navios no

nosso Arsenal, donde saíram verdadeiros modelos de arquitetura naval, até á epoca de Jacinto Candido em que o Arsenal da Marinha passou por uma completa transformação de ha muito reclamada pelos nossos officiaes.

Poderá parecer estranho que, num artigo em que forçoso é restringir espaço para o aplicar ao seu principal assunto, se estejam a recordar velhos acontecimentos. É que esse papel poderia ter sido mais importante, se, em tempo se tivesse cuidado a serio da aquisição de navios de que a marinha se devia achar amplamente fornecida, pronta a entrar, á primeira voz, na luta que de longe se vinha prevendo.

Entendemos, se não estamos em erro, que devem ficar registadas nas paginas da Revista Militar, embora o mais resumidamente possível, as causas que concorreram para a decadencia da marinha até ao ponto em que a guerra veio surprehende-la, decadencia facilmente explicavel na rapida e radical transformação por que passou o material naval depois da guerra da Criméa.

Seja-nos, pois, ainda permitido que na nossa Revista onde com igual interesse e dedicação são tratados os assuntos do Exercito e da Marinha, porque as forças de terra e mar não constituem mais do que uma grande família a quem a nação confiou a guarda da sua independencia e autonomia, seja-nos concedido, diziamos, mais um bocadinho de espaço para completarmos o quadro que acima deixamos delineado, descolorado por falta de dotes proprios, mas em que procuramos ser verdadeiro e justo nas nossas apreciações, tudo com o fim de por em relevo os altos serviços dos nossos officiaes, com o material que ainda lhe veio parar ás mãos, ao iniciar-se a entrada definitiva de Portugal no conflito, depois da declaração de guerra da Alemanha.

*

* *

Tinham, na verdade, de serem modificados os metodos de construção do nosso velho arsenal, com a transição da marinha de véla para a de vapor, que passou a ser o motôr exclusivo para as maquinas de guerra, de vastos arcabouços de aço, com os seus flancos e pavimentos protegidos por expessas couraças e cuja tonelagem ia aumentando em proporções.

extraordinarias. Pouco tempo durou a epoca dos navios mistos.

Portugal, cujos orçamentos não comportavam os elevadissimos gastos que uma tal transformação exigia, comprou algumas corvetas e canhoneiras em Inglaterra (Já D. João V tinha comprado 4 naus na Holanda) e Fontes em 1876 trabalhou com afan e conseguiu para a marinha um guarda-costas couraçado, então a ultima palavra nessa classe de navios e instalou, sob a direcção de Esteves de Freitas, o serviço de torpedos em Portugal. Grande homem de Estado que, depois de dotar a sua Patria com os melhoramentos que no estrangeiro se iam realizando, diligenciou que o seu país tornasse a ser, pela reorganização da sua marinha e serviços anexos, um elemento de valor com que se tivesse de contar no concerto das Nações.

Foi devido a Fontes e a Mendes Leal que, em 1896, quando o conselheiro Jacinto Candido da Silva geriu a pasta da marinha, esta ainda contava os seguintes barcos: 1 couraçado, 1 fragata-escola, 2 corvetas-escolas, 6 corvetas, 22 canhoneiras, 22 lanchas-canhoneiras, 3 transportes, 1 barca, 1 rebocador e 2 vapores para serviço colonial.

A' custa de enormes esforços, vencendo dificuldades e atritos de toda a especie, conseguiu o ministro de 1896 coadjuvado por Manuel de Azevedo Gomes, dotar em 1897 a marinha de guerra com alguns cruzadores protegidos dos mais modernos de então (V. o n.º de março da nossa Revista, pag. 185). Logo o nosso pessoal de bordo e o do arsenal, se adaptaram sem dificuldade a manobrar essas unidades e aos trabalhos de construção naval de ferro. E, comtudo, apesar desses bons barcos servirem de escola, lá tem vindo arrastando a sua existencia, já bem longa, de maneira que o *S. Gabriel* e o *Adamastor* ainda poderam fazer serviço durante a guerra.

Na relação do serviço feito pelos navios e dos officiaes que os comandaram, e abaixo transcrita, se poderá avaliar do que se lançou mão, com manifesto prejuizo da economia nacional, chegando a ficarmos privados do unico navio de pronto socorro, tão necessario numa costa de tanta navegação.

Podíamos possuir uma rasoavel flotilha de cruzadores ligeiros de que tanta falta se notou lá fora, no meio de abundancia de dreadnoughts. Teríamos assim, a nossa costa devi-

damente vigiada, suprindo dalgum modo a falta de baterias marítimas nos principaes pontos estrategicos, e evitar-se-ia a destruição de tantos navios mercantes, que á sua protecção se acolheriam quando perseguidos. Teriam os nossos bravos officiaes e marinheiros, unidades onde saberiam aproveitar as suas comprovadas qualidades combativas na humanitaria missão de defenderem vidas e haveres, fazendo a valer o arrojado serviço de comboios.

Nada disso tiveram; nada disso encontraram. Quando a nação reclamou os seus serviços, deu-lhes o resto dessa marinha forte e gloriosa de que acabamos de fazer singela narrativa. E é tempo de entrarmos no assunto, expondo em poucas palavras, o que foi possível fazer.

*

* * *

Começou a acção da marinha, quando ainda estávamos em paz com a Alemanha, pelo comboio dado pelo velho mas lindo cruzador *Almirante Reis* ao paquete português *Moçambique* e inglês *Durham Castle*, um infeliz cançado de muitos anos de serviço e que nos moeu a paciencia até Lourenço Marques, pois tivemos a honra de fazer parte da guarnição do mesmo cruzador. Conduziram esses paquetes que largaram do Tejo a 12 de setembro de 1914, respectivamente as expedições militares dos então tenentes coroneis Alves Roçadas e Massano de Amorim, a primeira para guarnecer o Sul de Angola e a segunda para o norte de Moçambique, pois a deixámos em Porto Amelia a 2 de novembro, tendo sido conduzida de Lourenço Marques até aí pelo Moçambique que levou desde Lisboa, como capitão de bandeira o então capitão de fragata D. Bernardo da Costa Sousa de Macedo (Mesquitela). Já descrevemos nesta revista (n.º de fevereiro ultimo, pag. 120) o estado em que o nosso primeiro navio de guerra, comandado pelo capitão de mar e guerra Henrique de Castro Carvalho de Ataíde, foi exercer essa trabalhosa comissão de comboio em que officiaes e praças, com excepção nossa, puzeram todo o seu esforço e boa vontade para a levar a cabo sem consequencias desastrosas. A Providencia nos livrou dos perigos externos... e internos e estes não menos para reccar,

pelo estado do aparelho motor, para o qual houve cuidados extremos.

A expedição de Moçambique, por lá se conservou durante o periodo de paz, felizmente sem complicações, cumprindo o que lhe foi determinado pelo então governador geral da provincia, general Joaquim José Machado, que passou a sua vida em Africa e é uma autoridade incontestavel em assuntos coloniais; a essa expedição se deve segundo nos informaram o importante serviço de comunicações, que tanto serviram ás nossas forças.

A de sul de Angola ocupou os principais pontos estrategicos, o que mais tarde de tanta utilidade foi e tanto contribuiu para mais rapido final da campanha do sudoeste alemão. Teve infelizmente os desgraçados incidentes de Cuangar e Naulila, este ultimo em 18 de dezembro de 1914, incidentes que deram logar a serem enviados consideraveis reforços, ficando todas as forças sob o comando do falecido general Pereira de Eça, estando já no sul de Angola, o batalhão expedicionario de marinha, chegado a Mossamedes a 25 de novembro.

Seguindo a ordem cronologica, pertence-nos agora falar do batalhão expedicionario de marinha saído de Lisboa a 5 de novembro, poucos dias depois da ordem para a sua constituição. Era composto de três companhias a dois pelotões, duas secções de metralhadoras, serviço de saude com três medicos e uma secção de quarteis, tudo na força de 18 officiais, 32 sargentos e 509 praças, todas voluntarias. Comandava o batalhão, o então capitão-tenente Alberto Coriolano Ferreira da Costa, official valente e decidido, irmão do malogrado tenente-coronel do serviço de estado maior Eduardo Ferreira da Costa, companheiro de Mousinho nas campanhas de Africa, um official destemido e um organizador, que a morte prematuramente arrebatou.

A acção dessa força de marinha vem primorosamente descrita nos anaes do Club Militar Naval, em seus numeros de fevereiro a julho de 1918, por um dos officiais que nela tomou parte, o 1.º tenente Fernando de Oliveira Pinto, mais

tarde, precedendo o desditoso 1.º tenente Carvalho Araujo, no comando de Augusto de Castilho, onde travou combate com um submersivel alemão de grande dimensões, obrigando-o a mergulhar. Tambem Carvalho Araujo foi voluntario para o batalhão de marinha acompanhando-o, atormentado pela doença que esteve prestes a prostra-lo, até Tchicusse, donde se viu obrigado a baixar ao hospital dos Gambos e a regressar á metropole, a que foi tambem forçado o comandante Coriolano da Costa, por ter adoecido gravemente e perigar a sua vida. Tambem voluntario do batalhão foi o então 1.º tenente Afonso Cerqueira, um oficial com justa fama de valente e arrojado, bom character, com uma larga experiencia e que, promovido a capitão-tenente, sucedeu a Coriolano da Costa no comando do batalhão. Foi este official que á frente de 51 praças, atacou vigorosamente o gentio em Tchipelongo, proximo de Humbe, pondo-o em fuga depois de renhido combate, permitindo que o pessoal da Missão do Padre Bellet retirasse a salvo com os seus haveres. Fazia parte da pequena força de Cerqueira, que ficou ferido, um pelotão de landins sob o comando do tenente de infantaria Ataide, que ficou igualmente ferido. O 1.º sargento Almeida, já conhecedor destes sitios, pois ganhou a Torre e Espada na campanha do Cuamato em 1907, viu a distancia, oculto com uma arvore, um indigena alvejando o seu comandante; avança resolutamente para ele, mata-o com tiro de pistola, e traz consigo a Mauser que depois lhe foi dada pelo comandante das forças avançadas.

Pela acção de Tchipelongo foi, poucos dias depois, pessoalmente ao Tchicusse. o coronel Verissimo de Sousa, comandante interino das forças avançadas, com o seu estado maior felicitar esses bravos, fazendo uma alocução muito honrosa para os combatentes. Reuniram-se depois as forças no Humbe, que brilhantemente ocuparam, e tendo-se recebido noticias de que os alemães se haviam entregado ás tropas inglesas, tratou-se de restabelecer as condições anteriores ao desastre de Naulila reocupando a região do Cuamato e procurando ocupar a do Cuanhama. Este acto dos alemães foi, sem a menor duvida, devido á presença de consideraveis forças portugêsas que se achavam ao norte, ocupando os principais pontos estrategicos, e que os alemães sabiam acharem-se disciplinadas e trenadas; preferiram entregar-se aos ingleses a

terem de sustentar uma luta corpo a corpo com a nossa gente. A ocupação do sul de Angola foi, pois, um altissimo serviço prestado aos aliados pois sem ela não teria terminado tão depressa a luta na Africa Occidental.

Organizaram-se três destacamentos: o primeiro o do Cuanhama (de que fazia parte o batalhão de marinha) na força de 2500 homens; o segundo o do Cuamato com 1300 homens; e o terceiro, o de Naulila na força de 60 homens. Estas forças passaram o Cunene a vau, sustentaram em Mongua, violentos combates com o gentio do Cuanhama, de 17 a 20 de agosto, terminando por uma brilhante carga de infantaria, dada pelos pelotões do batalhão de marinha que ocupava a face da frente e que saíram dos seus abrigos ao sinal do seu comandante que, para exemplo, foi o primeiro a saltar fóra dele. Nessa ocasião, salta tambem da trincheira o capitão de fragata médico Vasconcelos e Sá, chefe do serviço de saude da coluna que, para junto dos seus camaradas viera assistir ao combate. Logo no inicio de combate, o 1.º sargento Pereira da Silva desfraldou a Bandeira Nacional, passeando-a de extremo a extremo da face do quadrado, com admiravel serenidade, gracejando da concentração do fogo que o gentio fazia sobre ela.

No dia 5 de setembro era a Bandeira Nacional içada em N'giva, capital de vasta região de Cuanhama, dando-se por findas as operações. Do batalhão de marinha tinham chegado até ao fim da campanha, 12 officiais e 267 praças, tendo ficado duas praças mortas no ultimo combate, ligeiramente feridos o tenente Teixeira Diniz e dois sargentos, e regressando á metropole o restante pessoal, vitima da acção depauperante do clima, e das pessimas aguas das cacimbas, terriveis inimigos com que as forças tiveram de lutar. Regressou tambem por ter sofrido um desastre causado por uma luar, o tenente Juliano A. de Carvalho.

Durante esta campanha mostrou o Batalhão de marinha qualidades de resistencia, que mereceram as mais ilogiosas referencias de S. Ex.^a o General Pereira de Eça, mormente no termino da penosa e difficil marcha final até N'giva, em que o Batalhão que caminhava na frente, mal chegou, começou logo o abrir trincheiras como lhe fôra determinado. S. Ex.^a, admirado deste extraordinario esforço, chamou alguns marinhos aos quais fez grandes elogios, mandando-lhes for-

necer agua e alguma da sua comida. Na verdade, todas as forças que ocuparam a região do Cuanhama, deram provas duma extraordinária resistência, tendo sofrido horrorosas privações, tendo sucumbido muitas praças atormentadas pela sede, lutando até á última. É assim a gente portuguesa, a infantaria negra que Napoleão tanto admirou e exaltou. São dessa raça os que nascem em Portugal que o Atlantico banha, que um Sol rutilante ilumina, que um ceu de azul purissimo cobre á hora em que no estrangeiro densos nucleos de população vivem imersos em espessa nevoa impenetrável á luz do dia. Sentimos vontade de parafrasear o inspirado verso que Horácio dedicou á cidade de Roma:

Magestoso sol! nunca illumines País mais lindo do que Portugal!

Durante a campanha, muitas praças desenvolveram as suas várias aptidões para melhorar as condições de estacionamento, chegando, o cabo marinheiro, conhecido pelo Sola Grossa, ajudado por alguns camaradas, a abrir um poço no Forno da Cal, devidamente revestido e coberto, que forneceu optima água. Chegou a ser constituída uma força de cavalaria de marinha, comandada pelo tenente Santos Moreira, um oficial de merecimento, hoje especializado em aviador e ao qual no referimos na nossa Revista, quando o hidroavião que pilotava sofreu uma avaria que o obrigou a amarrear; foi socorrido pelo malogrado tenente Azeredo e Vasconcelos que, pouco depois, encontrava a morte no seu posto de honra. Nesta Revista e nos Anais do Club Militar Naval dedicamos algumas sentidas palavras de homenagem pela sua memoria, de profundo respeito pelo inteligente e dedicado oficial que sucumbiu ao serviço da sua Patria.

Mereceu ao falecido general Pereira de Eça, o Batalhão de marinha tanta consideração, era o distinto oficial tão amigo da marinha, que legou a sua espada ao Corpo de Marinheiros da Armada que, em formatura geral e em acto solene, com a assistencia das Autoridades Superiores do Exército e Marinha, a recebeu em Novembro de 1917.

Queríamos dar mais desenvolvimento ao extrato da brilhante narrativa do nosso estimado camarada que, com muita satisfação nossa, se mostra, no início da sua carreira, um

entusiasta pelas cousas de marinha, mas sentimos que se nos vai tornando assustadora a falta de espaço num simples artigo comemorativo. Mas o que fica dito, parece-nos pôr bem em relevo que o Batalhão de marinha manteve o bom nome das companhias de guerra de marinha de Pedro de Azevedo Coutinho, na Guiné, em 1894; e de Vitor Sepulveda, no Cuamato, em 1907.

É verdade que vivemos muito tempo no passado da marinha, mas sentiamo-nos tão bem nele! É de aí, quem sabe se, recordando um óptimo passado, nós, que nada podemos, no presente, desbravaremos o caminho para um bom futuro?

*

* * *

Chegamos a 9 de março de 1916, data memorável em que a Alemanha se declarou em estado de guerra com Portugal, logo após a rápida apreensão dos barcos mercantes alemães surtos no Tejo desde o começo do conflito, apreensão que tinha sido levada a efeito dias antes ao cair da tarde.

Não nos pertence investigar, e é mesmo cedo ainda para a Historia, Juiz recto, imparcial e implacavel pronunciar o seu veriditum sobre a série de factos que conduziram Portugal á situação em que se encontrou então. Basta que saibamos que a marinha não estava infelizmente nas condições de prestar um serviço bem eficaz. Fez muito, muitíssimo mesmo, com os acanhados recursos que lhe forneceram e nestas palavras resumimos o justo elogio que cabe aos nossos valentes, soffredores e dedicados officiaes e marinheiros.

Era nessa epoca, comandante superior dos navios no Tejo o então capitão de fragata Jayme Daniel Leote do Rego, um official bem conhecido, illustrado, com qualidades de trabalho e dotado de certo espirito organizador; succedera no comando do velho cruzador Vasco da Gama, em 14 de maio de 1915 ao desditoso capitão de mar e guerra Francisco de Assis Camilo, official que desde verdes annos conhecemos, de belas qualidades de carácter, muito estimado na corporação da Armada e a quem, neste logar, seja-nos permitido, dedicar estas saudosas palavras á sua honrada e digna memoria.

Um decreto do Governo da Republica, nomeia o capitão de fragata Leote do Rego comandante interino da Divisão Naval de Defesa e Instrucção. Estabelecem-se barragens na foz do Tejo, mobilizam-se navios de commercio, improvisam-se baterias maritimas no continente e ilhas, aproveitam-se alguns navios ex-alemães para cruzadores auxiliares e barcos de vigilância. Uma Missão naval ingleza veio então ao Tejo trabalhar com os officiais portugueses. Eis a lista dos navios que foram empregados em operações, com os officiais que os comandaram, pedindo nos seja relevada alguma involuntaria omissão, ou informação menos exacta que, por fácil lapso tivéssemos tomado :

Cruzador Couraçado Vasco da Gama.

Capitão de mar e guerra Leote do Rego 23 dias de vigilância, e cõtra-almirante Augusto Eduardo Neuparth (então capitão de mar e guerra) viagem aos Açores e serviço de vigilância nesse arquipelago.

Cruzador Almirante Reis.

Capitão de fragata (hoje capitão de mar e guerra) José D. C. de Sousa e Faro 3 dias de vigilância no principio da campanha, por estar incapaz de navegar.

Destroyer Guadiana.

Capitães de fragata Adriano T. S. Saavedra 742 milhas de comboios; Affonso J. C. da Silva Nogueira 670 milhas; Agnelo Portella vigilancia da barra; 1.º tenente Antonio de Campos Navarro 626 milhas.

Destroyer Douro.

Capitães de fragata Fernando A. Pereira da Silva 12:112 milhas de comboios; Albano M. de Magalhães Ramalho 1167 milhas; Joaquim de Mello Coutinho Garrido 250 milhas.

Destroyer Tejo.

Capitão de fragata Antonio da Camara Mello Cabral 5:605 milhas de comboios.

Aviso 5 de Outubro.

Capitão de fragata Joaquim P. V. Judice Bicker 526 milhas de comboios; capitão-tenente Jorge Parry Pereira, vigilância na barra.

Cruzador Auxiliar Pedro Nunes (antigo paquete Malange da Mala Real Portuguesa).

Capitães de fragata Pedro F. Rio de Carvalho, Felipe T. Vieira da Rocha e Alberto Carlos Aprá, viagens á França e Inglaterra conduzindo tropas, fazendo várias vezes fogo contra submersíveis; capitães-tenentes Silverio C. da Rocha e Cunha (viagens a Cabo-Verde, Madeira e Açores) Francisco Gonçalves Queiroz e Manuel Carlos Quintão Meirelles; 1.º tenente Raul Nunes Frade.

Cruzador auxiliar Gil Eanes (ex-alemão Lahneck)

Capitão de fragata Isaias Dias Newton viagens a França e Inglaterra como o Pedro Nunes; capitães-tenentes João Eduardo de Carvalho Crato 497 milhas de comboios; Manuel P. Sousa Gentil 370 milhas.

Canhoneira Mandovi

1.º tenente José Francisco Monteiro 530 milhas de comboios e serviço nos Açores desde 1918.

Canhoneira Beira

Capitão-tenente Antonio Alemão M. Cisneiros de Faria, serviço de defesa de Cabo Verde.

Canhoneira Ibo

Capitão-tenente Henrique Correia da Silva, serviço de defesa de Cabo Verde. Em viagem para aí sustentou combate com um submersível alemão.

Canhoneira Bengo

1.º tenente Raul M. Serra Guedes, serviço de defesa de Cabo Verde, desde janeiro de 1918; 175 milhas de comboios.

Canhoneira Limpopo

Capitão de fragata Joaquim C. da Costa Marques; capitães-tenentes Francisco Gonçalves Queiroz e Cesar Precopio de Freitas; primeiros tenentes José Francisco Monteiro e Afonso José Vilela, serviço de vigilância.

Rebocador Berrio

Capitão-tenente João Baptista de Barros 60 milhas de comboios e primeiros tenentes Antonio Sequeira Braga 265 milhas e José D. Junqueira Rato.

Rebocador Patrão Lopes (ex-alemão Newa, navio de salvação)

Capitães-tenentes Antonio Taborda de Azevedo e Costa, 3184 milhas de comboios, Ildemundo Tavares da Silva e Alvaro Augusto Nunes Ribeiro; primeiros tenentes Fernando A. Monteiro de Barros, 103 milhas, Francisco Penteadado, Philipe Duarte de Almeida e José D. Junqueira Rato.

Caça-minas Augusto de Castilho

Capitães-tenentes Augusto A. Teixeira 580 milhas de comboios, João Judice de Vasconcelos 299, José L. Teixeira Marinho 1706, Alberto de Carvalho Jacques 200, primeiros tenentes Vasco A. da Costa Cabral 1510, José B. de Carvalho Araujo 260 e Fernando de Oliveira Pinto.

Caça-minas Almirante Paço de Arcos

Capitães-tenentes Augusto de Assis Teixeira 490 milhas de comboios, Alfredo Botelho de Sousa, 5595 milhas, primeiros tenentes Vasco C. do Rego Botelho 3478 milhas e Vasco A. da Costa Cabral, 530 milhas.

Caça-minas Republica

Capitães-tenentes Justino Henrique Herz 420 milhas de comboios e Marcelino Carlos 1792 milhas.

Caça-minas Baptista de Andrade

Capitães-tenentes José V. Casal Ribeiro, Raul Alvares da Silva, Eduardo C. Lopes Vilarinho e João Cesar Batalha.

Caça-minas Celestino Soares

Capitão de fragata Albano M. de Magalhães Ramalho; primeiros tenentes Fernando A. Monteiro de Barros 3138 milhas de comboios, Raul Alexandre Cascaes e Sebastião J. de Carvalho Dias.

Caça-minas Thomas Andréa

Capitães-tenentes Cesar de Moura Braz 123 milhas de comboios, Jaime Julio de Sousa, Joaquim Luiz do Caes e 1.º tenente Arnaldo de Campos Navarro.

Caça-minas Hermenegildo Capelo

Capitães-tenentes José V. Casal Ribeiro e Armando da Gama Ochoa.

Caça-minas Roberto Ivens

Capitão-tenente Jaime Julio de Sousa e 1.º tenente Raul Alexandre Cascaes.

Caça-minas Azevedo Gomes

Capitão-tenente Augusto C. Saldanha (prestou muito bom serviço no salvamento do vapor Porto Alexandre ex-alemão) primeiros tenentes Antonio de Campos Navarro 277 milhas de comboios, José Botelho de Carvalho Araujo e Alvaro Gil Fortée Rebelo.

Caça-minas Macedo e Couto (barco de pilotos)

Capitães-tenentes Victor Duarte Ferreira, Raul Alvares da Silva, Ildemundo Tavares da Silva, Artur Vital da Cunha Freitas, José Gonçalves Costa, Alberto C. Jacques; primeiros tenentes Francisco de Aragão e Melo, Afonso Nobre da Veiga João A. Correia Pereira, Artur J. Conceição Santos, Fernando A. Monteiro de Barros, Raul Nunes Frade, Vasco C. Rego Botelho, João Augusto Capelo (fez parte do batalhão expedicionario a Moçambique) José Monteiro Guimarães, Henrique B. Baeta Neves, Armando P. Botelho (fez parte do batalhão expedicionario a Angola) Raul Queimado de Sousa e 2.º tenente Antonio Prestes Salgueiro (vigilancia na barra).

Caça-minas Kionga

Primeiros-tenentes José Francisco Monteiro e Fernando A. Monteiro de Barros.

Caça-minas Sado (ex-alemão)

Capitão-tenente Manoel B. Silva Casqueiro (lançamento e levantamento de minas).

Torpedeiro n.º 1

1.º Tenente Antonio de Campos Navarro.

Torpedeiro n.º 2

Capitães-tenentes Eduardo M. Soares e Augusto de Azevedo Franco; primeiros-tenentes Afonso J. Vilela, Sebastião J. Carvalho Dias e Francisco Penteadó.

Torpedeiro n.º 3

Capitão-tenente Raul C. Ressano Garcia e 1.º tenente Antonio G. Sousa Ventura.

Vapor Vulcano (Serviço de torpedos)

Primeiros tenentes Alvaro F. Santar do Amaral, Sebastião de Carvalho Dias e Artur J. Conceição Santos.

Submersivel Golfinho

Capitão-tenente Joaquim de Almeida Henriques.

Submersivel Hydra

Capitão-tenente Fernando Augusto Branco.

Submersivel Foca

1.º Tenente Adalberto S. S. da Silva Machado.

Estes tres barcos fizeram a viagem de Spezzia a Lisboa, em 18 dias, através da zona de guerra, e estiveram em constante vigilancia na barra do Tejo.

Submersivel Espadarte

1.º Tenente Fernando Alves de Sousa (vigilancia na barra).

Barco patrulha n.º 1

Capitão-tenente José Gonçalves Costa; primeiros tenentes A. Campos Navarro, Fernando A. Monteiro de Barros, Antonio José Martins, Alvaro G. Forté Rebelo, Juliano A. Carvalho, João Lobo Santos Moreira e Antonio G. Sousa Ventura.

Barco patrulha n.º 2

Capitão-tenente Eduardo J. Abreu Oliveira; primeiros-tenentes Vasco C. Rego Botelho, Luiz A. M. Ferreira de Castro, Juliano A. Carvalho, Pedro A. Castro Peters, e Fernando A. Monteiro de Barros

Barco patrulha n.º 3

Primeiros tenentes Antonio D. Pinto de Mesquita (oficial aviador) Alberto Teofilo Ribeiro, Luiz A. M. Ferreira de Castro e Fernando A. Monteiro de Barros.

Barco Patrulha n.º 4

Capitão-tenente Raul Alvares da Silva; primeiros tenentes Vasco Artur da Costa Cabral. Antonio D. Pinto de Mesquita, Pedro A. Castro Peters.

Canhoneira Zambeze

Capitães-tenentes Eduardo M. Soares, Ernesto J. Lino de Sousa e Antonio A. Fernandes Rego.

Cruzador S. Gabriel

Partiu para Moçambique em 5 de dezembro de 1917 sob o comando do capitão de fragata J. A. Martins Pereira; fez fogo sobre um submersível alemão com a peça de 150 milímetros do tombadilho e as peças de 100 milímetros dos redutos de ré. Foi antes comandado pelo capitão de fragata Agnelo Portela, Jaime da Fonseca Monteiro e Carlos Frederico Braga.

Foram comandantes da esquadilha de patrulhas de Lisboa os capitães de fragata Albano M. Magalhães Ramalho e

Carlos Cesar Freitas da Silva e chefe de grupo de patrulhas do Algarve, o capitão de fragata Jaime F. Monteiro.

Estes serviços prestados pela marinha não incluem os das nossas colónias e ilhas adjacentes, onde temos navios em serviço permanente, a alguns dos quais abaixo nos referimos. Contudo, devemos referir-nos aos serviços prestados por alguns de que podemos ter conhecimento.

No começo da guerra tomou a canhoneira Beira, do comando do capitão-tenente Antonio Alemão M. Cisneiros de Faria, conta dos navios mercantes alemães surtos no porto de S. Vicente. De 16 de março de 1916 a 8 de novembro de 1917 foi este porto base duma esquadra inglesa. A Beira por si só até setembro de 1917 e depois com o concurso da canhoneira Ibo fizeram todas as noites, serviço de vigilância no porto, tendo a Ibo saído em 3 de novembro de 1917 em perseguição do submersível que na madrugada torpedeou os vapores brasileiros Guaiba e Acary pondo-se em fuga.

Em 1918 a Beira por si só até maio, e depois com o concurso da canhoneira Bengo, sob o comando do 1.º tenente Raul M. Serra Guedes, organizou o serviço de defesa constituído por barragens de rede com minas, uma bateria duma peça de 90 milímetros e 2 de 47 milímetros no ilheu dos Passaros, 4 barcos patrulhas com peças de 47 milímetros e *depth charges*, dispondo a força naval de 280 homens entre marinheiros e auxiliares. Esta organização permitiu a formação de comboios no porto de S. Vicente, tendo o consul inglês apreciado este serviço num honroso officio à Majoria General da Armada.

A tarde de 25 de julho de 1917, foi assinalada por uma terrível catastrophe, o caça-minas Roberto Ivens (antigo Lordelo da Companhia Portuense de pescas Limitada) quando navegava em cruzeiro de vigilância ao norte do Cabo de Espichel, teve uma horrível explosão que o partiu pelo meio, afundando-o em poucos minutos. Atribue-se, geralmente, esta desgraça ao facto de ter chocado com uma mina submarina; dela foi vítima; no cumprimento do seu dever, o 1.º tenente Raul Alexandre Cascaes, um official muito estimado na cor-

poração, e mais treze homens, entre civis e militares. Curvemo-nos, reverente, perante a memoria desses bravos servidores, que perderam a vida em serviço da sua Patria e que, ainda mais uma vez, mostraram que a gente de mar não olha a perigos, nem quer saber se o barco que os abriga, oferece as indispensáveis condições de resistencia e segurança. Trata-se de cumprir ordens e está dito tudo. Fiquem aqui gravados, como um nobre exemplo, os nomes desses heroes que bem mereceram da sua terra.

Praças do corpo de marinheiros: 1.º sargento n.º 442 Narciso Bento Antonio; 1.º artilheiro n.º 2864 Julio Cardoso; 2.º artilheiro n.º 4159 José dos Santos; 1.º marinheiro n.º 3839 Antonio José Afonso; 2.º marinheiro n.º 4799 Alexandre dos Santos Godinho; primeiros grumetes n.º 4310 Francisco Matos Maleiro e n.º 5314 Anselmo de Carvalho. Civis ao serviço da divisão naval: 2.º sargento Antonio Simões; marinheiros Gabriel Pereira, Jaime Constantino, Domingos José Dá Pão, grumete Joaquim Bento e chegador Americo Fernandes Ribeiro.

Registemos agora alguns episodios e importantes serviços prestados neste periodo de guerra. Merece menção o arduo trabalho do capitão-tenente Alberto Carlos dos Santos, capitão do porto de Lagos, a bordo do rebocador Galgo, em serviço de guerra desde 28 de novembro de 1916. É um barquinho de 82 toneladas, com 25 metros de comprimento, 5,28 de boca e 2,7 de pontal, com uma pecinha de 37 milímetros; e com o qual foi ao encontro de submersiveis de grandes dimensões, e avisou varios navios mercantes da vizinhança desses terriveis inimigos. Alguns vapores foram vítimas por não atenderem o prudente aviso do Galgo, cujo comandante muito se lamentou não possuir um barco com boa artilharia para limpar aquele local, infestado de submersiveis, verdadeira travessa dos alfaiates (tubarões) da embocadura do Quanza, seja-nos relevada a comparação.

Deve tambem mencionar-se a trabalhosa viagem do rebocador Patrão Lopes, em novembro de 1917 a Italia, onde foi para comboiar até Lisboa os tres novos submersiveis Golfi-

nho, Hidra e Fóca, levando apenas uma peça de 47 milímetros. A viagem durou 18 dias.

Sofreu as inclemencias do mistral no Golfo de Leão, onde, acoçada por ele, desarvorou a corveta Estefania, comandada por Batista de Andrade, quando ia assistir á inauguração do Canal de Suez; devido a este contratempo foi a galera Viajante que teve essa honra; este antigo e belo barco que trabalhava ha muitos anos (desde 1850) foi afundado na ultima guerra.¹ Mas o mistral é um inimigo de todos os tempos e o Patrão Lopes teve de arrostar outros muito mais temiveis, porquanto ia sendo vitima em frente do porto de Marselha das minas dos Aliados que encontrou no seu caminho e das quais não tinha conhecimento. Pairou uma noute em frente do porto, numa zona assás perigosa, tendo o telegrafista registado bastantes sinaes convencionais da presença de submersiveis.

Era comandante do Patrão Lopes o capitão-tenente Antonio Taborda de Azevedo e Costa que aí prestou relevantes serviços, tais como o desescalhe do vapor Porto Alexandre com uma carga de 3.000 toneladas de trigo, o salvamento do barco de pilotos Macedo e Couto e a trabalhosa viagem a Bordeos em maio de 1918 levando a reboque, do Porto, a barca Portugal com um carregamento de vinho, sendo comboiado pelo caça-minas francês Capucine; encontrou em viagem um submersivel inimigo sobre o qual fez fogo com a unica peça de 47 milímetros que possuia; era chefe da peça o 1.º artilheiro n.º 2473 Antonio Pinto e dirigia o fogo regulando o tiro, o imediato 1.º tenente Sebastião J. de Carvalho Dias, fazendo repetidas vezes fogo sobre a esteira do submersivel, obrigando-o a mergulhar. Em Brest, alcançou que lhe fossem montadas duas peças de 90 milímetros, rebocando, no regresso a Lisboa um lugre ingles e outro frances, comboiados tambem pelos caça-minas Azie e Calmar tendo sido fatigante em extremo, a viagem nas condições em que foi feita.

¹ A galera Viajante foi construida em Damão, pelo mesmo habil construtor da fragafa D. Fernando. Tinha alcaxa e parecia uma fragata de guerra. Sob o comando do capitão Sabino atravessou segundo afirmam, à véla o Canal de Suez, pelo que foi alvo duma grande ovação. Foi afundada a 180 milhas ao Norte da ilha de Porto Santo, em 2 de outubro de 1917.

Registemos ainda que no segundo bombardeamento do Funchal dois pequenos rebocadores do porto, armados com peças de 47 milímetros e guarnecidos só com praças de marinhagem, afugentou com os seus tiros o submersível alemão, evitando a continuação do bombardeamento.

Tambem fez fogo sobre um submersível, quando comboiava o vapor Loanda, o caça-minas Augusto de Castilho sob o comando do capitão-tenente Augusto A. Teixeira.

São estes os factos que chegaram ao nosso conhecimento, mas haverá por certo, outros que lamentamos não registar, falta que esperamos nos será relevada, atendendo a que, pelo exposto, bem afirmado fica quanto a marinha procurou cumprir o seu dever.

*

* *

Digno de todo o elogio foi tambem o aturado serviço de vigilancia dos officiaes e marinheiros dos hidro-aviões, havendo a lamentar, como acima dissemos, a morte trágica do infeliz 1.º tenente aviador Eduardo F. de Azeredo e Vasconcelos, ocorrida em agosto de 1918, e relatada na nossa Revista, com palavras de profundo pezar e saudade pelo arrojado official, fulminado por uma morte cruel no seu posto de honra.

Terminou o serviço de vigilancia e de comboios, com o heroico sacrificio do caça-minas Augusto de Castilho, na manhã de 14 de outubro, evitando o torpedeamento do vapor S. Miguel. Perderam a vida nesse combate desigual, o 1.º tenente Carvalho Araujo, um bravo já mencionado neste artigo, e o guarda-marinha Carlos Eloy da Mota Freitas, uma autentica vocação para a vida do mar, um futuro official presante que se perdeu. Nos numeros de Dezembro e Janeiro ultimos, descrevemos o que foi essa luta em que, forçosamente, o Augusto Castilho havia de succumbir. Registamos tambem a maneira como o malgrado e saudoso Presidente da Republica Portuguesa, Dr. Sidonio Paes, recompensou esses heroes; o honroso decreto que transcrevemos, é um publico testemunho de alto apreço e consideração que o falecido Presidente tinha pela nossa Armada, sendo o ultimo acto solemne que honrou com a sua presença, o da comemo-

ração funebre das vitimas do combate do Augusto de Castilho. Que mais dizer para exaltar este feito, tão primorosamente descrito por Lopes de Mendonça no numero especial dos Anaes do Club Militar Naval?

*

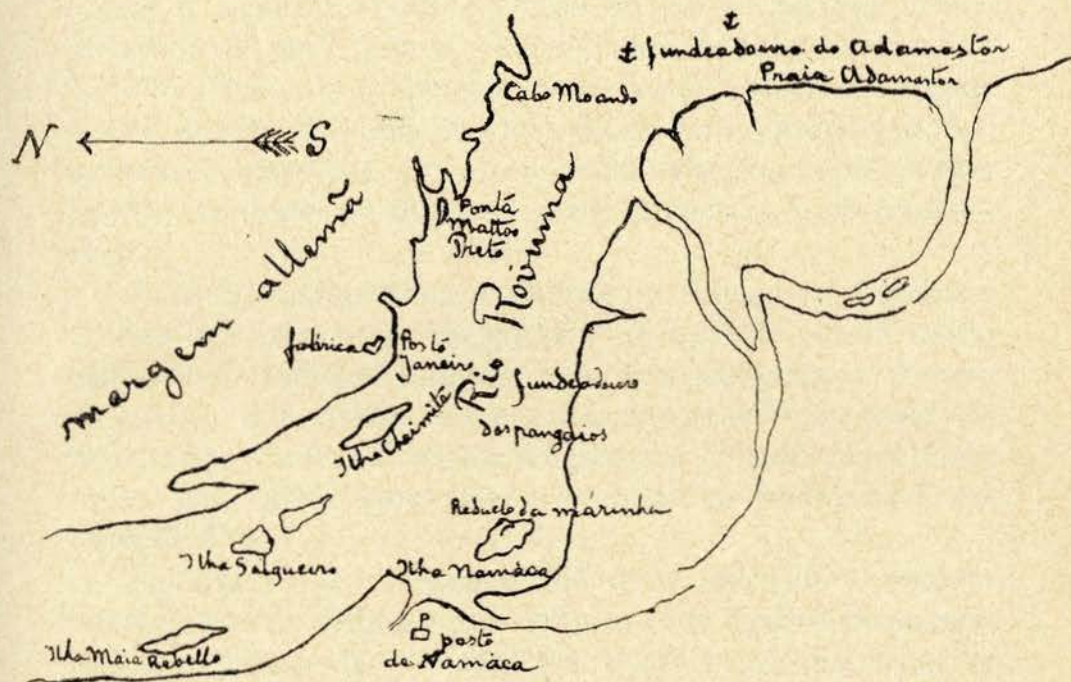
*

*

Falemos finalmente, da acção da flotinha de embarcações miudas, comandada pelo então capitão-tenente Henrique Quirino da Fonseca, immediato do cruzador Adamastor em serviço em Moçambique no inicio das hostilidades. É Quirino da Fonseca um official estudioso em extremo, um notavel investigador historico pelos seus admiraveis trabalhos de arqueologia maritima publicados nos Anaes do Club, um caracter energico, decedido, de comprovadas qualidades combativas visto que depois do seu regresso de Africa, foi logo como 2.^o comandante do corpo expedicionario de marinha de 1918, destinado a operar sob o comando do capitão de fragata Joaquim P. V. Judice Bicker, na Africa Oriental, não chegando a entrar em operações, mas sofrendo as intempéries e contrariedades que um pessimo clima acarreta.

No dia 21 de maio de 1916, o tenente Antonio da Conceição Rodrigues (pouco depois vitima da gripe pneumonica em Lourenço Marques) foi no segundo vapor do Admastor, rebocando a primeira baleeira, dirigir a colocação duma boia de balizagem ao norte da foz do Rovuma; achando-se proximo da praia fizeram os alemães fogo sobre elas que responderam com a peça de 37 milímetros do segundo vapor e as de 65 milímetros e 105 milímetros do cruzador. Resolveu então o comandante deste, capitão de fragata José de Freitas Ribeiro, investir o rio Rovuma para fazer o seu reconhecimento, e ver até onde se poderia estender a acção da marinha e, ao mesmo tempo, fazer uma demonstração offensiva sobre a margem inimiga (donde era frequente o tiroteio sobre as embarcações portuguezas) protegendo a passagem das forças para a occupação desses pontos.

Uma flotilha composta de dois escaleres a vapor armados com peças de 37 milímetros e duas baleeiras com metralhadoras Nordenfelt, tudo o mais protegido que foi possivel, in-



RIO ROVUMA

(Operações navais sob o comando do capitão-tenente Quirino da Fonseca, em maio de 1916)

vestiu o Rovuma nesse mesmo dia, sob o comando de Quirino da Fonseca, protegida pela artilharia do Adamastor que bombardeou a margem alemã e secundada nos seus esforços pela canhoneira Chaimite do comando do valente 1.º tenente Vasco de Matos Preto, tendo como imediato o guarda-marinha Mascarenhas de Menezes que muito bons serviços prestou. Esta primeira investida foi coroada de exito, desembarcando o aspirante Eduardo Maia Rebelo na margem alemã, abandonada pelo inimigo, incendiando as palhotas proximo á fabrica (veja-se o schema junto) onde encontrara muitos fardos de algodão, dois enormes montes de algodão a granel, máquinas, utensilios, etc., e em volta dela trincheiras fundas abertas segundo os metodos mais modernos, e abrigos cobertos.

Prestou a esquadilha o importante serviço de proteger a entrada dos pangaios, com forças e material de guerra, sendo este arduo serviço dirigido pelo guarda-marinha Prestes Salgueiro, que depois transportou forças entre o posto de Namiranga e a ilha fronteira e percorreu a nado mais duma milha para salvar como salvou o tenente de infantaria Francisco M. Pereira.

No dia 23 fez a esquadilha nova investida á margem inimiga, mas os alemães, que estavam bem ocultos, desmascaram-se rapidamente e metralham quasi á queima roupa, as embarcações portuguezas. O guarda-marinha Salgueiro e aspirante Maia Rebelo correm em socorro da baleeira comandada pelo aspirante Antonio Rodrigues Janeiro, que encalhara proximo da praia em frente da fábrica; fazem fogo vivo sobre o inimigo fazendo calar o seu fogo; Maia Rebelo, debaixo do fogo inimigo, que se tinha reconcentrado e tomado de repente a ofensiva, consegue desencalhar a baleeira e dar-lhe reboque para a margem portuguesa. Janeiro, deu provas duma extraordinaria coragem e sangue frio, animando sem cessar a sua gente. Ficaram mortos neste dia os primeiros marinheiros n.º 682 José Almendra e 1133 Bento José Gordo e 1.º grumete n.º 4753 Guilherme Martins. Ficaram feridos o 2.º condutor de maquinas Manuel M. Santos, 1.º fogueiro n.º 1606 Francisco Pinzio, 1.º artilheiro n.º 1358 José Fernandes, 2.ºs artilheiros n.º 3152 Tomé Amaral e 3346 José Maria Rodrigues e cabo artilheiro n.º 1219 Antonio

Fernandes, que continuou fazendo fogo apesar de gravemente ferido com duas balas na fossa iliaca, cessando quando uma outra lhe levou o olho direito.

De manhã tinha ido para o Rovuma, em reforço, um gazolina rebocando dois salva-vidas, com uma peça de 37 milímetros e 2 metralhadoras, com 16 praças, o sargento José Gonçalves Ferreira, tudo sob o comando do tenente da Administração Naval, Anibal Covacich.

No dia 27 teve logar a terceira investida, e a tentativa de passagem de forças para a margem alemã. Havia um ponto fortificado na ilha de Namáca, a 8 quilometros da foz, conhecido pelo *reduto de marinha*; era o mais avançado a NW da ilha, e guarnecido com uma peça de 47 milímetros, dirigida pelo sargento José Joaquim Lopes de Sá, uma de 37 milímetros a cargo do sargento José Fonseca Junior, que cumpriram valente e corajosamente o seu dever, bombardeando a margem alemã; tinha mais o reduto 2 metralhadoras Nordenfelt e uma Maxim muito boa.

As forças portuguesas tentam heroicamente desembarcar na margem inimiga, mas os alemães, muito bem intrincheirados, fuzilam as embarcações quando já proximos da margem. O aspirante Antonio Rodrigues Janeiro, no gazolina do Chaimite aproxima-se resolutamente da margem inimiga, anima a sua gente, e ataca rijamente o inimigo. Morrera nesta réfrega, o 1.º artilheiro n.º 2498 Adelino Pinheiro; extraviaram-se o heroico aspirante Antonio Rodrigues Janeiro, 1.º artilheiros n.º 670 José Trindade e 2075 José Gomes e o 2.º artilheiro 2859 Manuel Augusto. Feridos, o aspirante Maia Rebelo, 2.º condutor n.º 1080 Sebastião Nascimento, cabo de marinheiros n.º 1209 Antonio Pereira, 2 artilheiros 2816 João Manuel Esquitim, e o corneteiro n.º 4064 Antonio Rodrigues. Da Chaimite, ficou prisioneiro o seu bravo comandante Mattos Preto, quando atacou a fábrica, extraviados os 1.º artilheiro 2573 Joaquim Gabriel, 2.º fogueiro n.º 2222 João Dias, e feridos 2 marinheiros indigenas.

O 1.º artilheiro n.º 2263, apesar do chuva de balas que bateram no escudo da sua peça, nunca deixou de fazer fogo.

O aspirante Maia Rebelo no intuito de mais rapidamente procurar um canal para evitar os amiudados encaihes das embarcações, meteu-se á água, prumou com o corpo,

balizando assim as passagens, sempre debaixo de grande perigo.

Supõe-se terem morrido afogados, o torpedeiro n.º 3963 José Ferreira e o chegador n.º 3969 quando numa chata, andavam na humanitaria faina de libertar feridos e salvar material.

Prestou serviços dignos de todo o elogio no tratamento de feridos, o medico do cruzador Adamastor, Dr. Antonio Manso Preto da Cruz.

Eis, em rapido resumo, o que foram as operações navaes no Rovuma, com muita coragem e prudencia dirigidas por Quirino da Fonseca, que envidou os maiores esforços para evitar os desastres que se deram, pelo conjunto das circunstâncias abruptamente apresentadas.

De tudo quanto fica exposto, julgamos ficar bem demonstrado que a marinha cumprio nobremente o seu dever, com o material de que poude servir-se.

Concluimos, fazendo um apelo a todos que possam influir nos destinos de Portugal, para que a nossa marinha volte a ser dotada, com os navios indispensáveis, que nos representem condignamente lá fóra, nos pontos onde a colonia portugueza é bastante numerosa, e onde Portugal necessitar afirmar a sua existencia como Nação maritima de brilhantes tradições.

VICTORINO GOMES DA COSTA

Capitão de mar e guerra



EPISÓDIOS DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA

Certamente se torna conveniente, ir aproveitando das frequentes campanhas sustentadas em África, aquêles episódios porventura educativos, para uma eficaz preparação das gerações continuadoras da secular acção portuguesa nas colónias, onde teremos a esperar de futuro, uma maior concorrência de elementos estrangeiros, na luta pela vida.

Faltarão todavia a essa concorrência, por melhor preparada que ela se afigure, uma força imponderável, mas reconhecida-mente importante, legada pelos nossos antepassados, que pelas colónias sacrificaram as suas vidas, constituindo as tradições portuguesas; força que será tanto mais valiosa, quanto melhor cultivadas fôrem essas tradições, sugerindo desde as escolas as virtudes cívicas, sustentando a grandeza das nações, que ameaçadas de decadência teem a perder um grande património, como acontece em Portugal.

Nas escolas militares principalmente, tendo elas o encargo de preparar aquêles a quem compete velar com as armas pela soberania portuguesa, esta elevada missão exigirá, que se dedique patriótico cuidado à formação do carácter não só individual, mas ainda colectivo, daquêles a quem incumbe a instrução do exército, e hão-de naturalmente moldar esta basilar instituição nacional, à educação por êles recebida.

Tem o exército português passado contemporaneamente por instáveis remodelações e transes perigosos, originando descrenças, que reclamam bons exemplos, desinteressada dedicação e fé profissional; numerosos são os factos mostrando, que o ambiente seria favorável à generalização destas virtudes, porquanto elas surgem espontâneas nos meios mais humildes e bravios, sendo natural, que cultivadas essas virtudes nas escolas, florescessem com exuberância nesses meios mais elevados, donde provêm aquêles que depois teem por missão instruir o exército.

Recentemente, na campanha da África Oriental, podemos destacar um episódio, recordando das páginas desta *Revista* de 1884, um outro heroico feito, descrito pela brilhante pena do Ex.^{mo} General J. E. Moraes Sarmiento, enaltecendo o exemplo do cabo José Luís, natural do Sardoal, morto na campanha da Zambézia, em 1869, quando tentava salvar um oficial já mortalmente ferido, transportando-o aos seus ombros.

Lisongeiro para as nossas tropas coloniais, onde a dedicação dos indígenas confirma uma das mais vulgarmente reconhecidas aptidões colonizadoras dos portugueses, o facto que vamos concisamente narrar, salienta também na generalidade, a simpatia dos indígenas pelos portugueses, testemunhada desde séculos em todas as partes do mundo, e permitindo-nos com forças mínimas guardar até hoje um rico património colonial. Mais ainda, nesta acção, além dos feitos individuais, transparece também digna de reparo, a dedicação de pequenas unidades, porque nelas melhor palpita a alma colectiva da nacionalidade, sabendo cumprir o seu dever à altura das suas responsabilidades, mais por instinto, do que pela preparação.

Na madrugada de 15 de Agosto de 1916, uma coluna de carregadores desfilava em silencio, transportando viveres do posto principal de Namoto para o posto de Nachinamoca, pela pantanosa margem sul do Rio Rovuma.

O estreito caminho indígena desenrolava-se sinuosamente por entre o capim alto, acima da estatura de um homem, dificultando a observação a distância e tornando monotona a marcha.

O comandante da escolta tomara as devidas precauções de segurança, mas nessa época, o inimigo prevendo a nossa ofensiva, atacava-nos com frequência de surpresa, para que dispersássemos as nossas forças e conservássemos uma atitude passiva de defesa.

A coluna já marchava a mais de meia etape, tendo pela ausência de vestígios do inimigo ganho confiança, quando foi de repente surpreendida pelo tiroteio de uma emboscada, hábilmente preparada pelos alemães, caíndo logo morto o europeu que comandava a guarda avançada.

Os carregadores apavorados depozeram as cargas no chão e fugiram para a retaguarda da escolta, enquanto uns poucos

debandávam para os nossos dois postos militares, onde foram levar o alarme.

Entretanto a escolta, que pertencia a infantaria n.º 24, cumpriu bem o seu dever, desenvolvendo para um dos flancos do caminho, mais desembaraçado do mato, procurando proteger as cargas e reconhecer o inimigo, arditosamente revestido de capim para não ser visto.

Foram então louvados pelo seu procedimento, o soldado da 12.ª companhia José Nunes, por dedicadamente proceder à exploração do terreno, e o comandante da escolta 2.º sargento José da Fonseca, que valorosamente conseguiu manter o contacto com o inimigo, até à chegada dos reforços oportunamente enviados dos postos militares vizinhos, com inteligente iniciativa e resoluta dedicação, porque as guarnições dos nossos postos também se tinham de precaver contra um inimigo tão audacioso, que poderia querer atraí-las para fora dos seus entrincheiramentos, e além disso as guarnições estavam esgotadas pelo árduo serviço de cobertura da ofensiva que se preparava.

Reforçada sucessivamente a escolta com um pelotão indígena, vindo de Nachinamoca, sob o comando do tenente Beirão, e um pelotão a cavalo da Guarda Republicana, vindo de Namoto, sob o comando do alferes Ramos, estas pequenas forças com louvável espírito combativo, conseguiam perseguir tenazmente os alemães, passando a vau o Rovuma no encalço do inimigo, operação arrojada, porque o rio era ali bastante largo e semeado de ilhas arborizadas dificultando a perseguição.

Continuou o combate na margem norte do Rovuma, mas os alemães já então no seu território abrigaram-se nos entrincheiramentos que tinham preparado, e a pequena força portuguesa prosseguiu na sua missão mais importante de reconhecer o vau que o inimigo desmascarara pela sua retirada, vindo já do posto principal outro pelotão e alguns oficiais para quanto possível reconhecerem o vau, que com efeito foi aproveitado no mês seguinte pela nossa ofensiva.

Foi então no local onde a corrente do rio era mais impetuosa, falhando o leito de areia, e as águas correndo apertadas entre ilhas dificultando a orientação, que o alferes Ramos esteve prestes a ser vítima do esgotamento em que se encon-

tráva, desmaiando dentro do rio e sendo arrastado na rápida corrente do Rovuma, quando procedia debaixo do fogo inimigo, ao reconhecimento do vau.

Felizmente, velavam pela vida do oficial, os soldados indígenas, n.ºs 513, Udana, e 520, Malipita, da 3.ª companhia de Depósito de Moçambique, que dedicadamente ajudaram a retirar do vau do rio Rovuma, o oficial extenuado; conforme consta do *Boletim Militar das Colónias*, n.º 11, de 1918, perpetuando o feito glorioso destes humildes soldados.

Também nesta campanha, num feito de semelhante dedicação, o sargento de infantaria 24, Alvaro Bento da Silva, ganhou a medalha de valor militar, porque em 8 de Novembro de 1916, no combate de Kiwambo, foi à frente da linha de fogo, trazendo para a retaguarda, com grave risco de vida, o alferes Armando Leite, que estava gravemente ferido.

Certamente com orgulho pode a *Revista Militar*, imprimir de novo, as palavras do Ex.º General Moraes Sarmiento, em 1884, e certamente a autoridade de tais palavras compensará a modéstia desta descrição.

— «O exército deve ter bem presente estes factos gloriosos contemporâneos, que o honram singularmente. Não pode descrêr-se do futuro de instituições, aonde tão nobres virtudes se originam. Trazer freqüentemente tais actos à memória dos nossos soldados, seria concorrer eficazmente para a sua boa educação militar por meio do exemplo».

Agora que nos orgulhamos da nossa participação na guerra, onde no conjunto a acção do nosso exército se considera tanto mais notável, quanto se observe o sentimento das proporções com os poderosos exércitos, junto dos quais combatemos, devemos já preparármolos para a prevista luta de concorrência mundial, que se avizinha, definindo e afirmando como objectivo nacional, o progresso das nossas colónias, onde o exército tem em multiplos campos de acção, padrões de glória, que marcam hoje e garantem amanhã, a continuidade da raça que criou a epopeia dos *Luziadas*.

E. AZAMBUJA MARTINS

Ten. cor.

Resumo histórico dos serviços prestados pelo G. E. P. em França

A vinda do Corpo Expedicionário Português, para combater o inimigo comum, sobre a frente ocidental, ao lado das nações aliadas foi a consequência lógica duma série de acontecimentos que tornaram inevitável esta intervenção e o resultado duma atitude que, tomada desde o princípio da guerra pelo povo Português, foi inalteravelmente mantida através todos os acontecimentos e contra todas as eventualidades.

Portugal e o mundo inteiro sabem qual foi esta atitude e conhecem êsses acontecimentos.

A conflagração Europeia foi essencialmente uma guerra de alianças. Quási todas as nações que tomaram parte no conflito, nada tinham directamente com as questões que foram a sua causa. Elas combateram pelas suas alianças tendo compreendido que sem elas, as suas próprias existencias estariam por vezes ameaçadas de um momento para o outro.

Entre todas as alianças, mais ou menos recentes a aliança entre Portugal e a Inglaterra é a mais antiga tendo-se mantido durante séculos.

Tendo a Inglaterra, após a violação da neutralidade da Belgica, declarado a guerra á Alemanha, era preciso ignorar completamente o character, as tradições, o espirito e mesmo o estado actual da aliança Anglo-Lusa para supôr que Portugal se declararia neutro.

A codificação das condições dos tratados, que depois de seis séculos uniam Portugal à Inglaterra, havia sido apresentada ao Parlamento Português em 15 de Março de 1912. O primeiro destes tratados de aliança foi assinado em 1373 por Eduardo, Rei de Inglaterra e de França e por D. Fernando, Rei de Portugal e dos Algarves e foi seguido pelos de 1386, 1642, 1654, 1660, 1661 e 1703 e pelo tratado de Viena, em

1815. Esta codificação teve por resultado fazer reviver o acôrdo mais remoto que se havia mantido na Europa.

Nestas condições, quando em 5 de Agosto de 1914 a Inglaterra declarou a guerra à Alemanha, imediatamente, em 27 de Agosto, o Parlamento Português resolveu abster-se de qualquer declaração de neutralidade, tendo, ao contrário, nesta ocasião afirmado a vontade do povo Português de respeitar e cumprir todos os deveres que lhe impunha a aliança, à qual êle não faltaria em caso algum.

O compromisso de auxiliar a Inglaterra em tudo o que lhe fosse possível, constava da declaração do Parlamento pela qual Portugal comprometeu a sua lealdade absoluta em face da aliança livremente contratada, que obriga os dois países a auxiliarem-se mutuamente nas horas de perigo.

A declaração de 7 de Agosto de 1914 não foi hostil á Alemanha como o envio, desde o começo da guerra, de tropas expedicionárias às fronteiras das colónias africanas. Estas medidas puramente preventivas, tinham sido tomadas com o fim de assegurar a defesa dos nossos territórios. A sua utilidade foi demonstrada por factos tais como o do ataque, em 24 de Agosto, do posto de Maziua na fronteira de Moçambique, no decurso do qual o comandante foi morto e o posto destruído pelas tropas alemãs.

Em 19 de Outubro os alemães tentaram uma incursão sobre a fronteira de Angola, voltando em 30 do mesmo mês a atacar o forte de *Cuangar* sobre a mesma fronteira massacrando a guarnição e os oficiais. Depois de tudo terem devastado, entraram em território português, atacaram o posto de *Bunja*, incendiaram os de *Sambio* e *Dirico* e tomaram o de *Mucusso*; não atacaram o posto de Cuanaval do qual a guarnição era mais forte.

O Governo Português prestou sempre à Inglaterra o apoio que esta lhe tem pedido, conforme os deveres da aliança e a sua declaração de 7 de Agosto de 1914, mas nunca o fez subrepticamente ou traiçoeiramente.

Os seus actos tem sido sempre francos e leais. Portugal nunca se declarou neutro; êle sustentou sempre sem excitações nem receios, o compromisso leal que tomou.

Nunca a Inglaterra recorreu aos esforços e solidariedade da sua aliada, que a não encontrasse ao seu lado.

Em 28 de Setembro, o navio de guerra inglês "Argouaut" foi, por ordem do seu governo, a Lisboa saudar a Bandeira Portuguesa e, em 5 de Outubro o governo francês, enviou com o mesmo fim, o "Dupetit Thouars".

Portugal deu moral e materialmente todo o concurso de que podia dispôr; em meados de Outubro, uma missão militar partiu para Londres afim de conferenciar com o governo britânico sobre uma acção comum em campanha, não tendo o governo português aceitado o ceder o seu material sem o fazer acompanhar pelos seus soldados.

Em 23 de Novembro o governo português decidia a intervenção do país na luta armada.

As diferenças de organização e a falta de material com que o nosso exército lutava, demoraram o embarque das tropas; esta demora foi ainda prolongada pela necessidade de enviar à província de Angola uma forte expedição, quando, em 18 de Dezembro depois de um novo ataque alemão, teve lugar o combate de Naulila. As nossas tropas tiveram que retirar sem que, contudo, o inimigo se atrevesse a persegui-las; a sorte do combate ficou indecisa. Esta expedição tinha por fim a pacificação de regiões revoltadas sob a influência dos alemães e a cooperação com as tropas britânicas da *Damalandia*.

Durante o ano de 1915 a preparação do Corpo Expedicionário Português foi activamente continuada.

Entretanto, diversos navios mercantes portugueses eram afundados pelos alemães. As dificuldades de existencia aumentavam à medida que diminuía a navegação e, daqui, a necessidade, que se tornava imperiosa para o governo português, de requisitar os navios alemães que se encontravam nos portos da costa. Esta necessidade coincidiu com o desejo expresso pela Inglaterra de ver em circulação navios de tonelagem tão importante da qual ela poderia aproveitar-se, desejo cuja satisfação representava um acto ao qual Portugal, em razão das condições da aliança e da sua atitude depois do começo das hostilidades, não podia esquivar-se.

Em 23 de Fevereiro os navios alemães que se encontravam ancorados nos portos portugueses foram requisitados. No mesmo dia o governo ordenou telegráficamente ao seu representante em Berlim, que informasse o governo alemão que to-

das as questões de direito tinham sido reguladas no que interessava à situação das equipagens, indemnizações, etc.

Quatro dias depois o ministro da Alemanha em Lisboa enviou ao governo português uma nota pedindo a revogação das requisições.

O governo português respondeu que os navios alemães imoveis depois de 18 meses nas águas portuguesas estavam sujeitos ao principio geral do domínio eminente. Portugal tinha, dadas as necessidades urgentes do país, o direito de utilizar estes navios, como pode, se as circunstâncias o exigem, dispôr dos bens de todos os que estão sob a sua jurisdição.

Acrescentava que o governo italiano tinha procedido de identica forma sem levantar protestos da parte do governo imperial; que os proprietários dos navios seriam indemnizados em tempo oportuno; e que o acto do governo português se baseava na lei de 7 de Fevereiro e no artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e a Alemanha, que defendia apenas a requisição dos navios em transito e que estabelecia o direito de indemnização para os navios ancorados, o que fôra previsto no acto da requisição.

E ainda, o governo português encarregou o seu representante em Berlim de chamar a atenção do governo imperial, sobre os termos da declaração feita em 7 de Agosto pelos quais Portugal se comprometera a não faltar em nenhuma circunstância às condições da aliança, declaração que tinha sido notada por todos os governos estrangeiros, incluindo a Alemanha, os quais tinham todos mantido os seus representantes em Lisboa.

Em resposta, em 9 de Março, o governo alemão apresentou a sua arrogante declaração de guerra, que foi seguida, pouco tempo depois, pela ruptura das relações diplomaticas com a Austria-Ungria.

Entretanto, as operações militares em Moçambique continuavam tendo nós reocupado Kionga, que os alemães nos tinham tomado em 1894.

Em 18 de Janeiro de 1917 a Ordem do Exército publicava um decreto ordenando a concentração de um Corpo Expedicionário, destinado a combater em França e nomeava para o comandar o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva.

Em 3 de Março de 1917 foi constituído em Aire-sur-la-Lys

o Quartel General do C. E. P. e o general Tamagnini, recentemente chegado a França, tomou o comando das tropas.

Estas tropas, que depois de 8 de Fevereiro foram chegando à zona de acantonamento (zona de Therouanne) constituíam apenas uma pequena parte dos efectivos do C. E. P.

Pouco tempo depois da sua chegada, começava a preparação dos campos de instrução, mas dificuldades de ordem material, mudanças sucessivas de acantonamento, conforme instruções das autoridades británicas, sob as ordens das quais estava o C. E. P., e o excessivo rigôr do inverno (20º abaixo de zero) ao qual os portugueses não estavam habituados, tudo contribuía para o atraso da instrução das tropas.

Por isto, sómente em 2 de Abril começaram a partir para a frente companhias de infantaria, que para completar a sua instrução da guerra de trincheiras iam encorporar-se nos batalhões británicos, que guarneciam o sector cuja defesa estava à responsabilidade do IX Corpo Británico.

*

* *

Em 20 de Abril, em virtude de ordens recebidas do governo português, o C. E. P. passou a constituir um corpo de exército de duas divisões sob as ordens do I exército británico.

Foi então organizada a 1.ª divisão na zona de Therouanne sob o comando do general Gomes da Costa, então coronel, (Q. G. em Therouanne) e tendo continuado a concentração de tropas, foi constituído um agrupamento, nucleo da 2.ª divisão, que sob o comando do coronel Barbosa, estabeleceu o seu Q. G. em Fauquembergues em 30 de Abril.

O treno das tropas progredia na zona de concentração e na frente (companhias de infantaria) e em 11 de Maio o 1.º batalhão português, que estava em linha, ocupava o sub-sector direito de Fauquissart, encorporado ainda, para aperfeiçoar a sua instrução, numa brigada británica.

Outros batalhões entraram sucessivamente em linha, igualmente encorporados em brigadas británicas e em 18 de Maio terminava a instrução de infantaria da 1.ª divisão.

Os grupos de baterias de campanha da 1.ª divisão então já

instruídos, obtinham a independência dos seus comandos táticos em 24 de Maio nas zonas de Touret e Laventie, onde tomaram posição.

A ocupação do sector de Ferme du Bois pelas tropas da 1.^a brigada, 4 batalhões, estava completa em 30 de Maio. Esta organização tinha sido adoptada de acôrdo com as exigências do serviço de trincheiras e por analogia com a das unidades britânicas.

Em 1 de Junho registamos as primeiras perdas em oficiais, um morto e outro gravemente ferido e a desapareção de uma patrulha (1 cabo e 2 soldados). Foram os primeiros prisioneiros portugueses.

Na madrugada de 4 de Junho o inimigo efectuou um *"raid"*, que foi repellido por um contra-ataque das nossas tropas, tendo desaparecido alguns soldados do batalhão de infantaria 35, no sector do qual o inimigo conseguiu penetrar na trincheira.

Um novo *"raid"* que parecia preparar-se na manhã de 7, precedido de um violento bombardeamento de artilharia e morteiros sôbre o sector de Ferme du Bois, não foi levado a efeito devido ao fogo da nossa artilharia da esquerda (artilharia 7).

Um outro *"raid"*, igualmente precedido de um violento bombardeamento de artilharia, que pôz fóra de combate duas das nossas peças de 75^{mm}, foi repellido na madrugada de 12. Em 13, no decurso de um *"raid"* mais importante o inimigo foi fortemente batido e repellido das nossas primeiras linhas onde êle tinha conseguido penetrar, causando-nos, contudo, 14 mortos e 98 feridos.

Em 16 de Junho a 2.^a brigada completava a ocupação do sector de Neuve Chapelle e a 1.^a divisão, estabelecendo o Q. G. em Lestrem tomava a direcção da defesa dos sectores Ferme du Bois e Neuve Chapelle, sendo a reserva da divisão constituída por uma brigada de infantaria britânica.

A divisão estava sob as ordens do XI corpo britânico por intermédio do Q. G. do C. E. P., do qual um escalão (Q. G. avançado) veio estabelecer-se, naquele dia, em St. Venant.

Em 23 de Junho, de uma patrulha inimiga que atacou um posto do sector de Ferme du Bois, foram feitos 4 prisioneiros e mortos os restantes soldados que a compunham.

Além de numerosos bombardeamentos reciprocos e de

pequenas acções de patrulhas, não ha nenhum facto importante a assinalar até 8 de Julho, data em que patrulhas sucessivas atacaram diversos pontos do sector de Ferme du Bois, que foi tambem fortemente bombardeado pela artilharia e morteiros inimigos.

Todas as patrulhas foram repelidas e, na acção da artilharia, a 2.^a bateria do 1.^o grupo de baterias (comandada pelo capitão Beleza dos Santos) distinguiu-se particularmente, suportando com a maior bravura e combatendo com muita energia o fogo do inimigo, que a bateu fortemente.

*

* *

Em 10 de Julho a defesa do sector de Fauquissart foi confiada à 1.^a divisão, que tinha, portanto, à sua responsabilidade a defesa de 3 sectores de brigada.

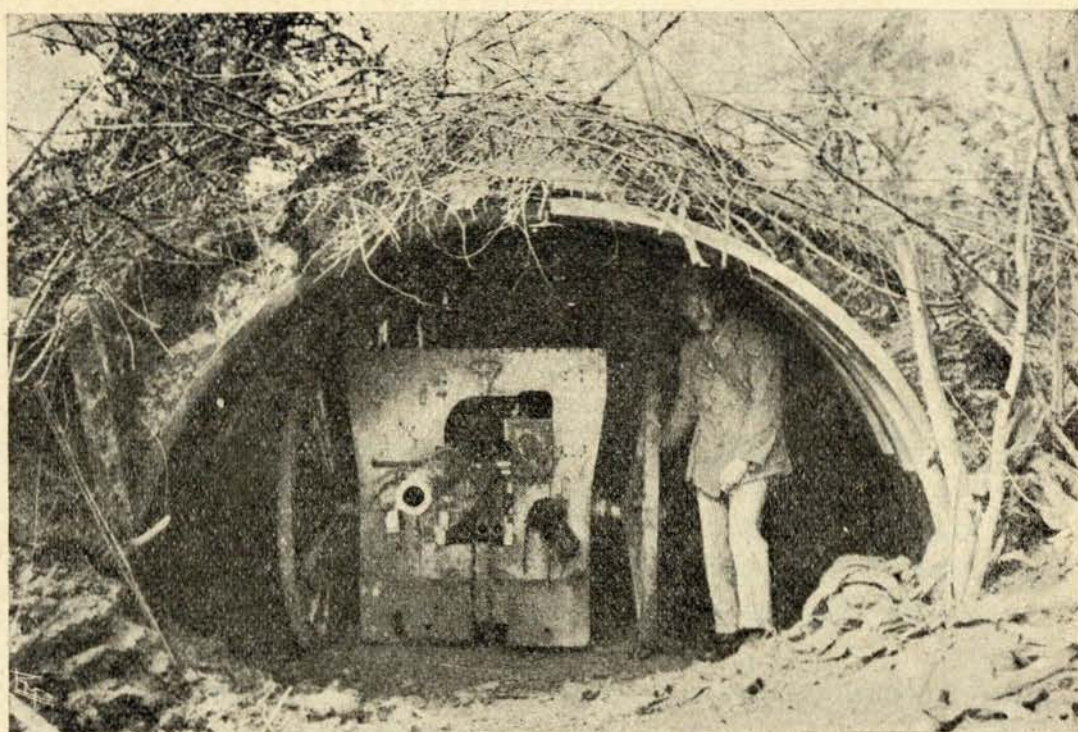
Entretanto, as tropas da 2.^a divisão chegavam sucessivamente e continuavam a treinar-se na zona de Therouanne; em 15 de Junho as primeiras companhias de infantaria completavam a sua instrução preliminar e entravam nas linhas encorporadas em batalhões britânicos, para a instrução complementar.

O Q. G. da 2.^a divisão veio então estabelecer-se em Roquetteiro donde tinha partido o 2.^o escalão do Q. G. do corpo, que foi juntar-se ao primeiro em St. Venant.

Durante um «raid» inimigo levado a efeito em 25 de Julho, depois de um dia de actividade de artilharia, que efectuou durante a tarde dois bombardeamentos precedendo o «raid», houve luta corpo a corpo sendo o inimigo repellido e sofrendo nós algumas perdas no batalhão de infantaria 28.

Na manhã de 27 efectuámos um «raid» que não teve successo, ou porque foi previsto, ou porque tinha sido denunciado, mas as tropas que o efectuaram pediram para tomar parte no primeiro que se efectuasse.

Duas semanas depois, assinaladas apenas por bombardeamentos sucessivos e por pequenas acções de patrulhas, o inimigo, na madrugada de 4 de Agosto lançava um «raid» importante (com efectivo de 500 homens) sobre o sub-sector esquerdo de Neuve Chapelle e direito de Fauquissart precedido de um violento bombardeamento de toda a linha da 1.^a divi-



Um abrigo de artilharia! (75^{cm})



Um episódio da batalha de La Lys (9 de abril de 1918)

são, o qual foi repellido com numerosas perdas e deixando nas nossas mãos 5 prisioneiros.

Em 19 de Agosto, 30 aeroplanos alemães bombardearam St. Venant, estacionamento do Q. G. do corpo, causando estragos e fazendo vitimas principalmente no hospital de alienados, alguns dos quais pereceram.

Na frente foram capturados 3 soldados alemães que se supôz terem-se evadido do campo de prisioneiros de Boulogne e que tentavam atingir as suas linhas.

Em 21 e 24 foram repellidos fortes ataques sucessivos de patrulhas sôbre as linhas da 1.^a divisão.

Na manhã de 5 de Setembro o inimigo tentou fazer um *«raid»* que foi prejudicado pelos bombardeamentos da nossa artilharia nos dias antecedentes, muito eficazes, sôbre as tropas notadas em movimento havia alguns dias.

Um *«raid»* efectuado em 16 sôbre as primeiras linhas inimigas encontrou-as desguarnecidas.

Na madrugada de 15 o inimigo lançou um *«raid»* sôbre o sub-sector esquerdo de Neuve Chapelle, que foi fortemente repellido, deixando 1 oficial e 2 soldados mortos e 5 prisioneiros nas nossas mãos.

Depois da recepção de ordens do exército britânico pedindo que todo o esforço fosse empregado para fazer prisioneiros, das divisões britânicas e portuguesa foi esta a que primeiro os fez, o que lhe mereceu os elogios do comando do exército.

Na madrugada de 19 foi tentada uma incursão nas linhas inimigas em face do sector de Ferme du Bois, que foram atingidas e atacadas à granada, tendo as nossas tropas de retroceder perante um contra-ataque inimigo.

Em 24 de Setembro a infantaria inimiga tentou, a coberto de um denso nevoeiro, penetrar nas nossas trincheiras à esquerda de Ferme du Bois e direita de Neuve Chapelle, mas foi repellida com numerosas perdas. Nós vimo-los transportar mais de 45 feridos do terreno entre trincheiras.

No dia seguinte a nossa artilharia impediu um *«raid»*, que o inimigo preparava sôbre o sector de Ferme du Bois.

As zonas de Santo Venant e da retaguarda foram todas as noites bombardeadas por aeroplanos depois do começo da ofensiva do Ypres.

Muita actividade de aeroplanos e artilharia durante o mês de Outubro.

Em 25 a nossa artilharia cooperou eficazmente com a artilharia britânica para repelir um «raid» efectuado sobre as linhas da divisão à nossa esquerda.

*

* *

Em 5 de Novembro as tropas do corpo expedicionário português deixavam de estar subordinadas ao XI corpo e o comando daquele assumiu a responsabilidade da defesa das linhas confiadas às suas duas divisões.

Em 19 foi repellido um «raid» sobre o sector de Ferme du Bois, (batalhão de infantaria 28), e em 22 um novo «raid» sobre o mesmo sector foi presentido e repellido deixando o inimigo 2 prisioneiros nas nossas mãos.

A 6.^a brigada de infantaria rendia em 22 a 3.^a brigada, como a 4.^a brigada tinha já rendido a 1.^a O Q. G. da 2.^a divisão tomava em 26, o comando da defesa dos sectores ocupados pelas suas brigadas.

Em 11 de Dezembro a 5.^a brigada ocupava o sector de Fleurbaix sob as ordens do comando da 2.^a divisão.

O C. E. P. tinha, portanto, as suas duas divisões na frente ocupando os sectores de Ferme du Bois, Neuve Chapelle, Fauquissart e Fleurbaix, tendo em reserva uma brigada de infantaria de cada divisão.

Na madrugada de 13 de Dezembro um oficial e uns soldados portugueses capturaram uma patrulha alemã composta de um oficial, um sargento e 6 soldados, que tinha penetrado nas nossas linhas.

Em 22, o sector de Fleurbaix deixava de fazer parte da nossa linha de defesa, que ficou constituída pelos 3 sectores primitivos, guarnecidos agora pelas duas divisões.

A partir de 1 de Janeiro de 1918, uma esquadrilha de aviação britânica, que em 13 foi transformada em esquadrão especial, foi posta à disposição do C. E. P.

Dois Grupos de Artilharia Pesada Britânica ficaram igualmente subordinados ao C. E. P. para cooperar na defesa do seu sector.

Durante o mez de Janeiro, actividade de artilharia, bombardeamentos diversos e acções de patrulhas, no decurso das quais fizemos alguns prisioneiros; além disto, nenhum facto digno de menção; a actividade da artilharia aumentou e manteve-se acima do normal durante o mês de Fevereiro.

*

* *

Foi em Março que começou o período mais activo, que conheceu o Corpo Expedicionário Português.

Na madrugada de 2, depois de uma intensa preparação por artilharia de todos os calibres, morteiros e metralhadoras, o inimigo executou um «raid» sôbre o sector de Chapigny, com o efectivo aproximado de um batalhão, conseguindo penetrar nas nossas linhas. Lançamos imediatamente um vigoroso contra-ataque repelindo o inimigo e reocupando todas as posições. A nossa artilharia causou muitas baixas nas tropas inimigas à retaguarda, o que foi mais tarde confirmado por prisioneiros e desertores.

Depois de 4 dias de incessantes bombardeamentos sôbre as primeiras linhas e linha das Aldeias, diversas patrulhas inimigas tentaram penetrar, na madrugada de 7, em diferentes pontos da linha. A mais forte (de 180 homens) foi repelida pelas tropas do batalhão de infantaria 15; todas as outras foram igualmente repelidas sem terem podido atingir os seus objectivos.

Na madrugada de 8 continuou a actividade de patrulhas, tendo uma, composta de grande efectivo, tentado aproximar-se da esquerda do sector de Neuve Chapelle sem o conseguir, devido ao fogo da nossa artilharia e metralhadoras.

Na noite de 9, uma companhia do batalhão de infantaria 21, auxiliada por um destacamento da 3.^a Companhia de Sapadores Mineiros, efectuou um «raid» sôbre as trincheiras inimigas; este «raid» foi precedido de um violento bombardeamento das posições inimigas no qual tomaram parte a nossa artilharia de 75 milímetros e a artilharia pesada britânica que estava sob as nossas ordens.

O successo foi completo, atingindo todos os objectivos, fazendo prisioneiros, tomando material, destruindo abrigos da

2.^a linha e fazendo saltar um caminho de ferro Decauville. As nossas perdas foram ligeiras.

Pressentindo que o inimigo preparava um ataque para a manhã de 10, tomamos a iniciativa dum violento bombardeamento de artilharia e morteiros que contrariou a preparação. Dois desertores confirmaram que um «raid» de batalhão estava preparado, mas que o nosso bombardeamento tinha impossibilitado a sua execução.

Em 11 efectuamos novos bombardeamentos a fim de evitar a rendição e a chegada de reforços às tropas na nossa frente que deviam, segundo informações, realizar-se aquele dia.

Houve também grande actividade de artilharia sôbre a nossa frente e de patrulhas sôbre a direita, duas das quais tentaram penetrar no sector de Ferme du Bois, sendo fortemente repelidas.

Um novo «raid» executado por tropas especiais de assalto foi levado a efeito, na madrugada de 12, sôbre a direita de Fauquissart e esquerda de Chapigny.

O ataque foi lançado por três vagas de assalto, que foram completamente repelidas com enormes perdas, deixando nas nossas mãos 7 prisioneiros, 1 morto e algum material.

Em 13 a grande actividade da artilharia inimiga, muito acima do normal, continuava sobretudo na frente das nossas linhas, fazendo o inimigo um grande emprego de granadas de gaz.

Depois de um violento bombardeamento de artilharia e morteiros, diversas patrulhas inimigas, compostas de grandes efectivos, atacaram os sectores de Ferme du Bois, Chapigny e Fauquissart sendo todas completamente repelidas.

Por declarações de prisioneiros tivemos conhecimento de um plano de ataque do inimigo na manhã de 15, que procurámos contrariar por um intenso bombardeamento das linhas inimigas; a represalia a êste bombardeamento foi fraca.

Nos dias seguintes, bombardeamento intenso das nossas defesas avançadas, estradas e zonas da retaguarda, a fim de cansar o moral das nossas tropas.

Na madrugada de 19, sob o coberto de um fogo de barrage de artilharia, morteiros e metralhadoras, uma companhia do batalhão de infantaria 14 com um destacamento de Sapadores Mineiros entrou nas trincheiras inimigas em frente

de Neuve Chapelle, atingindo a linha de apoio, destruindo dois abrigos de beton, fazendo prisioneiros e tomando bastante material.

O inimigo tentando repelir-nos bombardeou as suas próprias linhas e contra-bateu o fogo das nossas baterias de Richebourg Santo Vaast.

A infantaria inimiga tentou mais uma vez, na madrugada de 20, depois de um forte bombardeamento sôbre a direita e esquerda de Chapigny, penetrar no centro dêste sector, o que não conseguiu devido ao fogo da nossa artilharia e deixando prisioneiro um sargento.

Em 21, dia do começo da grande ofensiva ao S. de Arras, o inimigo bombardeou Santo Venant e estacionamento do Q. G. do C. E. P. com peças de 380 milímetros. Nesta manhã, diversas patrulhas inimigas que tentaram atacar, foram repelidas.

A acção de patrulhas continuou ainda durante os três dias seguintes, sem que tivessem tirado melhor resultado dos seus esforços, sucedendo outro tanto com o bombardeamento de artilharia pesada e de campanha sôbre as nossas baterias e zonas da retaguarda até 26, diminuindo nos dias seguintes.

A actividade de patrulhas inimigas diminuiu também consideravelmente a partir desta data.

Em 3 de Abril uma companhia do batalhão de infantaria 2 efectuou um "raid" sôbre as linhas inimigas, tendo as tropas de assalto atingido a linha de apoio que encontraram desguarnecida.

Entre 3 e 6 de Abril as nossas tropas lançaram, por sua iniciativa, algumas patrulhas que foram repelidas. As duas artilharias mantinham a sua actividade normal.

*
* *
*

Entretanto, segundo um novo acôrdo entre os governos britânico e português, cujos detalhes foram regulados entre os comandos das tropas em França nos primeiros dias de Março, o C. E. P. conservando a sua organização como corpo de exercito devia proceder a uma nova distribuição das suas fôr-

ças de maneira a permitir que uma grande parte destas (quasi uma divisão) viesse repousar à retaguarda, repouso que bem merecido era depois de 10 menses consecutivos de pesado serviço nas trincheiras. As restantes tropas (uma divisão reforçada) conservar-se-iam na frente, subordinadas, sob o ponto de vista tactico, a um corpo de exercito britanico.

Esta mudança na organização do C. E. P. devia ser realizada na manhã de 27 de Março, mas em virtude da ofensiva que tinha começado em 21 foi adiada, só tendo lugar em 6 de Abril.

A partir das 7 horas de 6 de Abril, a 2.^a divisão reforçada, que ficava na linha, tomava a responsabilidade da defesa da frente, que tinha até então sido confiada às duas divisões do corpo, subordinada ao comando do XI Corpo do Exercito Britanico.

Portanto, a partir das 7 horas do dia 6 de Abril o Q. G. do Corpo do Exercito Português deixava de ter a responsabilidade da defesa do sector, que lhe tinha sido confiado em Novembro.

As tropas que não estavam em linha, deviam iniciar a sua marcha da area de Santo Venant para a de Samer, a qual lhe tinha sido destinada, em 8 de Abril.

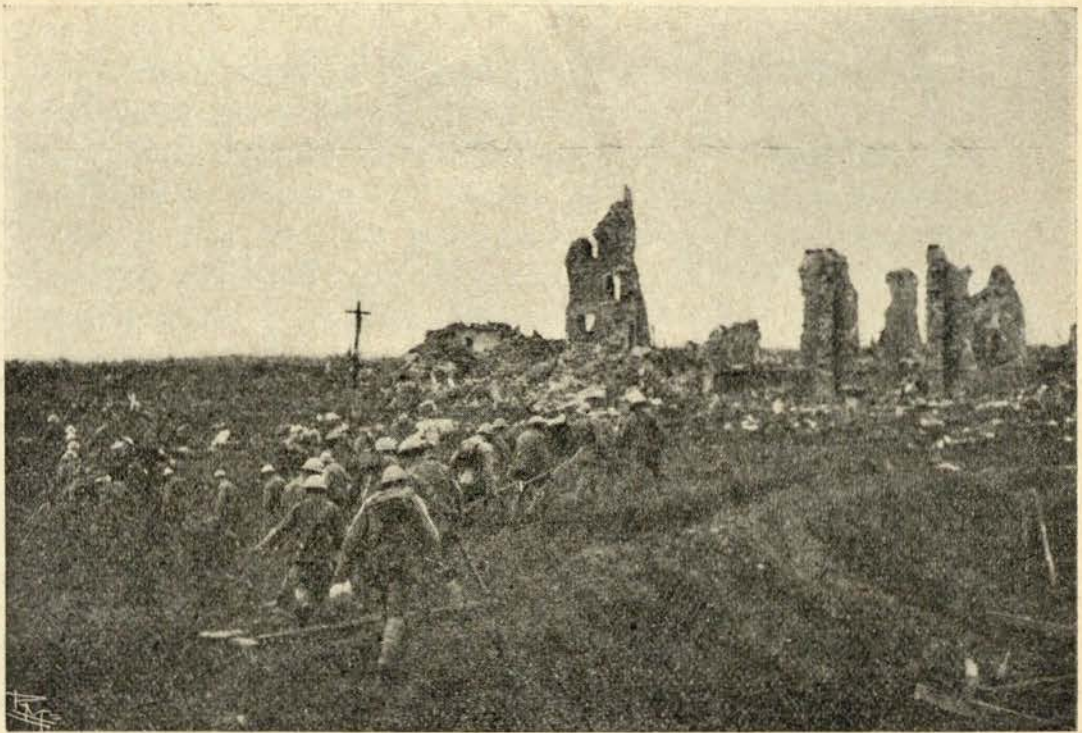
O Q. G. devia começar a funcionar em Samer em 12.

Em cumprimento de uma ordem recebida em 8, a 2.^a divisão devia retirar da linha na noite 9/10 estabelecendo-se como reserva do exercito na zona de Santo Venant.

Na noute desse mesmo dia, foi recebida do exercito uma ordem telegráfica transferindo esse movimento para o dia 9, dando origem, portanto, a que todas as tropas, incluindo o Q. G. do corpo, deixassem completamente livre até às 18 horas desse dia a zona de Santo Venant.

As ordens relativas aos deslocamentos que se deviam efectuar em 9, tendo por resultado a rendição nas trincheiras das tropas, que vinham a ocupar a zona de Santo Venant como reserva do exercito, tinham sido apenas expedidas quando, pelas 4 ¹/₄ horas da manhã explodia em Santo Venant a primeira granada de grosso calibre (380 milímetros) annunciando o ataque de 9, começo da batalha do La Lys.

Este bombardeamento matutino da pequena vila surpreendeu o Q. G. do C. E. P., que ali estava instalado havia quasi



Episódios da batalha de La Lys (9 de abril de 1918)

10 meses e donde devia partir nesse mesmo dia, seguindo as instruções recebidas na vespera.

Santo Venant tinha sido diversas vezes bombardeada por canhões de 380 milímetros tendo, provavelmente, como objectivo a gare ou linha ferrea, sendo esses bombardeamentos sempre executados ao anoutecer. Que significava êste bombardeamento às 4 horas da manhã? O que é que se passava na frente?

Recebemos comunicação telefonica de que toda a frente portugêsa estava sendo intermitentemente bombardeada.

Durante êste bombardeamento os comandos dos batalhões, brigadas e divisão eram mais particularmente visados. Pouco depois todas as comunicações entre os diversos comandos estavam cortadas; o bombardeamento continuava incessante, sôbre a nossa frente e zona da retaguarda, com tiros de bargagem especialmente sôbre todas as estradas e caminhos compreendidos entre a linha «B» e estrada de La Gorgue-Locon, tornando não só difficil como impossivel as comunicações por meio de agentes de ligação.

Depois desta preparação e auxiliado por um intensissimo nevoeiro o inimigo atacou, pelas 7,30 horas toda a frente (de preferêcia o sector de Fauquissart) occupada pelas nossas tropas, que foram surpreendidas, pois nenhum indício havia do ataque, precisamente no momento que elas se dispunham a sair das trincheiras conforme as ordens recentemente recebidas.

O Q. G. do C. E. P. tendo como meio de comunicação com a frente uma unica linha telefónica, só muito difficilmente obtinha informações precisas. Depois do dia 6, as tropas em linha tinham deixado de estar sob o seu comando tactico.

Soube-se apenas que pelas 9 horas e meia o flanco direito das tropas britânicas à nossa esquerda tinha sido roto pelo ataque e que pelas 11,30 horas a massa de infantaria inimiga, tendo repellido as nossas fôrças se encontrava na posse da nossa linha «B» e avançava no sector de Fauquissart entre esta linha e Pont du Hem.

Ignorando ainda totalmente a gravidade da situação e não tendo a responsabilidade da defesa que tinha passado integralmente, em 6, para o XI Corpo Britânico sob as ordens do qual se encontravam todas as tropas portugêsas

em linha, e reconhecendo a necessidade de evacuar a zona de Santo Venant, conforme ordens recebidas e não alteradas, o Q. G. do C. E. P. iniciou a sua marcha de Santo Venant para Samer, pouco depois das 12 horas.

Entretanto o ataque lançado pelo VI Exercito (von Quast) progredia sobre a frente compreendida entre o Canal de La Bassée e o Bois Grenier. Este exercito dispondo de 4 divisões em 1.^a linha, 4 em 2.^a e 3 em 3.^a, empregou o seu primeiro e maior esforço contra a frente ocupada pela divisão portugueza, a qual se bateu valentemente sendo obrigada a ceder perante as possantes vagas de assalto, que eram constantemente renovadas à medida que iam sendo esmagadas pelo fogo da defesa.

Em 4 de Maio último o "Telegramme" num dos seus artigos fazia um largo elogio à bela conduta das tropas portuguezas, desde os primeiros dias da batalha da Flandres.

Conforme ordens recebidas do XI Corpo Britânico, a quasi totalidade das nossas tropas veio estacionar na zona de Santo Venant, para onde retiraram sob a acção de um fogo constante da artilharia inimiga, que continuava a manter a sua actividade sobre esta vila e Aire-sur-la-Lys.

O batalhão de infantaria 15, constituindo um pequeno contingente pelos seus efectivos, mas grande pela sua coragem, conservou-se ao lado de tropas escossesas combatendo até que a sua acção se tornou inutil, indo depois juntar-se á divisão.

Este punhado de bravos, esgotados e sem alimento, entrando em Les Tourbières de espingarda em bandoleira e a passo de marcha, fizeram, passando por um oficial superior, a continência mais correcta e marcial que se podia exigir em manobras.

Tal era o moral e a disciplina dos ultimos portuguezes que regressavam da primeira batalha na qual tinham tomado parte sobre a frente ocidental.

*

* * *

Emquanto as tropas da 1.^a divisão continuavam a reunir-se na zona de Samer, todas as que, em 9, tinham retirado

da linha para a zona de Santo Venant iniciavam a sua marcha para aquela zona no dia seguinte, seguindo instruções recebidas das autoridades superiores britânicas.

Em 13 todas as tropas do C. E. P. se encontravam concentradas na zona de Samer.

Nesse mesmo dia duas brigadas de infantaria partiam novamente para a frente, indo depois juntar-se-lhes outras unidades, que cooperaram com divisões britânicas nos trabalhos de organização defensiva, contribuindo, se bem que fora da acção directa, com todos os seus esforços para a defesa da Flandres, na hora critica em que todos os aliados se reuniam com o mesmo fim.

*

* * *

Em 16 de Junho todas as tropas portugêsas que tinham podido ser reunidas, formando unidades, guarneciam a frente, quer, como a artilharia de campanha e pesada, encorporadas sob o ponto de vista tactico nas divisões britânicas, quer empregadas em trabalhos de organização defensiva, como infantaria, pioneiros, metralhadoras, sapadores mineiros e morteiros de trincheira. Outras unidades, tais como sapadores de caminhos de ferro, projectores, telegrafistas e destacamentos de trabalhadores prestavam o seu concurso onde o comando britânico o julgava necessário.

Nesse mesmo dia as unidades empregadas nos trabalhos de organização defensiva da linha do I exército ficaram sob as ordens directas do Q. G. da 1.^a divisão, constituindo a reserva de X corpo de exército, em substituição da 14.^a divisão britânica, que tinha sofrido pesadas perdas na defesa de três sectores da linha.

Entretanto apesar das dificuldades havidas na obtenção de material e animal, a reorganização das unidades continuava.

Em 4 de julho a 1.^a divisão portuguesa encontrava-se sob as ordens do quinto exercito, o qual tomou conta dos trabalhos até então confiados ao primeiro exercito, ficando algumas baterias de artilharia pesada e um grupo de artilharia de campanha sob as ordens dêste.

Em 24 de agosto, o general Tomaz António Garcia Rosado

substituiu no comando do Corpo Expedicionario Português o general Tamagnini.

Em 25 as tropas da 1.^a divisão ocuparam uma linha mais avançada e foram confiadas missões tacticas às brigadas como reserva de divisões britânicas em caso de ataque.

Em 4 de setembro o grande quartel general britânico apresentou as bases para a reconstituição de uma divisão portuguesa completa que tomaria a responsabilidade de um sector. Seria constituída uma divisão com os reforços que deviam começar a chegar do país, divisão que rendiria, após a sua organização, a 1.^a, permitindo a esta um repouso que ela bem merecia e que ainda não tinha tido depois da sua chegada a França.

Entretanto e em razão de um acordo havido entre os governos inglês, francês e português, o corpo independente de artilharia pesada, composto de 10 baterias, até então incorporado no exército francês, reuniu à Artilharia Pesada do corpo português.

Dificuldades de ordem diversa, sendo a principal a falta de transportes marítimos, impossibilitando a vinda dos reforços esperados, não permitiram a reorganização do corpo português tão rapidamente como era desejo de todos.

Foi atingida a data de 11 de novembro sem que esta reorganização estivesse completa e sem que as tropas portuguesas tivessem tido um repouso de tempos a tempos, como tinham as tropas dos outros exércitos. As nossas haviam, ao contrário, fornecido um esforço constante e ininterrupto, quer combatendo em linha, quer em trabalhos, aquelas unidades às quais a redução dos seus quadros em pessoal e material não permitia formar unidades combatentes.

A assinatura do armistício surpreendeu o C. E. P. em via de reorganização completa e tendo, contudo, em linha, ao lado das tropas britânicas, 3 batalhões de infantaria, os de Coimbra e o de Tomar, 10 baterias de artilharia pesada e 9 de artilharia de campanha, não contando outras unidades compostas de tropas especializadas, como sapadores de caminhos de ferro, telegrafistas, etc., que incessantemente prestaram o seu concurso.

Dada a completa falta de reforços e sendo os transportes empregados, na sua quasi totalidade, em reabastecer as expe-

dições, que se mantiveram constantemente ao lado dos ingleses e belgas na luta contra os alemães em Moçambique, foi precisa uma força de vontade extraordinária para conseguir armar e fazer mover unidades organizadas conscienciosamente. O abandono da luta pelo inimigo não permitiu ver o que poderíamos fazer na nova fase da guerra, durante a qual as tropas tinham abandonado as trincheiras e recomeçavam a guerra de movimento. As tropas portuguesas tinham feito 23 mezes de penosa campanha, sem que tivesse sido possível dar-lhes licenças, nem mesmo um repouso.

No primeiro de dezembro, data consagrada à autonomia da Pátria, o general Rosado depois de ter condecorado em parada de tropas alguns oficiais e praças, publicou a seguinte proclamação:

SOLDADOS!

«Passa hoje uma data gloriosa para a nossa Pátria. Quasi três séculos decorreram após o dia em que um punhado de heróis e de verdadeiros patriótas soube restabelecer a independência e autonomia de Portugal, após 60 anos do domínio estranho. Êsses nossos antepassados não duvidaram arrotar com todos os perigos, para libertar a terra que lhes serviu de bêrço.

O heroísmo dêsses nobres portugueses, nunca até hoje foi esquecido. Tem sido, sempre, com muito respeito a par de muito reconhecimento, que as sucessivas gerações veem comemorando data tão notável.

A vós, soldados, pediu-vos o Govêrno da Nação o melhor dos vossos esforços, não para libertar a Pátria do jugo estrangeiro, porque felizmente de então até hoje ela se tem mantido autónoma e livre, mas para enfileirar ao lado da nossa mais antiga aliada, a Inglaterra, de todos aqueles que combatiam um poder que ameaçava destruir a existência das pequenas nacionalidades.

Hoje, como então, um punhado de portugueses pôs ao serviço do seu país, do nosso Portugal, tôda uma série de enormes sacrifícios, desde o afastamento do lar até ao risco da própria vida, para que a nossa Pátria pudesse, de cabeça bem

erguida, afirmar a todo o mundo que tem direito a viver, livre e independente, como desde 1640 lhe vem acontecendo.

Aos que levaram o seu sacrifício até à morte, em meu nome e de todos os portugueses eu deixo aqui consignada a expressão de uma infinita saudade e de uma eterna gratidão.

A todos aqueles que os acasos da guerra levaram a ficar prisioneiros e estão neste momento regressando ao convívio dos seus companheiros de armas, as minhas saudações de boas-vindas, como seu chefe e como português.

E a vós soldados, que tivestes a dita de colaborar com os nossos aliados, até agora que a luta em que andávamos empenhados está prestes a atingir o seu termo, eu, vosso chefe, exorto-vos a cumprir, até final, o vosso dever.

Prolongai um pouco mais os vossos sacrifícios, mostrando-vos prontos para a luta, se por acaso tiver de recomeçar, mantendo uma irrepreensível disciplina militar e um porte tal nas vossas relações com a população civil, que vos torneis credores do seu respeito.

A vós pertencem, integros, os louvores que os vossos concidadãos entendam merecer os serviços prestados; a mim vosso chefe durante a sua última e curta fase, apenas me cabe a honra de vos haver comandado e assim me considero plenamente recompensado por todos os trabalhos e preocupações que o exercício dêste cargo me acarretou.

Acompanhai-me, em espírito, neste brado bem sentido de soldado e de português:

Viva o Exército Português! Viva Portugal!

Q. G. do C. E. P. em 1 de dezembro de 1918.

(a) TOMAZ ANTÓNIO GARCIA ROSADO

General»

(Do relatório do Estado Maior)

Por terras de Africa

**Pelo heroismo duns, pelo valor de muitos
e pelos sacrificios de todos
se honrou ali a bandelra da Patria!**

No cumprimento do dever que lhe impõe a sua divisa «Pró Patria», dedica hoje a *Revista Militar* um numero especial àqueles que na Europa e em Africa pelo seu valor ennobreceram e exaltaram a farda do soldado português, honrando, assim, a Nação e tornando lembrados a muitos os ensinamentos da História, onde aquele nome refulge em caracteres de ouro.

Fiel a essa divisa bem procedeu a *Revista Militar*.

Honrar e exaltar os nomes de todos êsses nossos companheiros de armas é um dever patriótico, mais que um dever, uma necessidade, porque no momento histórico, que atravessamos, é mister não deixar sossobrar as Instituições Militares, é mister clamar bem alto que nelas a abnegação e o sacrificio constituem a norma de proceder de todos, oficiais e praças, e que essas Instituições só perduram pela grandeza moral dos seus membros.

Elevar, pois, o exército, tornando-o digno da Nação, é dignificar a própria Nação, é como que fazer incidir sôbre a Mãe Patria o brilho das qualidades dos seus filhos.

E nada ha mais próprio para dignificar o exército do que apontar à posterioridade os feitos valorosos, os actos de abnegação e sacrificio praticados por aqueles que, tendo recebido na educação militar os ensinamentos do brio e da honra, procederam nos campos de batalha por uma forma tão alevantada e heroica que souberam chamar sôbre si, e portanto sôbre a Patria, as atenções dos povos cultos, que viram nêles os propulsores de uma nova civilização, os apóstolos da religião do Bem, da Justiça e da Liberdade, em cujas asas protectoras a Humanidade inteira procura refugiar-se.

Nessa luta gigantesca a que durante quatro anos o Mundo assistiu, preso de uma ansiedade febril, sob uma pressão nervosa, que o esmagava; nessa luta onde a Sciencia, encarnando o génio do Mal, pôz à sua disposição os produtos dos trabalhos de laboratório de longa data meditados, não para bem da Humanidade, não para a felicidade dos Povos, mas para a sua destruição e aniquilamento; nessa luta em que dum lado se batalhava por um ideal de opressão, de soberania e mando e do outro pela Liberdade, irmanando os Povos nos mesmos sentimentos de affecto; nessa luta, diziamos, houve, é certo, de parte a parte, muitos actos de valor a registar, muita dedicação a patentear.

Pois bem.

Perdida entre os milhões de homens, que à liça foram chamados, lá se encontrava nos campos da Europa uma simples divisão do exército português!

Era ali a representante duma raça antiga de ousados navegadores, de valorosos soldados, que outróra haviam assombrado o Mundo pelo arrojo das suas descobertas, pela temeridade dos seus actos; era uma nova «Divisão Auxiliar» émula da que pela sua bravura e coragem tanto se distinguira nas steppes da Russia sob o comando supremo dos mais valentes generais de Napoleão I.

Franceses, ingleses, belgas, americanos; italianos, sérvios e montenegrinos, praticaram ali, é certo, actos de grande bravura, individuais e colectivos; mas todos êsses povos pugnavam, uns pela sua própria Liberdade e Independencia, ou ainda pela satisfação de antigas reivindicações, outros pela manutenção da sua Supremacia.

Apenas nós, os Portugueses, combatiamos pelos ideais de todos!

E nessa sagrada missão, que nos havíamos imposto, soubemos cumprir — clamemo-lo bem alto — o nosso dever.

Á dedicação, à abnegação e aos sacrificios dos demais povos opozemos iguais qualidades, sofrendo os horrores de uma guerra especial de trincheiras em climas frigidissimos, a que o nosso temperamento peninsular jámais se poderia acostumar.

Aos actos de bravura, aos actos de coragem e valor militar praticados pelos soldados das mesmas nações opozemos

iguais acções, não cedendo nunca terreno ao inimigo sem lhe fazer sofrer enormes perdas e pagar caro a sua ousadia, regando com o sangue português o sólo da Patria estrangeira, onde as sepulturas de muitos obscuros heroes ficarão a atestar perante a história a cooperação do nosso país em tão tremenda e horrivel catastrophe!

Assim procedemos na Europa.

Mas não se limitou ao envio de forças à frente europeia o concurso de Portugal na Grande Guerra.

Não.

Outros padrões de gloria fica-lo-hão a atestar em Africa.

É aí nessas terras esbrazeados por um Sol ardente, nessas vastas planuras, aridas, desertas, sem uma choupana para abrigo, sem um manancial que mitigue a sede, afastados de todo o convívio, sem conforto, auxílio ou esperança, num isolamento que enerva e apavora, contando só consigo, sob a acção insalubre dum clima que traiçoeiramente fere e mata; é nesses milhares de quilometros palmilhados em várias direcções, em etapas forçadas, em procura do inimigo, que foge e se esquivava ao contacto, levando o desânimo aos que lutam numa tão ingloria tarefa, é, emfim, em Moçambique, que a acção das nossas forças, e o esforço de Portugal na Grande Guerra se fez bem sentir.

De 1914 a 1919, ou seja num período de cinco anos, alguns milhares de soldados de Portugal deixaram o torrão patrio para ali manter e enaltecer o prestígio da nossa soberania e desses milhares muitos não regressaram, mortos, uns no campo da honra, outros, e estes em muito maior número, pela acção do clima, e ainda, entre os repatriados, um grande número terão voltado aos seus lares, anemiados e aniquilados fisicamente para todo o sempre, pobres infelizes, a quem o pão quotidiano será bem amargo pela incapacidade de o adquirir pelo trabalho, que honra e ennobrece.

Tenho visto já, por vezes, dirimir-se o pleito sobre onde terá sido mais ardua e mais perigosa a acção das nossas tropas: se na Europa se em Africa.

Não façamos comparações. Não.

Todos souberam cumprir galhardamente o seu dever e pelo procedimento heroico de uns, pelo valor de muitos, e pelo sacrificio do conjunto, todos mereceram bem da Patria.

Heroísmo, valor e sacrificios não se medem nem se comparam.

Se o meio em que a sua acção se desenrolou foi diferente — e quão grande é o contraste entre o conforto na Europa e o isolamento em Africa! — se diferente foi, num e noutro campo de operações, o poder ofensivo do inimigo e os meios de destruição de que dispunha, nós só devemos aquilatar o heroísmo e valor desenvolvidos e os sacrificios sofridos pelos benefícios à Patria advindos do conjunto de todos êsses esforços e pela sua apreciação bem podemos proclamar Benemeritos os soldados de Portugal, que, quer na Europa quer na Africa tanto o honraram, dizendo-lhes como o Poeta :

“Ditosa Patria que tais filhos teve” !

Em M’kula

Durante 4 dias uma companhia de infantaria resiste heroicamente ao inimigo dez vezes superior em efectivos. O general alemão Lettow presta homenagem aos heroicos defensores entregando as espadas aos oficiais feitos prisioneiros.

Nessa luta ingloria travada no sertão de Africa contra as hostes aguerridas dos askaris comandados por oficiais alemães, que escapando-se pelas malhas da rede que as cercava punham um tanto de desorientação no ataque a efectuar, porque, como impelidas por uma força invisível, surgiam de subito, percorrendo étapes inconcebíveis, surdindo, ora daqui, ora dali, com o manifesto intuito de cançar, desorientar e fatigar as forças cercantes; nessa luta, não podia, pela própria natureza da guerra de guerrilhas trazida pelo inimigo ao nosso território, ter sido brilhante a nossa acção militar.

Falhos de recursos, reduzidos os efectivos pelas doenças que dizimavam as fileiras, com tropas indigenas mal instruídas, educadas e preparadas, com quadros europeus à pressa constituídos, com tropas europeias de instrução deficiente, atinge as raías do inverosimil que, apesar de tudo, contra tudo e contra todos, as forças portuguesas tivessem ainda ocasião de se distinguir.

E assim foi !

Se em Newala as nossas tropas constituindo a coluna de Massassi, depois de lutar e de opôr ao inimigo uma resistencia formidavel, aniquiladas, arrasadas por marchas de centenaes de quilometros, exaustas pela fome e sêde, isoladas, sem ter esperança de auxilio algum, consumindo até ao ultimo cartucho para afugentar o sitiante, que, confiado no successo da operação, mais e mais apertava os tentáculos de cêrco, levando ao paroxismo a dôr e o sofrimento; se as nossas tropas puderam, após 8 dias dum verdadeiro martirológio, efectuar pela calada da noute uma retirada por surprêsa, épica e trágica, em que os fugitivos, errantes nas trevas, dilaceravam as carnes nos espinheiros do mato, procurando numa ansia de Liberdade alcançar o Rovuma; se nessa retirada não sabemos que mais admirar, se a energia para a efectuar, se os atrozes sofrimentos a que deu origem, podendo chamar-se ao cerco de Newala o cêrco do Sofrimento: temos a opôr-lhe o heroismo dessa companhia de infantaria, que no Alto da Serra de M'kula, tambem isolada, sem esperança de receber refôrços, resiste eficazmente ao assalto em regra de forças alemãs, 10 vezes superiores em efectivos, inflingindo-lhes graves perdas, só deixando de combater, quando, pela impossibilidade de o fazer era constituída prisioneira!

Bravos e heroicos soldados!

Como é consolador para a nossa alma de portugûes e de militar rememorar estas façanhas, estes belos actos de heroismo, sentindo apenas que a minha pena não possua o brilhantismo preciso para lhe imprimir todo o colorido e calôr, fazendo ressurgir nos seus mais pequenos detalhes essas páginas gloriosas da campanha de Moçambique.

Se, para mim, Newala é o sofrimento levado à loucura, M'kula é a loucura do heroismo!

Tentemos descreve-lo.

Fraccionadas as fôrças do corpo expedicionário por forma a impedir o avanço do inimigo no nosso território, foi organizado o sector de defesa a oeste do Lugenda, sendo as seguintes as suas forças constitutivas:

Na Serra M'kula, a 45 quilómetros de Nanguar — 1.^a bateria indigena de metralhadoras, 4.^a companhia indigena da

Beira com 3 pelotões; no Monte Oizulo, a 200 quilómetros de Nanguar, um pelotão de infantaria indigena, nos Montes Macolnes, uns 360 a 400 quilómetros de Nanguar, uma companhia de infantaria indigena com 2 pelotões.

Em Nanguar o depósito de viveres e munições.

Comandava as forças a oeste de Lugenda o capitão de infantaria Francisco Pedro Curado, oficial a quem já tive ocasião de me referir nas páginas desta Revista.

Informações recebidas de diferentes origens davam como certa a passagem de uma forte coluna inimiga com o intuito de atingir N'gomano.

Não havia tempo a perder.

O capitão Curado deixando em Nanguar o alferes Salgado com ordem expressa de em caso algum deixar cair na posse do inimigo o depósito de viveres e munições, retirou para M'kula a fim de êle próprio assumir o comando das forças alojadas na Serra.

Era, segundo a opinião dêste oficial, uma boa posição para todo o destacamento de Nanguar, que dispunha de mais quatro companhias; mas pessima para um efectivo inferior a uma companhia, pelo que o capitão Curado resolveu imediatamente escolher nova posição procedendo desde logo aos reconhecimentos indispensaveis.

Estava-se a 1 de Dezembro de 1917 e nessa data chegaram à posição informações de que forças inimigas se aproximavam com o intuito de atacar a Serra M'kula.

Impunha-se perante tal noticia a mudança de posição, para uma série de cristas de alturas a uma distância de 3 quilómetros, e assim, trabalhando afanosamente, debaixo de uma chuva copiosa, todos, oficiais e praças europeias e indigenas, conseguiram num lapso de tempo de 8 horas efectuar a mudança.

Na própria tarde e noute de 1, sob a direcção dos capitães Pimenta e Rego, se construíram abrigos para atiradores deitados nos pontos mais avançados da posição.

Da primitiva posição à recentemente ocupada ficaram escalonados três postos ligados por patrulhas.

Eram uns postos avançados de combate dominando o caminho a seguir pelo inimigo e destinados a dete-lo, tanto quanto possivel, no seu avanço.

Dividida a posição em sectores era imprescindível fortifica-la.

E assim se fez.

Com que meios?

Sem enxadas, e apenas com algumas picaretas e pás já mui gastas, num terreno de natureza mui pedregoso, era difficil a tarefa.

Não desanimaram, porém, os bravos defensores.

Todos, officiais e praças, se lançaram ao trabalho à porfia, conseguindo através de tudo e após um dia de labor extenuante a abertura de trincheiras e a construção de abrigos.

Tudo a postos!

Foi então a ordem dada.

E dentro de cada trincheira, graduados e praças, sabendo bem que tinham de resistir até à ultima, levando ao extremo a opposição ao assalto do inimigo, aguardavam numa ansiedade febril, num alérta constante, embrulhados nas suas mantas ou capotes, o nascer do dia.

250 homens—de tanto eram as nossas forças— iam, emfim, receber o choque desses aguerridos askaris, de quem os alemães haviam conseguido fazer uma tropa de élite.

Cinco horas da manhã!

Rompia o dia 3 de dezembro e com êle o fogo inimigo, iniciado pela infantaria e metralhadoras, que em rajadas procuravam varrer as cristas por onde tinham de passar e que certamente julgavam ocupadas.

O fogo aumenta de intensidade e perante êle as 15 praças indigenas que guarneciam o posto de combate mais avançado desertaram à vista do inimigo deixando-lhe, assim, o caminho livre!

Este, desdobrando-se em atiradores, aproveitando bem as anfractuosidades do terreno, avança cautelosamente numa determinada direcção esboçando o ataque a um outro posto.

A defesa, porém, mantem-se.

Sob uma disciplina de fogo, mais rigorosa possivel, o fogo por descargas e as salvas de metralhadoras vão detendo o inimigo no seu avanço, que ora sóbe ora desce, ora se inflecte para um e outro lado, como que procurando os pontos mais vulneraveis para o sitiado.

Ao seu ardor combativo, ao crepitar da sua fuzilaria

opõem os defensores igual energia e ardôr e, assim, após 7 horas dum fogo incessante, o inimigo retira tendo sofrido muitas baixas.

A sua retirada era, porém, apenas um estratagema de guerra e não uma confissão de derrota.

Perante a resistencia tenaz e persistente dos defensores de M'kula o inimigo, supondo-os em muito maior efectivo, ia sómente aguardar a chegada de novos reforços, de tropas frescas, para com elas se lançar ao assalto da posição, que lhe barrava o caminho.

A retirada permitia, porém, um descanso aos nossos, não só para se refazerem um pouco das energias despendidas, mas ainda para através de todos os obstáculos aumentarem o poder defensivo da posição pela abertura de novas trincheiras e abrigos para metralhadoras, e aperfeiçoamento das já existentes e remoção de pedregulhos.

Nestes trabalhos se passaram os dias 4 e 5 de dezembro.

Na noite de 5 observava-se já na base da Serra na direcção E da posição, fogos demonstrativos de acampamento de tropas e da intenção do inimigo em efectuar o ataque por mais de uma coluna.

Assim se realizou com efeito.

No dia 6, também ao romper do dia, o inimigo desdobrava-se iniciando o ataque.

la recommençar a luta.

Logo de princípio se notou que o inimigo dispunha de maior número de metralhadoras, maiores efectivos de infantaria e um cuidado especial em visar, por atiradores expeditos, os abrigos das nossas metralhadoras, chegando esses atiradores a enfiarem balas pela abertura da blindagem, que protegia uma das secções.

No inicio o inimigo desenvolveu o ataque no terreno onde o desenvolvera no dia 3, onde a breve trecho tentava, por vezes, deslocar forças para envolver a nossa posição, o que não conseguiu devido ao fogo de infantaria por descargas e ao admiravel manejo e funcionamento das metralhadoras.

Sómente a coberto e protegido por pedregulhos êle alcançara aproximar-se mais de uma das frentes.

Decorrem as horas, e o combate, com variantes de maior ou menor intensidade, durou até ao pôr do Sol.

O porte das nossas forças foi admirável de coragem, presteza e sangue frio!

Aproveitando, porém, a escuridão da noite o inimigo, como que tateando o terreno, pôde, a coberto, aproximar-se mais dos defensores, de modo que ao romper do fogo, no dia seguinte, a posição era já apalpada em tôdas as direcções e sentidos por patrulhas de combate dirigidas e orientadas por graduados europeus que tentavam aproximar-se e reconhecer tôda a linha de resistência.

O cruzamento dos nossos fogos e a disciplina de fogo mantida com energia opõem-se mais uma vez ao seu intento, permitindo por esta forma que decorresse mais um dia de ataque, sem que o inimigo lograsse atingir o objectivo, não obstante a violência nêle desenvolvida, empregando maiores efectivos de infantaria e metralhadoras do que no dia anterior. Estava, porém, a terminar uma tão tenaz resistência.

No dia 8 de dezembro, com uma precisão matemática, o combate iniciava-se às 5 horas da manhã, mas com uma terrível intensidade a que os nossos respondem com igual precisão e firmeza.

Mas, ah! nesse dia o inimigo como que tendo reservado para o fim o emprego do máximo da sua força e potência vinha ao assalto dispondo também de artilharia.

Desde então desaparecia para nós a probabilidade, não já de êxito, mas de prolongar ainda por mais alguns dias a resistência, o que poderia permitir a chegada de reforços em nosso socorro.

Pelas 6 horas uma divisão de artilharia inimiga rompe o fogo empregando granadas com balas, alvejando com os seus tiros, quer as nossas trincheiras de combate, quer os abrigos blindados das metralhadoras.

Decorreram três horas em que a luta travada atingiu o máximo de intensidade.

Com uma bravura épica os nossos resistiam agarrados às espingardas e às metralhadoras dizimando também os assaltantes, que avançavam protegidos pela artilharia.

Cercadas por todos os lados, como que envolvidas por uma rêde, cujas malhas mais e mais se iam apertando, as forças portuguesas viam que impossível era obrigar o inimigo a retroceder.

Cousa alguma os intimida, porem.

Todos por um e um por todos, como que suggestionados pela auréola de sacrificio, ninguem arreda pé, até que um acontecimento grave veio mudar a face à situação do combate.

O inimigo apoderava-se das fontes do abastecimento de água!

Era o inicio da derrota!

Pelas 10 e meia horas o inimigo, conscio da supremacia moral e material que ia tendo sôbre a diminuta guarnição, começou a dirigir um fogo brutalmente intenso sôbre tôda a posição.

Fogo vivo, de infantaria, de metralhadoras e de artilharia, envolveu os nossos num circuíto de ferro e metralha.

Fogos de barragem eram dirigidos à frente e retaguarda das nossas trincheiras por forma a impedir todo o contacto e ligação, mas as nossas metralhadoras continuavam na sua faina inalteravel de destruição e detenção do inimigo. A nossa infantaria imperturbavel na sua disciplina de fogo por descargas!

As espingardas queimavam, não se lhes podia tocar!

Ninguem se podia mecher fóra das trincheiras ou abrigos!

Ao meio dia, após 7 horas dum crepitar impetuoso e incessante, a infantaria inimiga, a coberto dos pedregulhos, consegue apoderar-se de uma parte das nossas trincheiras.

Era a derrocada final!

Um pouco mais e a partida estava perdida.

Assim foi!

Às 13 horas inicia-se o assalto geral à posição. É então indiscritivel o que se passa.

Cardumes de negros trepando os ultimos declives das encostas lançam-se como um furacão, devastando tudo na sua passagem, terrivelmente fortes na sua supremacia de número e na ambição da pilhagem.

Agarrados às metralhadoras, os nossos, numa ânsia de desespero, impotentes já para deter a avalanche, com a alma dilacerada, são os próprios que inutilizam estas máquinas de guerra, que tão relevantes serviços haviam prestado à defesa, para que o inimigo as recebesse incapazes de fazer fogo!

Grupos de soldados indigenas, comandados por outros

indigenas fazem aqui e ali fogos por descargas, mas a quasi totalidade da nossa infantaria indigena consegue escapar-se, de armas na mão, escoando-se pelas ravinas.

A luta tornara-se inutil!

Constituindo o grupo do Desespêro, officiaes e soldados, firmes, altivos e heróicos, formando o último baluarte da resistência, são feitos prisioneiros pelo inimigo!

O comandante, capitão Curado, com 8 officiaes, 17 sargentos, os cabos e soldados europeus e 36 praças indigenas, eis o que restava da companhia de infantaria, que durante 4 dias sustentara uma formidavel luta com as aguerridas hostes alemãs!

Á máxima bravura manifestada pelos valentes officiaes e soldados durante essa defesa, que perdurará na história das campanhas coloniais como uma das suas mais belas jóias, engastada no heroismo, correspondeu, como prisioneiros, a maior inteireza e firmeza de character.

A honra da bandeira de Portugal mantinha-se ali altiva e heróica!

Para vencer, subjugar e aprisionar uma simples companhia de infantaria com 5 metralhadoras, tiveram os alemães de empregar um efectivo de 2.000 askaris e mais de 250 europeus, divididos por 8 companhias e com 10 metralhadoras e uma divisão de artilharia!

Comandavam-nos os próprios comandantes em chefe, generais Whale e Won Lettow e o governador geral da colónia alemã Won Schneec.

Que dizer mais?

**Empolgado por tanto heroismo o inimigo presta
aos prisioneiros as maiores atenções e respeito**

Acabava de se desenrolar no interior do sertão, no Alto da Serra M'kulla, uma verdadeira tragédia, mas cheia de actos de heroismo e abnegação.

Restava a segunda parte: o sofrer em silencio, com altivez e dignidade, as insolencias e os vexames do vencedor.

Conhecendo os tradicionais actos de opressão e despotismo empregados pelos alemães sobre os pobres prisioneiros de guerra, pondo de parte tudo quanto de digno e humano se

encontra a tal respeito prescrito no Direito Internacional, calcule-se a depressão moral que sentiriam os nossos oficiais e sargentos ao verem-se em poder do inimigo, à sua mercê e discrição.

Mas,—oh! mágico poder do valor militar,—o inimigo como que dominado pela supremacia daquele punhado de bravos, desfaz-se em atenções e respeito, empregando todos os seus esforços e boa vontade para lhes suavisar a sua triste situação.

Ao entrar na posição o primeiro cuidado do general alemão foi mandar chamar pelo seu chefe de estado maior o coronel comandante das forças portuguesas.

O coronel!

Ao ser-lhe dito que era um simples capitão de infantaria o comandante da defesa, foi grande o seu desapontamento e decepção, sentindo-se como que envergonhado da soma de energias despendidas, do sacrifício de vidas feito, para poder aniquilar um pequeno destacamento de comando de capitão.

Então, o general Wale, preso de uma grande comoção, passando duas vezes o seu braco direito pelos hombros do capitão Curado, ordenou lhe fossem buscar o capote entregando-o ao seu moleque.

Marcado aos prisioneiros o lugar do estacionamento, e acompanhados por um capitão alemão, êste oficial, durante o caminho, enalteceu, mostrando-se muito atencioso e obsequioso, as qualidades dos nossos soldados, europeus e indígenas, admirando-se como êstes haviam aprendido com facilidade o manejo das metralhadoras.

Pouco depois era o chefe de estado maior quem, em nome do general, vinha pessoalmente apresentar ao capitão Curado as suas desculpas pelos desmandos cometidos pelos askaris, difíceis de evitar, e notificar-lhe que as bagagens, que haviam conseguido reunir, estavam devidamente guardadas e lhes iam ser entregues. Um favor apenas pediam: o de lhes darmos os artigos de roupa que os oficiais podiam dispensar, visto que indo ser postos em liberdade, tinham facilidade em os adquirir, ao passo que êles nada tinham, e, desabotoando o seu dolman, mostravam a pele a nú!

Onde, porem, as atenções prestadas atingiram o requinte da amabilidade, foi nas honras funebres prestadas ao desditoso

tenente de infantaria 21, Viriato Sertorio Correia de Lacerda, gravemente ferido por ocasião do assalto, quando no auge da luta, agarrado à sua metralhadora, numa ânsia de desespero, procurava inutilisá-la, a fim de que o inimigo dela se não pudesse servir.

Este oficial, um dos mais trabalhadores, mais modestos, mais lial, distinto, valente e patriota que, no dizer do capitão Curado, tem pisado as terras do Niassa, fôra, graças aos incansáveis cuidados do dr. Valadares, transportado imediatamente à ambulância inimiga, onde os médicos alemães dirigidos pelo dr. Muler o operaram e lhe fizeram tudo o que era possível para o salvar, infelizmente sem sucesso, porque o tenente Lacerda vinha a falecer pouco depois.

Marcado o dia e hora do funeral pediram os médicos alemães ao dr. Valadares para assistir à busca dos bolsos do uniforme do malogrado oficial e tudo que nêles encontraram foi entregue ao comandante da bateria.

Vestido com o seu uniforme de campanha foi o cadáver transportado em maca por 4 praças europeias da secção de metralhadoras, que o falecido comandava, precedido pelos nossos oficiais, por todos os graduados de uma companhia indígena inimiga, pelo chefe do estado maior e pelo governador alemão que dirigiu o funeral.

Junto ao coval estava postada a força que lhe prestou as honras funebres e deu as descargas do estilo.

Um pouco antes do cortejo chegar ao local onde se abrira a sepultura, todos fizeram alto, formando alas, passando o feretro pelo meio.

Com os soluços estrangulados na garganta, numa opressão indiscriminável, a que o cenário rûde e aspero das montanhas, dava um cunho especial, os nossos oficiais e praças, mãos nos k epis, saudaram militarmente, pela última vez, os restos do seu infortunado companheiro de armas, saudação em que foram acompanhados pelos oficiais alemães, que, assim, naquele momento solene, graves nos seus uniformes gastos por uma tão longa campanha, davam um público testemunho de respeito e admiração pelo valor militar portug es!

Antes do cadáver baixar   sepultura foi dito ao capitão Curado, que se desejava dizer o último adeus ao seu bravo subalterno, usando da palavra, o podia fazer, e, depois que a

terra ocultou para sempre os restos mortais do tenente Lacerda, todos, portugueses e alemães, foram, um a um, deitar um punhado de terra no coval.

Tocante e sensibilizadora cerimonia!

Não tinha sido até então notificado ao capitão Curado quais as condições em que seria dada a liberdade aos prisioneiros.

Iam sabe-lo a breve trecho.

Findo o funeral do tenente Lacerda o governador da colônia alemã chamou o capitão Curado a uma conferencia travando-se entre êles o seguinte diálogo:

— Resolvemos dar a liberdade a todos, mas necessitamos de algumas garantias; quanto aos officiaes, o compromisso de honra de não combater mais os Impérios Centrais, quanto a sargentos e aos europeus o de não combaterem mais em Africa.

— Impossivel aceder. Pelos regulamentos portuguezes não é permitido às praças tomarem tal compromisso de honra, nem eu lho permito; quanto aos officiaes vou consulta-los.

Embora sabendo de antemão qual a resposta que os officiaes dariam, não quiz o capitão Curado deixar de os consultar a tal respeito.

Não se havia enganado.

Todos os officiaes, sem hesitações, irmanados no mesmo sentimento de brio e honra responderam:

— Não empenhamos a nossa palavra de honra, nem tomamos compromisso algum.

Dado conhecimento ao general Wale da briosa resolução tomada, que era de resto a doutrina do nosso regulamento de campanha, achou êle boa essa disposição, e declarando que não era capaz de pedir qualquer cousa que fosse contrária à honra dos nossos officiaes, informou-os de que lhes daria a liberdade.

Liberdade!

Palavra mágica que ecoou ao ouvido dos pobres prisioneiros, galvanizando-os, modificando por completo, num momento, a situação desesperada em que se encontravam numa radiante aurora de esperanças; e o quadro sombrio, rude, selvagem, das alturas cobertas de mato e de pedregulhos, que dias antes constituira o scenário duma tragédia épica, tomou

desde aquela meiga palavra—Liberdade!—aos olhos dos nossos, o aspecto da mais ridente paisagem de Portugal, esquecendo num instante todas as agruras, todos os sacrifícios passados!

Não tinham estes chegado, porém, ainda ao seu fim.

Não.

A 10 de dezembro os oficiais e soldados portugueses abandonaram a posição de M'kulla devidamente escoltados por uma força alemã de protecção para a fácil passagem das linhas do inimigo.

Á hora da partida o governador geral da colónia alemã e o chefe de estado maior, em nome do general, vieram apresentar aos seus prisioneiros da véspera os cumprimentos de despedida e os desejos de uma feliz viagem.

E o general Won Letton, o organizador da defesa do Leste Africano, não deixou de os vir saudar também, cumprimentando-os militarmente já quando êles iam em marcha.

Que singular influencia exerce o valor heroico, o culto, levado ao extremo, do brio e da honra!

É que naquele punhado de bravos os generais alemães viram os descendentes de uma raça audaz, outrora forte e nobilitada por homéricas façanhas.

É que o seu orgulho militar encontrou pela frente quem lhes desse lições de bravura, coragem, dedicação e espirito de sacrifício, no mais elevado gráu em que estas virtudes militares podem ser possuídas.

Soberba e admiravel lição lhes deram os nossos oficiais!

Tinha findado a acção militar, ia recommençar o tradicional martírio da travessia do sertão.

Não é meu intuito descrever o que foi essa longa caminhada de 13 dias, num percurso aproximado de 450 quilómetros, de M'kulla a Mocimboa do Rovuma, em que os oficiais e praças, quasi descalços, rôtos, famintos, passando dias e noutes debaixo de chuva, frugalissimamente alimentados, dormiam sobre a terra, ao relento, sofrendo as maiores agruras.

A sua simples enumeração diz mais que tudo quanto a minha descolorida pena pudesse produzir.

Em 23 de dezembro terminava o seu martírio, alcançando Mocimboa do Rovuma.

Então um espectáculo enternecedor os aguardava, e que bem devia calar na sua alma de soldados valorosos.

O comandante da expedição, coronel Tomaz Rosa, que, pelo procedimento heroico dos seus subordinados, compartilhara, como seu chefe supremo, do lustre que êle fizera incidir sôbre a força portuguesa, ordenara que nos postos de vigilancia as respectivas guarnições prestassem as devidas honras militares a quem em M'kulla escrevera mais uma brilhante página da História Pátria.

E é assim que, êsses militares, esqualidos, famintos, rôtos, nús e quási descalços, tisonados pelo sol ardente, tendo nos rôstos espelhados os sacrifícios passados, eram recebidos, nos postos militares, de guarnições formadas, abatendo-se à sua passagem, as espadas dos oficiais e tocando o sinal de continencia os clarins, cujos sons estridentes ecoando pelos montes e vales como que queriam dizer:

Honra aos defensores de M'kulla!

Viva o Exército Português!

Está terminada a minha tarefa, restando-me apenas indicar os nomes daqueles que entre os bravos mais ainda se distinguiram.

Foram êles:

Tenente medico miliciano Abel Alves Valadares, e soldado da companhia disciplinar, Joaquim Batista Barreiros, do comando das forças.

1.^a bateria indigena de metralhadoras: capitão, Paulo Augusto do Rego; tenente, Henrique de Sousa; alferes, Paulo Benard Guedes; 1.^o sargento, José Joaquim Santos Fernandes; 2.^o sargento, Antonio Joaquim Esperto e 1.^o cabo, Antonio Frederico Romão; soldados, Jorge Augusto de Figueiredo, Alfredo de Almeida; 1.^o cabo, Manuel de Paiva; soldado, Francisco de Paiva.

4.^a companhia indigena da Beira: capitão, Henrique Alves de Ataíde Pimenta; alferes, Abilio Lourenço; 1.^o cabo, Carlos de Matos.

29.^a companhia indigena: alferes do quadro privativo, Manuel dos Santos Brito.

2.^a bateria indigena de metralhadoras: 2.^o sargento, Francisco Antonio das Neves; soldado, Albino Antonio Melurio.

4.^a companhia indigena da Beira: alferes de infantaria,

José Gomes; 1.º sargento, Aristides Mourato Sequeira; 2.ºs sargentos, Manuel Rosa Castro, Manuel Joaquim dos Santos, A. Ferraz Anóbra; 1.º cabo, Antonio Augusto de Castro.

Pelotão da 29.ª companhia expedicionária, 2.ºs sargentos, José Teles de Menezes Oliveira e Pedro dos Santos Machado.

Entre as praças indígenas muitas houve também que se bateram como leões, tornando-se preciosos auxiliares da defesa.

Hoje que a *Revista Militar*, comemora as nossas façanhas na Europa e em África cabe bem aqui, a meu ver, a inscrição dos nomes de todos êsses que mais ocasião tiveram de se distinguir no audacioso acto da resistência militar de M'kulla.

E para o seu comandante, o capitão de infantaria, Francisco Pedro Curado, vão por ultimo, os meus protestos de sincera admiração pelas brilhantes qualidades militares que revelou, já como técnico, organizando e planeando a defesa; já dirigindo com a sua bravura e audácia tradicionais, uma das maiores resistências que conheço na história das nossas campanhas coloniais contra efectivos aguerridos, dez vezes superiores, e sob o comando dum distinto general alemão, considerado como oficial de grande valor e saber.

Na apoucada fortuna com que fomos bafejados na nossa acção militar em Angola e Moçambique, a defesa de M'kulla constitue um nobre exemplo a seguir: da maior bravura e coragem, aliadas ao maior sangue frio, tenacidade, persistência, elevação moral e abnegação.

Nêsse punhado de bravos o Exército Português encontrou bem quem o dignificasse e honrasse demais a mais em cooperação com tropas inglesas e da União Sul Africana.

Honra, pois, aos heroes de M'kulla.

EDUARDO BARBOSA

Coronel

Um "raid"

Andava na boca de todos a ameaça iminente duma ofensiva do inimigo, com as naturais apreensões duma prova que ainda se não sofrera. Denunciavam o intento boche informações colhidas pela nossa espionagem e a afirmação de sérios preparativos surpreendidos pela aviação aliada.

Era enervante a expectativa e o general Gomes da Costa resolve procurar obter alguma certeza expedindo ordens à 3.^a brigada da 1.^a divisão, que então ocupava (a brigada) o sector de Neuve Chapelle, para efectuar um "raid" às linhas adversas, com o intuito de esclarecer a situação e simultaneamente destruir dois abrigos para metralhadoras, que constantemente fustigavam as tropas portuguesas e cujas posições na 1.^a linha tinham sido assinalados pela aviação aliada. Havia também suposições duma via "Decauville" ao longo dessa linha, que a existir se procuraria igualmente prejudicar.

Coube a honra de realizar esta acção a uma companhia do batalhão do regimento de infantaria n.º 14 constituída por voluntarios, na força duns 100 homens. Para comandante foi escolhido o capitão¹ do mesmo batalhão Vale de Andrade, tendo como subalternos, igualmente voluntários, o tenente António de Azevedo e os alferes milicianos Ferreira Pires e Rogério Correia. Acompanhava a infantaria uma secção de 24 praças da 1.^a companhia de Sapadores Mineiros, comandada pelo alferes de engenharia Faria A. e Melo, a quem cabia a missão de destruir os abrigos que referimos. Seguia também uma secção de maqueiros comandada por um sargento.

Formado assim o destacamento, retirou para a retaguarda, a fim de os homens repousarem um pouco e receberem

¹ Todos os oficiais que tomaram parte neste "raid" ascenderam já ao posto imediato.

um completo de instrução adequada à empresa que lhes era cometida: manejo de granadas de mão, ataque por baioneta, processo de avanço pela temerosa «terra de ninguém», o antigo «campo da morte». A secção de engenharia além de receber essa instrução habilitou-se também com os precisos conhecimentos do transporte de cargas móveis de «amonal» (explosivo muito enérgico usado no exército britânico, cuja composição química ignoro), sua colocação e modo de explosão.

Estamos a 19 de março de 1918, dia marcado para o projectado «raid».

As praças achavam-se convenientemente instruídas e o seu moral era magnifico. A consciência que não faltava dos perigos que oferecia a empresa, só era motivo para lhes levantar o ânimo. Não havia um doente que se acusasse em todos êsses homens, e os camaradas que vinham até ao estacionamento, reduzidos a meras testemunhas dessa inquebrantavel coragem, invejavam-nos. Se fossem precisos mais homens... Mas não; só aqueles é que deviam partir.

E por entre os «bonne chance» dos camaradas inspirados pelo convívio das gentes daquelas terras partiram, era 1 hora. Noute fria, escura, admirável para surpresas, mas de sérias dificuldades para a ligação indispensável na marcha. Avançava-se para a nossa primeira linha, através das trincheiras de comunicação. Valia-lhes naquela escuridade, poupando-os a desastrosos trambulhões por entre tantas covas e montes de terra e pedregulhos, obra das granadas, a baça luz intermitente dos «very-lights» lançados pelos nossos e pelo próprio inimigo, luz que esclarecendo-lhes de momento o percurso a vencer, os deixava depois em trévas que pareciam ainda mais densas. Três horas levou a alcançar a 1.^a linha. Eram, pois, quatro horas da madrugada, momento havido como de torpôr para todos que então vigiam, momento há longos séculos indicado como propício para surpresas e por isso o que se antolhava mais próprio para o risco que havia de saltar o parapeito, êsse precioso abrigo que em seu seio encerrava tantos milhares de projecteis inimigos ali cravados, esperando mais que não deixavam de chegar sem descanso, quási sem interválo expelidos nesse instante pelas metralhadoras boches, a varrer tudo, em tôdas as direcções, numa previsão de quem

não dorme, num desmentido formal do apregoado torpôr das horas finais da noute.

Foi um milagre saltarem todos sem um só incidente.

Estava-se entre as nossas defensas acessórias. Para a frente estendia-se o «No mau's land», escuro, sinistro, ameaçador.

Não havia tempo a perder. Era preciso dispôr os homens para o avanço até *êles*.

As metralhadoras boches continuavam a vomitar e o silvo das suas balas cerca-os a avivar-lhes o perigo.

Os três pelotões em que se dividira a companhia, marcham separados, pois cada um tem o seu objectivo diferente, isto é, cada pelotão devia assaltar um determinado posto inimigo.

A secção de engenharia dividiu-se em dois grupos destinados aos pelotões dos flancos, cujas pégadas seguem. Dêstes pelotões fazem parte grupos de granadeiros com a missão especial de proteger os flancos da pequena coluna logo que se ocupe a 1.^a linha inimiga.

A marcha ao princípio é seriamente embaraçada pelas nossas próprias defesas acessórias, construídas geralmente de arame farpado e com um metro de altura por dois de largo; escalonam-se os homens em pequenos grupos ao longo da «terra de ninguém», junto à extrema das defesas, até se reconstituírem os pelotões; e passadas que foram tôdas as praças seguem enfim os pelotões sôbre a primeira linha adversa.

Momentos de ansiedade foram êstes numa marcha cujo resultado era tão problematico e cujos perigos eram tão sérios. Um «raid» contra o inimigo! Mas quantos «raids» desse mesmo inimigo, não haviam êsses mesmos que ali iam repellido vitoriosamente, fazendo pagar bem caro o atrevimento?!

Seriam êles mais felizes?...

Os homens não caminhavam, arrastavam-se, deslizavam... Mal se respirava, o ruído da própria respiração poderia promover o alarme...

Os momentos de tiro do inimigo, longe de obrigar cada qual a acoutar-se, são aproveitados, pelo seu ruído, para um avanço mais folgado, mas sempre os homens curvos sôbre o chão.

E felizes até então, as balas respeitam-nos.

Avança-se sempre. Há a intuição de que o tempo urge.

O dia não pode já estar longe; não é possível desperdiçar minutos sequer. Cada um dá o mais que pode, e sempre com a cautela máxima para que se não faça ruído, para que nem o pisar da terra se pressinta.

Chega-se enfim a uns 30 metros da linha avançada dos boches, cuja massa escura se projecta no firmamento. Aí tinha que se esperar a preparação do «raid» pela nossa artilharia. Cada um abriga-se o melhor que pode nas covas que as nossas granadas aí escavaram. Os tiros curtos da nossa artilharia eram-lhes agora benéficos.

Está próxima a hora fixada para o assalto—cinco. Faz-se ouvir a artilharia amiga. Como é agradável o seu troar!

A princípio o fogo incide sôbre pontos bem diferentes dos que se devem atacar, para que o inimigo se não aperceba e se concentre aí. Não tardou porém a concentração do fogo sôbre os objectivos verdadeiros, por uma questão de alguns minutos, em que, não obstante a precisão do tiro, como os atacantes estavam muito próximos da 1.^a linha inimiga, alguns estilhaços caem entre êles, que nessa altura já não conhecem a proveniência dos projecteis, pois o inimigo iniciara a barragem da «terra de ninguém».

Era insuportavel a situação.

Passaram já alguns minutos da hora. Felizmente toda a nossa artilharia e todos os morteiros alongam o tiro, estabelecendo a barragem das trincheiras de comunicação, da 2.^a linha, e dos pontos de bifurcação, estorvando a aproximação de reforços, fazendo como que uma caixa aos três pontos que constituíam o objectivo dos nossos, dentro da qual ficasse isolado o inimigo. É chegado o momento da decisão. Os comandantes de pelotão ordenam o assalto e os valentes soldados, com um *elan* de admirar aos próprios franceses, movidos todos como por uma mola invisível, correm, vôam a curta distância que os separa da trincheira, precipitando-se cegos, terríveis, como leões acirrados, galgando fantásticamente as defesas acessórias mais densas do que as nossas e caem sôbre a 1.^a linha.

Soberbo lance! Heroico acto que dá a medida do que vale o nosso soldado!

E é certo que a fortuna bafeja os valentes... Nem um só homem caiu! Houve só feridos!

A surprêsa fôra completa.

Empreguei o advérbio—fantásticamente— para exprimir a forma como foram galgadas as defensas acessórias, e é o termo que devo empregar, porque humanamente se não explica como se galgam defensas como as do boches, que se conservam intactas. Foram verdadeiros saltos de leões atizados por ferro candente!

É certo que a nossa artilharia poderia ter abalado em parte essas defensas; mas não convinha faze-lo para não prejudicar a surpresa, por cujos efeitos, só, o *raid* poderia alcançar algum exito. Era esta a experiência já adquirida em outras empresas semelhantes.

O inimigo não se rendeu de boa mente; a peleja dura, por momentos, num corpo a corpo de desesperados em que os nossos teem a grande vantagem dum moral sobreexcitado ao mais elevado grau e os alemães não sabem o que lhes vai cair em cima, após aquela vanguarda de temerários que assim os surpreenderam.

É a luta do certo contra o desconhecido. O inimigo estarrece, recúa, foge espavorido emfim. As guarnições de duas metralhadoras, excelentemente postadas em abrigos de cimento armado, desenfados do tiro da nossa artilharia, são feitas prisioneiras, arrancando-se-lhes das mãos as peças que fumegavam. É a *limpeza* daquele trôço da 1.^a linha adversa continua até final. O pánico do inimigo foi tão grande que arrojando-se os bravos atacantes até à 2.^a linha encontram-na abandonada! O inimigo concentrara-se, guarnecendo as posições do célebre «Bois de Biez», que era um verdadeiro impossivel atacar por tão pequena força.

O «Bois de Biez» constituia uma verdadeira fortaleza, como mais tarde se pode verificar. Aí existiam optimos abrigos de «beton», subterraneos iluminados a luz electrica, com todas as comodidades, não faltando até o piano! Os nossos aliados ingleses, que em 1914 tentaram conquista-lo, tiveram que abandonar a acção após pesadas perdas. O commandamento do bosque sôbre as nossas linhas era grande.

Loucura seria prosseguir na perseguição do inimigo. O objectivo do *raid* estava alcançado. Emquanto a infantaria avançava para a 2.^a linha, a secção de engenharia procurara os abrigos que devia destruir bem como a tal tinha Decau-

ville. Esta não foi encontrada, não existia. Os abrigos lá estavam nos pontos indicados pela aviação.

A sua destruição foi preparada com 40 libras de «amonal» colocadas anteriormente e junto a uma das paredes laterais, a que se comunicou fogo depois da infantaria haver retirado. A destruição foi constatada posteriormente pela nossa aviação.

O comandante do destacamento dera a ordem para a retirada. Não era cometimento dos mais fáceis. A passagem através à «terra de ninguém» era simplesmente um impossível, pois a «barragem» inimiga neste momento era brutal. Como passa-la sem que todos os homens fossem vitimados? Flanqueando-a, dispersos, arrastando-se uns de toca em toca, outros correndo de abrigo para abrigo, descrevendo largos círculos os que conduziam os prisioneiros e os feridos. E ainda assim mais feridos houve.

Rasultado do *raid*: 5 prisioneiros que forneceram preciosas informações; duas metralhadoras e diversas armas de fogo e brancas, e a destruição dos dois referidos abrigos de metralhadoras.

Este *raid* foi o segundo realizado com êxito pelas tropas portuguesas.

MELLO E ATHAYDE.

Ten. coronel

Obras oferecidas

- 1 GENERAL MORAES SARMENTO.—**A Expansão Alemã — Causas determinantes da Guerra de 1914-1918.** — *Suas tentativas e perigos na Africa Portuguesa.* — 1 volume de 362 pag. (0^m,20×0^m,135). — Lisboa, 1919.

Mais um livro notável e de grande valor histórico e scientifico, acaba de dar à publicidade o illustre general Moraes Sarmento, um dos mais brilhantes, talentosos e vernáculos escritores militares de Portugal.

A Expansão Alemã, que é uma nova joia literária que vem enfileirar-se no avultado número de valiosos trabalhos com que o illustre académico tem enriquecido e honrado as letras pátrias, constitui um estudo completo e dum admirável clareza e verdade, das causas determinantes da guerra de 1914 a 1918, estudo larga, proficiente e metodicamente documentado por notas valiosissimas que o tornam um manancial precioso para os que pretendam fazer a análise ponderada, a crítica imparcial, justa e verdadeira, dêsse agitado e tremendo período histórico, que tão profundamente convulsionou o mundo.

Em dezasseis sugestivos capítulos, que se lêem ávidamente e qual dêles de mais palpitante interêsse, começando por estudar e definir a psicologia do povo germânico, aprecia depois, com elevada erudição, os sentimentos da mentalidade teutónica, persistente e cuidadosamente cultivados e estimulados pela pleiade brilhante dos seus eminentes pensadores, dêsse Treitschke, o épico cantor das glórias e virtudes da raça alemã, dos seus filósofos, dos seus estadistas e dos seus mais afamados guerreiros, nos processos violentos de conquistar a supremacia sôbre os demais povos da terra, e alcançar a hegemonia política, económica e marítima.

Com o mesmo brilho e relêvo, pinta e aprecia também as velhas aspirações unitárias da Alemanha, que se começaram a revelar dêsse a tendência manifestada pela Prussia, já no século XVIII, de reunir, constituindo poderoso bloco, os fragmentos dispersos que formavam a respectiva nacionalidade. Versa e encara com uma superior elevação o problema político do mundo em face dos processos absorventes da Germania e dos seus propósitos de conquista, demonstrando que para conseguir o seu desiderato todos os meios eram considerados legítimos pelos apóstolos que prêgavam o ideal da Grande Alemanha, os quais sonhavam e anteviam a reconstituição dum novo império ainda maior, mais colossal e forte, do que aquêle que os seus antepassados haviam formado dez sê-

culos antes: o império que Othão o Grande fundára, fazendo-se coroar imperador do Ocidente, pelo papa João XII.

Mostra também que os seus imperantes e os seus dirigentes políticos e militares se não detiveram nunca perante as maiores violências, os mais flagrantes atropêlos ao direito das gentes, para estenderem e ampliarem o domínio do império sobre as pequenas nacionalidades vizinhas e até para arrebatarem, como condores famintos, aos mais poderosos e altivos Estados, que as suas garras aduncas podiam atingir, as mais ricas e apetecidas parcelas do património territorial que os seus ancestrais lhes haviam legado.

É por isso que essa raça, à qual se não podem negar qualidades apreciáveis de tenacidade e valor, conseguiu com tão violentos processos, com a sua proverbial arrogância e sobranceira, com a sua desmedida e nunca igualada ambição, concitar contra si a animosidade geral que determinou a sua queda.

Ressalta da lúcida exposição dos factos, que o sr. general Moraes Sarmento nos apresenta, que a responsabilidade das violências e horrores empregados pelos germanos para conseguirem e assegurarem a hegemonia mundial e dos males e horrores da sangrenta luta que findou, não cabe íntegra a Guilherme II. Muito embora o destino levasse o ex-kaiser a presidir a êsse tremendo acontecimento que envolveu em luto o mundo inteiro, na sua paciente e persistente preparação consumiram a existência os mais cultos espíritos, os mais altivos talentos da orgulhosa Germânia.

le, apesar de serem tremendas as suas culpas, foi, a bem dizer, o executor da vontade nacional.

*

* * *

Pelo que especialmente diz respeito a Portugal, os capítulos XII, XIII e XIV, são uma bela e patriótica página da nossa história contemporânea. Lá se encontra a análise, sempre elevada e justa, sempre serena e imparcial, das reiteradas tentativas da expansão alemã na Africa Portuguesa e do seu programa de penetração pacífica, tão cheio de perigos para os nossos domínios além mar, que a invia e tortuosa política colonial germânica tanto ameaçava.

Da leitura dessa parte do livro, que é sem dúvida a que mais nos interessa como portugueses e a que mais intensamente faz vibrar a Alma Nacional, apreende-se nitidamente: Que nunca Portugal teve que defrontar-se, quer nas intrigas e perfidias da diplomacia, em prática de penetrações pacíficas, quer nos campos de batalha, com adversário mais terrível e audaz, mais conscio dos seus interesses e mais altivo das suas glórias, do que o povo alemão.

É digno de notar-se, que o erudito escritor na obra de que nos vimos ocupando, e na qual nos apresenta uma nova modalidade do seu talento, desenvolve a tésse contida no título do livro, com o brilho da sua afamada pena, apoiando-se sómente na fiel exposição dos factos, com a ponderação e imparcialidade dum consumado historiador e com a finura

dum diplomata, e isto: «sem clamar às paixões, sem procurar excitar os odios ou malquerenças, que, no decorrer dos séculos, têm animado o espírito germânico contra o das demais raças».

É o maior elogio que se pode fazer ao livro do ilustre general, ao qual, pelo seu mérito, está, por certo, reservado triunfo igual ao que obteve, tanto no País como no estrangeiro, uma outra não menos valiosa obra do clássico escritor: *A Defesa das Costas de Portugal e a Aliança Luso-Inglesa*.

Sentindo que os acanhados moldes de uma simples notícia nos não permita mais pormenorizada referência a livro de tanto valor histórico e de tão alto sabor patriótico como é *A Expansão Alemã*, no qual os nossos homens públicos devem colhêr ensinamento a fim de prevenirem eventualidades futuras, aprás-nos ao menos deixar aqui consignado, de maneira indelével, a nossa mais viva admiração pelos méritos do autor, que é, sem dúvida, uma das mais elevadas intelectualidades da nossa terra e um dos seus filhos que, na geração que finda, muito ilustra e honra a Pátria Portuguesa.

Que nos perdôe a sua provada modéstia.

F. G.